



**ESTRATÉGIA
REGIONAL DE
LISBOA . AML**

LISBOA 2030

JUNHO 2020

a. . .
. . m. área
. l. . metropolitana
de lisboa



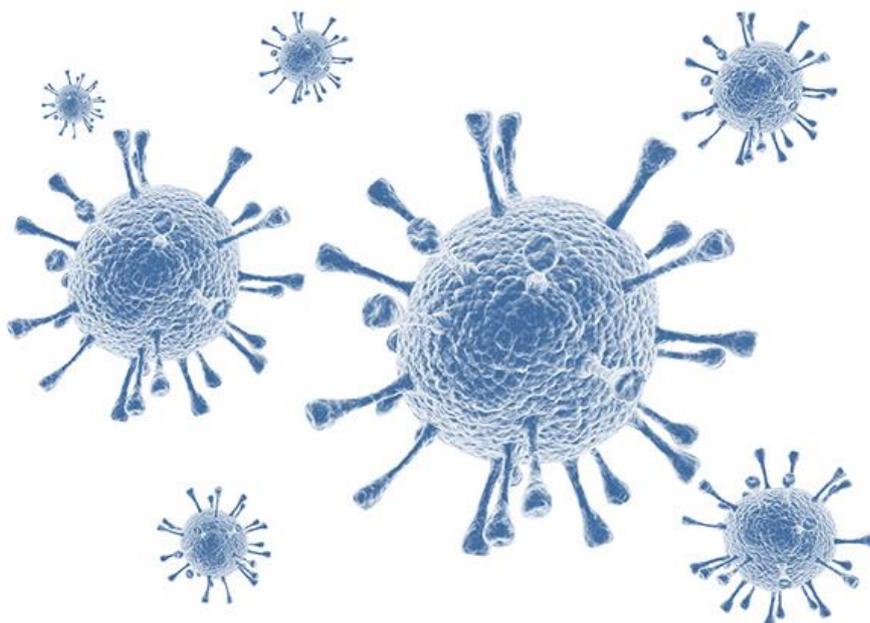
Nota Prévia

A Estratégia AML 2030 resulta de um trabalho conduzido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) e pela Área Metropolitana de Lisboa (AML) entre novembro de 2019 e março de 2020 tendo por base os documentos “AML Horizonte 2030. Elementos para uma reflexão estratégica” (AML, 2018) e “Para a Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo” (CCDR LVT, 2018), e suportando-se num intenso processo de auscultação de atores estratégicos regionais.

A sua conclusão, em Junho de 2020, coincide com a emergência dos primeiros sinais dos impactes sociais e económicos da crise de saúde pública ocasionada pela epidemia da doença COVID-19, que afeta atualmente Portugal, a União Europeia e o Mundo.

Sendo evidente que as consequências sociais e económicas deste acontecimento são incertas, mas seguramente profundas, diversas, complexas e duradouras, exigindo uma resposta adequada da Política Coesão da União Europeia e das políticas públicas nacionais e locais, o presente documento procurou ser suficientemente flexível e atualizado para responder com elevada eficácia à evolução conjuntural. Para esse efeito foi realizada uma ponderada auscultação das 18 autarquias e de peritos sobre as eventuais ameaças e oportunidades que se colocam agora à AML.

A regular e sistemática monitorização que se iniciará com a conclusão desta Estratégia permitirão verificar da adequação do posicionamento adotado e da eventual necessidade em introduzir ajustamentos.



Ficha Técnica

Título: Estratégia Regional de Lisboa 2030

Edição: Área Metropolitana de Lisboa

Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Coordenação Geral

Carlos Humberto Carvalho e Teresa Almeida

Coordenação Executiva

Ana Isabel Rodrigues, Ana Ramos, Filipe Ferreira e Nuno Ventura Bento

Equipa Técnica AML

Alexandra Castro, Catarina Marcelino, Isabel Pina, José Reis Correia, Joseph Azevedo e Luís Costa

Equipa Técnica CCDR LVT

Alexandra Almeida, Fátima Malheiro, Helena Tavares, Lara Marques, Luís Machado, Sandra Santos e Teresa Sanches

Consultores Externos

Ana Proença, Heitor Gomes, Luís Carvalho, Paulo Madruga, Sérgio Barroso e Vânia Rosa

Fotos e outras imagens: Cortesia de várias entidades e WWW

Fontes: EUROSTAT, IEFP, INE, PORDATA, POR Lisboa 2020, AML e UE

Data: Junho de 2020

Número de páginas: 115

ISBN: 978-972-8872-55-7

Publicação Digital

AML

Área Metropolitana de Lisboa

Rua Cruz de Santa Apolónia 23, 25 e 25A

1100-187 Lisboa

(+351) 218 428 570, (+351) 218 428 577

www.aml.pt

CCDR LVT

Comissão de Coordenação de Desenvolvimento

Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Rua Alexandre Herculano, nº 37, 1250-009 Lisboa

(351) 21 383 71 00

<http://www.ccdr-lvt.pt>

Índice Geral

Nota Prévia	2
Ficha Técnica	3
Índice Geral.....	4
Lista de Gráficos, Figuras e Quadros.....	6
Siglas e Acrónimos	8
Introdução e Contexto Institucional	9
Processo de construção da estratégia e Mobilização de atores	11
01 POSICIONAMENTO.....	18
Nas regiões metropolitanas europeias	18
No contexto nacional	21
Face à situação pandémica de 2020 – COVID19	53
02 VISÃO E MATRIZ ESTRATÉGICA	57
Visão AML 2030.....	57
Valores	59
Visão de desenvolvimento territorial.....	59
Matriz estratégica de desenvolvimento da AML	63
03 QUADRO ESTRATÉGICO	69
Domínio 1 - Inovação e Competitividade	69
Subdomínio - Conhecimento e Investigação	70
Subdomínio - Sistema de I&D&I e Ecosistema Económico	71
Subdomínio – Especialização, Diferenciação e Internacionalização.....	71
Subdomínio - Inovação e Modernização Administrativa	73
Domínio 2 - Sustentabilidade Ambiental e Alimentar e Mitigação de Riscos Naturais.....	74
Subdomínio - Descarbonização e Transição Energética	75
Subdomínio - Adaptação Climática e Mitigação de Riscos	76
Subdomínio - Economia Circular	77
Subdomínio - Biodiversidade.....	79
Subdomínio - Sistema Alimentar e Desenvolvimento Rural	80
Subdomínio – Mar, Estuários e Zonas Costeiras.....	81

Domínio 3 - Coesão Social e Sustentabilidade Demográfica	82
Subdomínio - Educação e Formação	83
Subdomínio - Mercado de Trabalho	84
Subdomínio - Inovação e Inclusão Social	85
Subdomínio - Atração e Inclusão de População Imigrante	86
Subdomínio - Apoio à Infância e Conciliação Trabalho - Família	87
Subdomínio - Serviços de Saúde e Transição Demográfica	87
Domínio 4 - Mobilidade e Conetividade Sustentável	89
Subdomínio - Mobilidade Sustentável	90
Subdomínio - Sistema de Mobilidade e Intermodalidade	91
Subdomínio - Conetividade Transregional e Internacional	92
Domínio 5 - Desenvolvimento Urbano e Mudança Transformadora	93
Subdomínio - Regeneração Urbana e Habitat	94
Subdomínio - Habitação e Habitabilidade	95
Subdomínio - Economia Urbana	96
Subdomínio - Gestão Urbana	97
Dimensões transversais	98
Ação Climática	98
Transição Digital	99
Criatividade e Cultura	100
04 PRINCÍPIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO	102
Convergência europeia e o papel de região capital	102
Disparidades territoriais	103
Abordagem territorial integrada da estratégia	109
Coordenação, acompanhamento e monitorização da estratégia	111

Lista de Gráficos, Figuras e Quadros

Gráfico 1 – Peso da população de regiões capitais vs PIB <i>per capita</i> em % do respetivo país da UE.....	19
Gráfico 2 – Evolução do PIB per capita (PPC) das regiões portuguesas, 2000-2017	20
Gráfico 3 – Taxa de Crescimento Natural, Migratório e Efetivo na AML e Efetivo PT 2011-2018.....	21
Gráfico 4 – AML: principais indicadores / peso no país.....	22
Gráfico 5 – Dormidas (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica	22
Gráfico 6 - Taxa de escolaridade do nível de ensino superior da população com idade entre 30 e 34 anos	23
Gráfico 7 – Proporção da Despesa Total em I&D por Sector de Execução	24
Gráfico 8 – Evolução do balanço energético: importações, prod. doméstica e consumos de energia primária/final	26
Gráfico 9 – Eficiência Energética: N.º Agregados Familiares com Consumo de Energia Melhorado (Contrat.) (FEDER) ..	26
Gráfico 10 – Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/ hab.) por Local de residência (NUTS - 2013).....	27
Gráfico 11 – Evolução da produção energia elétrica Portugal.....	28
Gráfico 12 – Proporção de energias renováveis no consumo final bruto de energia (%)Portugal;.....	28
Gráfico 13 – Água distribuída por habitante (Série 2011) (m³/ hab.) por Localização geográfica (NUTS - 2013);	30
Gráfico 14 - Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%).....	31
Gráfico 15 - Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	31
Gráfico 16 - Taxa de abandono precoce de educação e formação, por Local de residência.....	32
Gráfico 17 – Escolas c/Intervenções c/Vista à Redução do Abandono Escolar e Melhoria do Sucesso Educativo (FSE)..	32
Gráfico 18 - Proporção da População Ativa por Nível de Escolaridade mais Elevado Completo.....	33
Gráfico 19 – Taxa de Emprego AML, PT, UE28 (15 aos 64).....	34
Gráfico 20 – Taxa de Desemprego Jovem (15 aos 24 anos)	35
Gráfico 21 – Beneficiárias/os do rendimento social de inserção da segurança social (N.º)	35
Gráfico 22 – Rendimento per capita	36
Gráfico 23 – Passageiros embarcados (N.º em milhões) nos principais aeroportos nacionais	39
Gráfico 24 – Proporção de deslocações em transporte individual por município.....	42
Gráfico 25 – Percentagem de energia renovável no consumo de combustíveis nos transportes, Portugal / UE-28	42
Gráfico 26 – Emissões de GEE nos transportes, Portugal / UE-28.....	43
Gráfico 27 – Distribuição da despesa total anual média por agregado familiar	48
Gráfico 28 – Superfície total das obras concluídas (m²) Construção Nova vs Reabilitação	51
Gráfico 29 – Redução da atividade dos setores e do pessoal ao serviço durante o confinamento	53
Gráfico 30 – Percentis do Rendimento Bruto Declarado, por Município da AML, 2018	105
Gráfico 31 – Rendimento Bruto Declarado por Agregado Fiscal, por Município da AML 2018.....	105
Gráfico 32 – Mediana e Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado, 2017	106
Gráfico 33 – Mediana e taxa de crescimento anual médio do rendimento bruto declarado 2015-2017	106
Gráfico 34 – Proporção de Receitas Próprias em Receitas Totais 2012 2015 2018, por Município da AML.....	107

Figura 1 – Antecedentes de planeamento regional da AML 2002-2020	12
Figura 2 – Antecedentes estratégicos e programáticos da Estratégia AML 2030	13
Figura 3 – Processo de Construção da Estratégia AML 2030.....	13
Figura 4 – Usos do solo (COS2018)	50
Figura 5 – Nuvem de palavras das Visões Estratégicas propostas para a AML (2002-2020).....	57
Figura 6 – Esquema da Visão Integrada AML 2030.....	58
Figura 7 – Sistema urbano da Área Metropolitana de Lisboa.....	60
Figura 8 – Matriz estratégica de desenvolvimento da AML	64
Figura 9 – Domínios de Especialização Inteligente da Área Metropolitana de Lisboa	65
Figura 10 – Quadro de referência estratégico - agendas temáticas 2030 (ONU, UE, PT, RLVT e AML).....	67
Figura 11 – Transversalidade e operacionalização estratégica da Ação Climática	98
Figura 12 – Transversalidade e operacionalização estratégica da Transição Digital	99
Figura 13 – Transversalidade e operacionalização estratégica da Criatividade e Cultura	100
Figura 14 – Região de Polarização Metropolitana; Sistema urbano do Arco Metropolitano de Lisboa	102
Quadro 1 – Tipologias de disparidades na AML	104
Quadro 2 – Cenários instrumentais de resposta às disparidades na AML	108
Quadro 3 – Potencial dos instrumentos de abordagem territorial na operacionalização da Estratégia AML 2030.....	109
Quadro 4 – Quadro de Monitorização dos Impactos da Pandemia da Doença COVID-19 na Estratégia AML 2030.....	114

Siglas e Acrónimos

AD&C	Agência para o Desenvolvimento e Coesão	LULUCF	Land use, land-use change, and forestry
AE AML	Anuário Estatístico da AML	LVT	Lisboa e Vale do Tejo
AML	Área Metropolitana de Lisboa ()	NEET	Not in Education, Employment, or Training
AMP	Área Metropolitana do Porto	NO2	Dióxido de nitrogénio
APA	Agência Portuguesa do Ambiente	NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
AUGI	Áreas urbanas de génese ilegal	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BIP/ZIP	Bairros ou Zonas de Intervenção Prioritária	ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
CAPORL	Comité de Acompanhamento do POR Lisboa	ONU	Organização das Nações Unidas
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional	PAICD	Plano de Ação Integrado para Comunidades Desfavorecidas
CE	Comissão Europeia	PAMUS	Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável
CIT	Centros de Interface	PARL	Planos de Ação Regional
CM	Câmara Municipal	PER	Programa Especial de Realojamento
CML	Conselho Metropolitano de Lisboa	PERSU	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos
CRI	Conselho Regional de Inovação	PIB	Produto Interno Bruto
CVTT	Centros de Valorização e Transferência de Tecnologia	PM10	Partículas inaláveis, de diâmetro <10 micrómetros
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia	PMAAC	Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas
DGES	Direção Geral de Ensino Superior	PME	Pequenas e Médias Empresas
DiH	Digital Innovations Hubs	PMPE	Programa de Modernização do Parque Escolar
DOP	Denominação de Origem Protegida	PNAC	Programa Nacional para as Alterações Climáticas
EaSI	Programa para o Emprego e a Inovação Social	PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
ECO.AP	Programa Específico de Eficiência na Administração Pública	PNAER	Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis
EDL	Estratégia de Desenvolvimento Local	PNEC	Plano Nacional Energia e Clima
EIDT	Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial	PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
ENE	Estratégia Nacional da Energia	PNPSE	Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar
ENEI	Estratégia Nacional de Especialização Inteligente	PNR	Plano Nacional de Reformas
ENH	Estratégia Nacional para a Habitação	PNS	Plano Nacional de Saúde
EREIL	Estratégia Regional de Especialização Inteligente de Lisboa	POC	Programa de Orla Costeira
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos	POR	Programa Operacional Regional
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais	PRE	Produção de Eletricidade em Regime Especial
ETG	Especialidade Tradicional Garantida	PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território Portugal
FAMI	Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração	PT	Portugal
FC	Fundo de Coesão	QCA	Quadro Comunitário de Apoio
FCG	Fundação Calouste Gulbenkian	QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
FEAMP	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas	REOT	Relatório do Estado de Ordenamento do Território
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	RIS3	Research and Innovation Strategy for Smart Specialization
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento	RLVT	Região de Lisboa e Vale do Tejo
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola	RMG	Rendimento Mínimo Garantido
FSE	Fundo Social Europeu	RNC	Roteiro para a Neutralidade Carbónica
FSI	Fundo para a Segurança Interna	RSI	Rendimento Social de Inserção
GEE	Gases de efeito estufa	RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
GTMFC	Grupo de Trabalho Metropolitano dos Fundos Comunitários	RTE-T	Rede Transeuropeia de Transportes
I&D	Investigação e Desenvolvimento	RUB	Resíduos Urbanos Biodegradáveis
I&D&I	Investigação, Desenvolvimento & Inovação	SCTN	Sistema Científico e Tecnológico Nacional
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	SIC	Sítios de Importância Comunitária
IDEF	Inquérito às Despesas das Famílias	SIG	Sistemas de Informação Geográfica
IES	International Education Services	TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
IGFV	Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos	TP	Transporte Público
IGT	Instrumento de Gestão Territorial	UE	União Europeia
ITI	Intervenção Territorial Integrada	UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
ISCED	International Standard Classification of Education		
KIC	knowledge and Innovation Communities		

Introdução e Contexto Institucional

O Mundo está em profunda Mudança.

As últimas décadas trouxeram-nos uma profunda alteração dos paradigmas que são a base da nossa vivência em sociedade. As realidades estruturantes do nosso quotidiano ao nível social, económico, ambiental, cultural e político estão em constante mutação e exigem aos poderes públicos uma resposta multidimensional que antecipe as tendências do amanhã nas prioridades do *policy-making* de hoje.

Esta realidade sai profundamente acentuada com a pandemia da doença COVID-19 que não só acelera as tendências recentes, como abre um quadro de novos e profundos desafios sociais, económicos e estratégicos, alertando ainda as políticas públicas para a emergência de preparar as sociedades, os territórios e as instituições para o agravamento da regularidade e intensidade de eventos resultantes de riscos sistémicos globais de natureza ambiental, financeiro, epidemiológico ou político.

Portugal, e em particular a Área Metropolitana de Lisboa (AML), enfrentam desafios consideráveis que devem ser abordados de forma integrada. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) no seu relatório *Decentralisation and Regionalisation in Portugal (2020)* identifica os desafios demográficos (envelhecimento e diminuição da população) e o aumento das diferenças regionais no potencial de provisão de serviços e sustentabilidade económica como desafios estruturais que afetam o nosso país. Este quadro de fundo das dinâmicas que contextualizam e condicionam as nossas opções coletivas encontram expressão atual na AML e na forma como esta impacta no todo nacional. O Relatório Desenvolvimento e Coesão (2018), elaborado pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C), sinaliza de uma forma clara e expressiva que Portugal não conseguiu estabilizar uma trajetória sustentada de convergência para os valores médios da União Europeia (UE) em termos de PIB *per capita* e que a coesão interna do país só é possível pelo menor dinamismo evidenciado pela AML.

É neste contexto que a Área Metropolitana de Lisboa e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), dadas as suas atribuições a nível do planeamento estratégico e da gestão de fundos estruturais, produziram em conjunto a Estratégia AML 2030 para a Área Metropolitana de Lisboa. Não é despidendo a este processo a existência de uma coincidência entre os territórios NUTS II e III, sendo este também o território de incidência para efeitos de gestão regional dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) enquadrados na Política de Coesão da UE.

Esta estratégia formulada por duas instituições, uma entidade intermunicipal (AML) e um serviço da administração direta do Estado (CCDR LVT), pretende trazer valor acrescentado na consecução de objetivos comuns e para que coexistam em simultâneo três trajetórias críticas para o país: (i) coesão intrarregional ao nível da AML; (ii) coesão interregional e (iii) convergência com a UE. É vital que Portugal possa voltar a ter trajetórias sustentadas de coesão e convergência, sendo que para tal é absolutamente crítico a existência de uma Área Metropolitana Capital a crescer, a reduzir as assimetrias territoriais e setoriais existentes e a contribuir decisivamente para este objetivo nacional.

Tendo este pano de fundo, a elaboração desta estratégia regional definiu-se por um conjunto de objetivos:

- Definir a estratégia de desenvolvimento regional da AML para a década;
- Definir o quadro estratégico regional de referência para os programas e instrumentos a executar no âmbito da Política de Coesão 2021-2027;
- Criar condições para uma governação multinível e integrada das políticas públicas no território AML;
- Orientar a lógica de afetação de investimentos públicos da administração local e central nas grandes prioridades definidas nesta estratégia;

- Promover caminhos para respostas adequadas às diferenças territoriais e setoriais existentes no seio da AML;
- Promover a governança metropolitana, assente no envolvimento dos atores estratégicos regionais, dos sectores público, privado e associativo.

Estes objetivos balizam a magnitude dos desafios colocados à região, e implicam um reforço da capacidade de governação pública. Neste sentido, já a Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial do Portugal 2020 (2019) referencia como potenciais fatores de bloqueio a um harmonioso processo de governo e governança regionais a existência de dessincronias entre a organização política do Estado e o quadro de competências de cada nível, a geografia programática desfasada da geografia da organização do Estado, a existência de um *gap* de expectativas entre os resultados esperados para a escala NUTS III e a natureza intermunicipal das estruturas político-administrativas e a existência de debilidades de legitimidade institucional na coordenação regional de políticas.

Estas debilidades são ainda mais relevantes num contexto em que as escalas regionais e metropolitanas necessitam de um referencial de governação pública clarificado e que seja articulador de sinergias, capacidades e competências. Neste sentido, o atual contexto de repensar a arquitetura e funções destas escalas acrescenta mais uma dimensão de incerteza que pode limitar os resultados a alcançar. Qualquer que seja a solução gizada para o reforço da capacidade de governação pública da região importa que contribua para a clarificação dos fatores de bloqueio institucional referenciados, que seja agregador do capital institucional e territorial existente e que seja propiciador de ganhos de escala, eficácia e eficiência.

A singularidade do enquadramento político-institucional e territorial da AML, expressa nomeadamente na governação dos fundos provenientes da Política de Coesão, bem como no recente processo de metropolização das autoridades de transportes, exige aos poderes públicos soluções de governo e de governança flexíveis, capazes de acrescentar valor a um todo regional e assim contribuir de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida de todos aqueles que vivem, trabalham e visitam este território, recentrando assim a AML como indispensável para uma trajetória de convergência Europeia e como o motor de um processo de desenvolvimento inter e intrarregional em Portugal.

Para finalizar, consideramos que este trabalho construído entre uma entidade desconcentrada da administração central (CCDR LVT) e uma estrutura representativa da administração local (AML), comprova que, no respeito pelas competências e autonomia de cada uma, é possível fazer caminho, construir estratégias e afirmar uma visão para o desenvolvimento deste território que cada vez mais terá que se assumir como uma cidade região, uma cidade de cidades, uma cidade de duas margens, em suma, uma metrópole policêntrica mais coesa e competitiva.

Processo de construção da estratégia e Mobilização de atores

Ao longo das duas últimas décadas, a AML e a CCDR LVT têm vindo a realizar processos de planeamento estratégico com enfoque no espaço metropolitano. Estes processos têm sido desenvolvidos ora no quadro da concretização do Sistema de Gestão Territorial, ora no âmbito da preparação dos ciclos de investimento da Política de Coesão, tendo sido neste enquadramento que foram desenvolvidos em 2013 o Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020 (PARL) elaborado pela CCDR LVT e a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), elaborada pela AML, no âmbito da preparação do ciclo de programação 2014-2020.

O PARL tem como referencial de fundo a Estratégia Regional de Lisboa 2020, elaborada em 2007, que encerra a visão de longo prazo da trajetória de desenvolvimento económico, social e ambiental de afirmação internacional que a Região de Lisboa continua a ambicionar, e que a crise económica dos anos 2010-2014 tornou ainda mais pertinente. Tem também como referencial as opções estratégicas de base territorial que emanam do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, numa leitura atualizada por alguns estudos entretanto desenvolvidos no âmbito da dinâmica deste segundo instrumento de gestão territorial.

Para além destes referenciais estratégicos, o PARL está também fortemente alinhado com a Estratégia Europa 2020 e com as suas prioridades em termos de Crescimento Inteligente (desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação), Sustentável (promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva) e inclusivo (fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão social e territorial).

Neste sentido, o PARL incidiu em quatro dimensões estratégicas, dentro das quais foram identificados nove domínios-chave a privilegiar: Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente; Educação, Emprego e Empreendedorismo; Meios Criativos e Indústrias Culturais (Crescimento Inteligente); Recursos, Serviços Ambientais e Riscos; Economia de Baixo Carbono; Regeneração Urbana (Crescimento Sustentável); Demografia e Serviços de Proximidade; Inclusão e Inovação Social (Crescimento Inclusivo); Capacitação, Qualificação e Modernização das instituições regionais (Capacitação Regional).

No âmbito da construção da EIDT, os desafios que a AML enfrenta estão agrupados de acordo com as dimensões identificadas na estratégia Europa 2020 – Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, assente numa visão de *place-based policy* onde a territorialização das políticas é central. O sucesso da EIDT assentou nos fatores críticos:

- Abordagem integrada e multidimensional das problemáticas sociais;
- Abordagem multinível das escalas de intervenção;
- Enfoque no mérito, pertinência, qualidade e valor económico e social dos projetos, tendo em conta o enquadramento estratégico;
- Racionalização do escopo de intervenção dos projetos tendo em vista a existência de ganhos de eficiência e eficácia.

A partir do PARL, do PROT AML, da Estratégia de Investigação e Inovação para Especialização Inteligente (RIS3), e do Acordo de Parceria, a EIDT estabeleceu 6 Objetivos Estruturantes que *“foram construídos de forma a traduzirem uma articulação coerente que promova a operacionalização mais adequada das linhas estratégicas de desenvolvimento identificadas para a AML”*. Estes Objetivos traduzem-se na Valorização da base ecológica da região como veículo de promoção da atratividade territorial dirigida à visitação, turismo e à promoção da qualidade de vida da Região (OE1), no Fomento da capacidade de inovação e internacionalização (base empresarial da região) (OE2), na Otimização do sistema de transportes e de mobilidade (OE3), na Melhoria da eficiência dos serviços de interesse geral e adoção de novos paradigmas das redes inteligentes (OE4), no Assumir a coesão territorial como procedimento implícito à

estruturação das intervenções metropolitanas (OE5) e na Estruturação de uma rede regional de resposta ágil e flexível para a inclusão ativa, eficaz e perene (OE6).

Durante o ano de 2018, a AML e a CCDR LVT desenvolveram exercícios de planeamento que lançaram as bases programáticas do atual processo de planeamento estratégico. O documento “AML Horizonte 2030” centrou o seu foco na antevisão do ciclo de programação da UE 2021-27 no território NUTS II AML. Já a CCDR LVT, através do documento “RLVT2030”, apresenta uma visão estratégica para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, o que corresponde ao território de jurisdição desta entidade. Estes documentos foram elaborados através de processos de mobilização de atores robustos e participados com atores territoriais de tipologias distintas e de especialistas académicos. Foram ainda objeto de alinhamento temático com os referenciais estratégicos existentes tanto ao nível do Estado Português (Plano Nacional de Reformas, PNR Portugal 2030), como ao nível comunitário (objetivos de política da Política de Coesão).

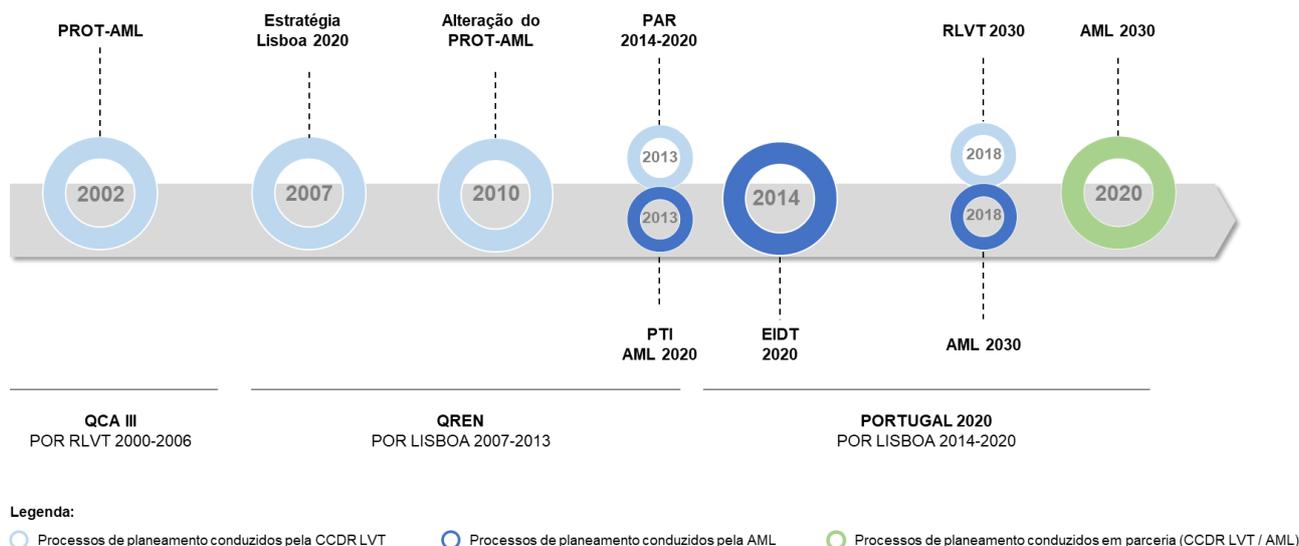


Figura 1 – Antecedentes de planeamento regional da AML 2002-2020

Fonte: AML / CCDR LVT

O processo de elaboração da Estratégia AML 2030 teve o seu início no XXI Governo que sinalizou às Áreas Metropolitanas, Comunidades Intermunicipais (CIM) e às CCDR a intenção de revisitação dos seus referenciais estratégicos (Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) e Planos de Ação Regional (PARL), respetivamente) tendo em vista a preparação do ciclo de programação comunitária para o período 2021-2027.

O acompanhamento da implementação do PARL e da EIDT de Lisboa tem vindo a ser realizado com regularidade, não só no quadro dos Relatórios Anuais do POR Lisboa como também com recurso a diversos indicadores que são apresentados no capítulo seguinte, 01 Posicionamento. Estes indicadores têm sido objeto de aferição regular no âmbito dos Relatórios de Contexto e das InfoDatas produzidas no OADRL.¹

Tendo em conta esta solicitação por parte do Governo, bem como o contexto institucional já referenciado, a AML e a CCDR LVT entenderam que a elaboração conjunta da Estratégia AML 2030 traria valor acrescentado para a Região e sinalizaria ao Governo nacional e à Comissão Europeia a vontade institucional de construção de um referencial estratégico único. Esta estratégia, dado o posicionamento da AML no contexto da Política de Coesão, teria um escopo mais alargado do que o de preparação do ciclo de programação comunitária, representando uma verdadeira estratégia global, multidimensional, integrada de desenvolvimento regional.

¹ CCDR LVT, disponíveis em <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/documentos-editados/1841.htm>.



Figura 2 – Antecedentes estratégicos e programáticos da Estratégia AML 2030

Fonte: AML / CCDR LVT

Este desafio impôs às duas entidades uma obrigação de desenvolver um documento estratégico assente num referencial de participação e mobilização de atores exigente e continuado. As bases programáticas e de participação de atores foram acompanhadas institucionalmente através da realização de reuniões do Grupo de Trabalho Metropolitano dos Fundos Comunitários (GTMFC) e do Conselho Metropolitano de Lisboa (CML). Neste enquadramento, a AML e a CCDR LVT efetuaram ainda uma apresentação do processo ao Comité de Acompanhamento do POR Lisboa 2020 (CAPORL 2020) e a AML foi ainda convidada pela CCDR LVT a participar no Conselho Regional de Inovação (CRI) que enquadra e estabelece os domínios de especialização prioritária da RIS3 da região (Estratégia Regional de Especialização Inteligente de Lisboa, EREIL).

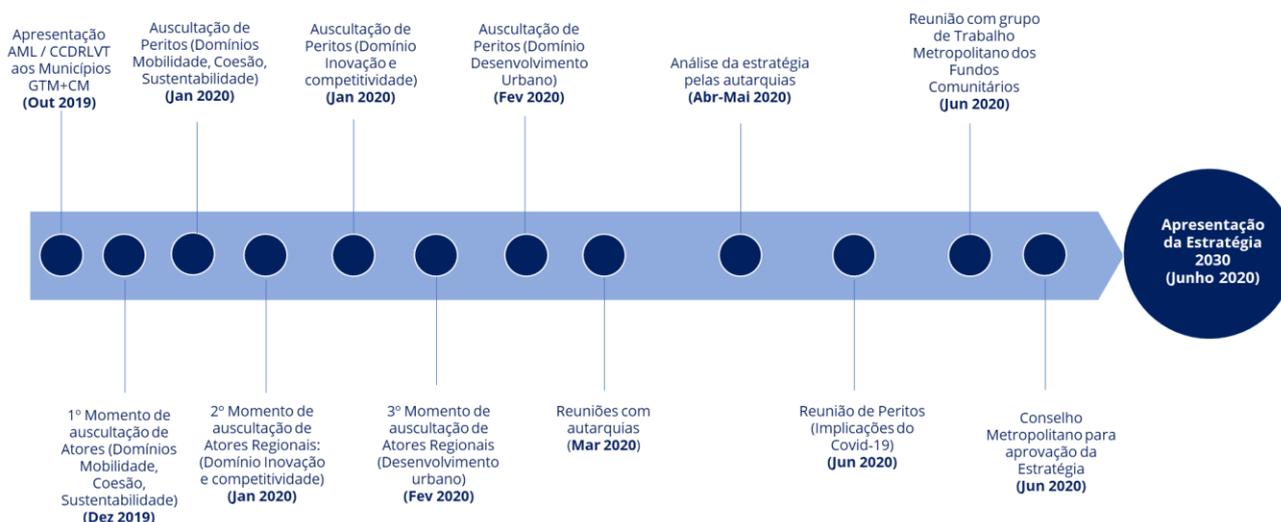


Figura 3 – Processo de Construção da Estratégia AML 2030

Fonte: AML / CCDR LVT

Tendo por base o enquadramento interinstitucional devidamente balizado, foi elaborado um plano de trabalho assente em múltiplos e consecutivos momentos de auscultação de atores regionais de diversas escalas e com enfoques temáticos distintos. Estes momentos de auscultação foram focados nos cinco domínios estratégicos

prioritários e na sua respetiva arquitetura e orientação programática. Esta auscultação de atores regionais foi sendo complementada e validada a cada momento por peritos científicos das respetivas áreas, o que veio fortalecer o processo de participação e de sedimentação técnica inerente à construção de um processo desta natureza.

A estes momentos de auscultação de atores regionais sucederam-se momentos de reunião das equipas técnicas da AML e da CCDR LVT bem como das autarquias², sendo estas reuniões já focalizadas em dimensões específicas do referencial estratégico, tendo em conta a sua formulação, mas também já com abordagens ao nível do seu processo de implementação e de cruzamento com os referenciais da Política de Coesão.

Salienta-se aqui o enfoque processual como fator crítico de sucesso para elaboração e implementação da Estratégia AML 2030, tanto ao nível da apropriação por parte dos atores regionais pertinentes, como ao nível da consolidação técnica. A priorização de um processo mais longo e robusto foi uma opção de fundo da AML e CCDR LVT, pretendendo que este processo de planeamento estratégico pudesse afirmar uma visão para a Região que assentasse numa leitura atenta da realidade e dos contextos socioeconómicos emergentes de modo a construir um referencial estratégico para a década que balizasse a lógica e a existência de um racional interinstitucional devidamente apreendido ao nível do *policy-making* metropolitano, regional e nacional.

Workshops Temáticos

- Sustentabilidade, 3 de dezembro (AML), participação: AHRESP, CM Barreiro, CM Lisboa, CM Loures, CM Setúbal, Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS), Direção-Geral de Política do Mar (DGPM), Fórum Oceano, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa (UL), Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ).
- Coesão, 4 de dezembro (AML), participação: ANIMAR, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), CM Lisboa, CM Loures, CM Odivelas, CM Seixal, Federação A Minha Terra, Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Lisboa (UDIPSS-Lisboa).
- Mobilidade, 4 de dezembro (AML), participação: CARRIS, Confederação do Comércio e Serviços (CCP), CM Alcochete, CM Barreiro, CM Lisboa, CM Loures, CM Odivelas, CM Palmela, CM Seixal, CM Setúbal, Confederação do Turismo de Portugal (CTP), Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa (ERT-RL), GTP, ITS Portugal, Instituto de Mobilidade e Transportes (IMT), Metro Transportes do Sul (MTS), Metropolitano de Lisboa, Turismo de Portugal, Transtejo Soflusa (TTSL), SEAPM.
- Inovação, 15 de janeiro (CCDR LVT), participação: POR Lisboa 2020, AICEP Portugal Global, CM Loures, CM Mafra, CM Odivelas, CM Oeiras, CM Sintra, Confederação Empresarial de Portugal (CIP), Confederação do Turismo de Portugal (CTP), Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT), Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa (ERT-RL), Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica (IBET), Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores - Investigação e Desenvolvimento (INESC-ID), Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC), Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ), Instituto de Tecnologia Química e Biológica da Universidade Nova de Lisboa (ITQB), Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), Turismo de Portugal, NOVA Information Management School (NOVA IMS).
- Desenvolvimento Urbano, 28 de fevereiro (AML), participação: ANIMAR, Bombeiros Voluntários da Parede, Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

² Reuniões de auscultação focalizada com Municípios: a 2 março com as autarquias da Amadora, Oeiras, Sintra, Cascais e Lisboa; a 2 de março com as autarquias de Mafra, Loures, Odivelas e Vila Fraca de Xira; a 4 de março com as autarquias de Almada, Seixal e Sesimbra; a 4 março com as autarquias de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela e Setúbal, 4 março.

(ISCSP) da Universidade de Lisboa (UL), Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA), CM Amadora, CM Alcochete, CM Almada, CM Cascais, CM Loures, CM Mafra, CM Moita, CM Odivelas, CM Oeiras, CM Setúbal, CM Vila Franca de Xira, Direção Geral do Território (DGT), EDU.LISBOA, Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa (ERT-RL), Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa (UL), Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), Ordem dos Engenheiros OE), Rede DLBC Lisboa

Reuniões de Peritos

Sustentabilidade Ambiental e Resiliência Territorial, 10 de janeiro (AML)

- Margarida Pereira / Professora Associada da Nova FCSH – Departamento de Geografia e Planeamento Regional. Investigadora no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA-NOVA FCSH).
- José Luís Zêzere / Professor Catedrático do IGOT-UL. Investigador do Centro de Estudos Geográficos (CEG) e coordenador do grupo de investigação “Avaliação e Gestão de Perigosidades e Risco Ambiental.
- Rosário Oliveira / Investigadora integrada do ICS-UL - Grupo de Investigação Ambiente, Território e Sociedade - e Professora Convidada na Universidade Autónoma de Barcelona.

Coesão e Coesão Social, 10 janeiro (AML)

- Jorge Gaspar / Professor Coordenador no ISEC. Investigador nas áreas da gestão autárquica e políticas sociais. Especialista em Higiene, Segurança e Higiene no Trabalho.
- António Guterres / Coordenador da Fundação Aga Khan. Colaborador do DINAMIA-CET do ISCTE-IUL.
- João Ferrão / Investigador coordenador do ICS-UL e coordenador do Grupo de Investigação “Ambiente, Território e Sociedade” e do Conselho dos Observatórios do ICS-UL.

Mobilidade, 8 de janeiro (AML)

- Filipe Moura / Professor Associado do IST. Membro do Centro de Investigação e Inovação em Engenharia Civil para a Sustentabilidade.
- Miguel Castro Neto / Professor Auxiliar Universidade Nova de Lisboa. Subdiretor da Nova Information Management School. Coordenador da pós-graduação em Smart Cities.
- Nuno Marques da Costa / Professor Auxiliar do IGOT-UL. Investigador do Centro de Estudos Geográficos (CEG).
- João Figueira de Sousa / Professor Associado Universidade Nova FCSH. Investigador no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA-NOVA FCSH).

Inovação e Competitividade, 13 janeiro (CCDR LVT)

- Vítor Escária / Professor Auxiliar do ISEG-UL. Investigador do CIRIUS – Centro de Investigações Regionais e Urbanas.
- Paulo Madruga / Professor Auxiliar Convidado do ISEG-UL. Executive Director da EY-Parthenon.
- Augusto Mateus / Professor Catedrático Convidado do ISEG-UL. Strategic consultant da EY Parthenon.
- Mário Vale / Professor Catedrático do IGOT-UL. Diretor do Centro de Estudos Geográficos (CEG) da Universidade de Lisboa.

Desenvolvimento Urbano, 28 de fevereiro (AML)

- Cristina Cavaco / Professora Auxiliar na FA-UL. Membro efetivo do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD).
- João Mourato / Investigador do ICS-UL.
- João Seixas / Professor Auxiliar da Nova FCSH – Departamento de Geografia e Planeamento Regional. Investigadora no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA-NOVA FCSH).

- José Manuel Simões / Professor Catedrático e Presidente do IGOT-UL. Investigador do Centro de Estudos Geográficos (CEG).
- Luís Jorge Bruno Soares / Consultor e especialista em urbanismo. Presidente da Assembleia Geral do Colégio de Arquitectos Urbanistas da Ordem dos Arquitectos.

Implicações do COVID-19 no Desenvolvimento Regional, 4 de junho (AML)

- Vítor Escária / Professor Auxiliar do ISEG-UL. Investigador do CIRIUS – Centro de Investigações Regionais e Urbanas.
- Margarida Pereira / Professora Associada da Nova FCSH – Departamento de Geografia e Planeamento Regional. Investigadora no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA-NOVA FCSH).
- João Ferrão / Investigador coordenador do ICS-UL e coordenador do Grupo de Investigação “Ambiente, Território e Sociedade” e do Conselho dos Observatórios do ICS-UL.
- Filipe Moura / Professor Associado IST. Membro do Centro de Investigação e Inovação em Engenharia Civil para a Sustentabilidade.
- José Manuel Simões / Professor Catedrático e Presidente do IGOT-UL. Investigador do Centro de Estudos Geográficos (CEG).
- João Seixas / Professor Auxiliar da Nova FCSH – Departamento de Geografia e Planeamento Regional. Investigadora no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA-NOVA FCSH).
- Luís Jorge Bruno Soares / Consultor e especialista em urbanismo. Presidente da Assembleia Geral do Colégio de Arquitectos Urbanistas da Ordem dos Arquitectos.



1 POSICIONAMIENTO

01 POSICIONAMENTO

Nas regiões metropolitanas europeias

A singularidade do posicionamento geográfico da AML – no encontro do mediterrâneo com o Atlântico – combinada com a agregação de fatores específicos como (i) a sinergia entre diversidade geográfica e riqueza dos recursos naturais (que permite a oferta de diversidade de estilos de vida e também uma oferta de atividades lúdicas distintas), (ii) a riqueza e diversidade patrimonial (património edificado, património natural, monumentalidade, narrativa urbana densa), (iii) a dinâmica cultural e criativa (eventos, iniciativas e intervenções urbanas artísticas e criativas) e (iv) o cosmopolitismo (integração bem sucedida de pessoas de todo o mundo, com particular relevância na relação com os países de língua portuguesa), constrói um quadro de vantagens competitivas que permitem ambicionar um protagonismo significativo no contexto das regiões europeias metropolitanas.

As transformações cada vez mais impactantes que a globalização continua a proporcionar, em que a digitalização é certamente mais um motor de aceleração de grandes tendências de fragmentação e desmaterialização das cadeias de valor, oferecem à AML e a Portugal um potencial de afirmação que decorre com naturalidade da sua posição geográfica: periférica face ao continente europeu, mas absolutamente central enquanto ponto de contacto entre dois mares, Mediterrâneo e Atlântico, e entre três Continentes, Europa, África e Américas. As funções que a AML conseguir desenvolver com vantagens concorrenciais em relação a outras regiões capitais e metropolitanas europeias beneficiarão, portanto, da sua capacidade de capitalizar a assunção de funções nas quais Lisboa possui uma inequívoca posição dominante.

A AML tem oportunidades de afirmação na globalização relativamente às quais possui a capacidade e o potencial de as otimizar plenamente e de as transformar num elemento funcional afirmativo e diferenciador, que dificilmente outras capitais europeias poderão chamar a si. Este papel funcional, afirmativo e diferenciado, desenvolve-se:

- Na afirmação de funções de intermediação, enquanto plataforma territorial de ligação entre o Atlântico e o Mediterrâneo, onde pode reforçar a sua atratividade como destino turístico e cultural e desenvolver funções de intermediação adequadas às necessidades de cadeias de valor fragmentadas que exigem maior capacidade de adaptação à alteração dos fatores competitivos;
- Na afirmação de funções de intermediação, também enquanto plataforma territorial de confluência de três continentes (Europa, África e Américas), onde Lisboa pode assumir funções de intermediação qualificada, no desenvolvimento de atividades logísticas competitivas, integradas em cadeias de valor ágeis e flexíveis à escala global, que relancem a importância da região na ligação entre continentes;
- Enquanto plataforma desmaterializada de carácter multicultural e criativo, com potencial para converter a sua multiculturalidade na capitalização de oportunidades no domínio criativo e cultural, bem como na aceleração do acesso a diferentes mercados com culturas e identidades diversas e, em particular, no protagonismo na promoção da aproximação, do diálogo e do relacionamento económico/comercial entre os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- Enquanto plataforma desmaterializada de carácter multicultural e criativo, pelo potencial de sustentar a integração equilibrada entre inovação e diferenciação, por via do cruzamento de atividades científicas e tecnológicas com atividades culturais e criativas.

É no aumento da diversidade de funções que reside a ambição de balizar adequadamente o protagonismo funcional que a região pode atingir, num quadro de competição com outras regiões metropolitanas europeias, e na construção de funções afirmativas e diferenciadoras. A ambição de balizar adequadamente o protagonismo funcional que o território metropolitano pode atingir deve, portanto, ser acompanhada de uma perceção concreta das funções que, naturalmente, têm vindo a ser concentradas em torno de Lisboa, cidade e região metropolitana, e das funções que, por omissão ou simples debilidade de concretização, possam estar a ser assumidas de forma menos ativa do que o necessário ou potencialmente atingível para um desenvolvimento sustentado do país, na conjugação dos diversos efeitos de difusão que devem ser disseminados a partir da região capital. O reconhecimento da excelência da AML no contexto nacional tende, porém, frequentemente, a mascarar, sob a capa dos indicadores que a favorecem, uma situação difícil e com várias zonas de recuo, no contexto europeu e internacional. Aliás, mesmo no plano interno da AML, verifica-se a continuidade de assimetrias e divergências entre os seus territórios.

A formulação convencional dos esforços de coesão territorial em Portugal tem sido associada a um processo de redistribuição entre a sua região mais desenvolvida e o resto do país, com implicações à escala da leitura da convergência europeia que não têm tido reflexos positivos, nomeadamente, se se considerar que, nos países que têm sustentado processos de convergência positiva em relação à Europa, o percurso evolutivo das respetivas regiões capitais é o de aumento tendencial do *gap* do PIB *per capita* regional face ao do País. A região de Lisboa situa-se, ao contrário, no grupo de regiões europeias mais desenvolvidas à escala nacional que apresentavam uma menor distância ou afastamento em relação à média nacional no PIB *per capita* (os oito casos onde é inferior a 50%). A AML situa-se, também, num grupo ainda mais restrito de quatro regiões europeias mais desenvolvidas com funções de capital (Bruxelas, Viena, Berlim e Lisboa) que viram reduzir, desde de 2000, de forma relevante a diferença do seu (maior) nível de vida em relação à média do país.

Nesta perspetiva, o processo de convergência da AML à escala europeia deve ser apontado como um dos fatores principais para os resultados do processo de convergência da economia Portuguesa ao longo dos dois últimos decénios, que indicam uma perda de quase três pontos percentuais no PIB por habitante face ao padrão médio vigente na UE. Este desempenho torna-se tendencialmente mais insatisfatório se analisado no contexto geral do processo de convergência à escala europeia em que decorreu, marcado por uma forte convergência dos novos Estados-membros que aderiram à UE na sequência do alargamento concretizado a partir de 2004.

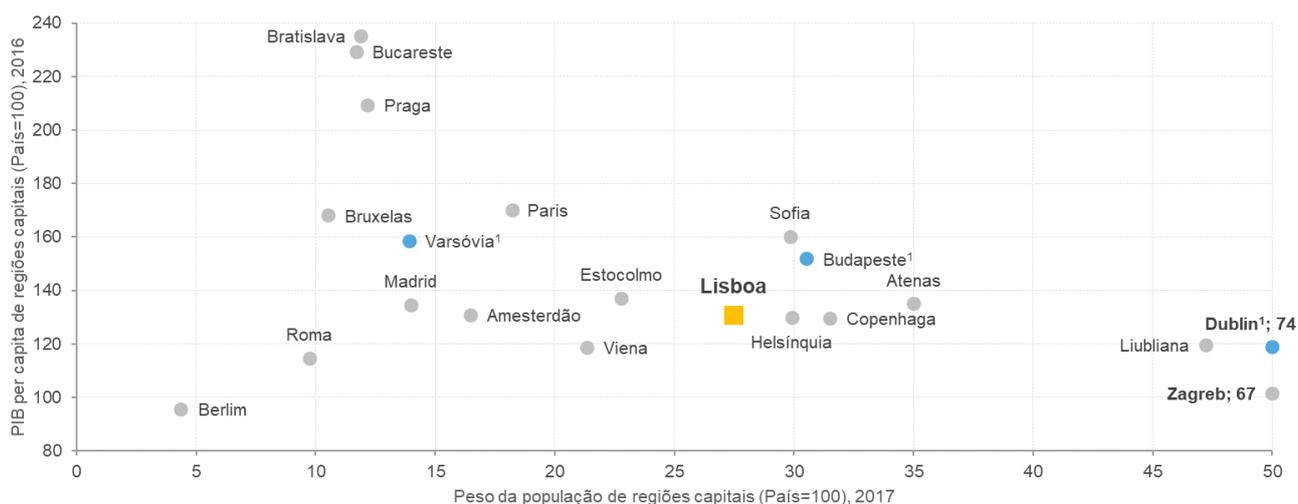


Gráfico 1 – Peso da população de regiões capitais vs PIB *per capita* em % do respetivo país da UE

Nota: (País =100), 2017; A região capital de Varsóvia PL12 – Mazowiecki foi descontinuada e dividida em PL91 – Warszawski Stoleczny e em PL92 – Mazowiecki Regionalny; a região capital de Dublin IE02 – Southern and Eastern foi descontinuada e dividida em IE05 – Southern e IE06 – Eastern and Midland; a região capital de Budapeste HU10 - Közép-Magyarország foi descontinuada e dividida em HU11 – Budapest e HU12 – Pest com a reclassificação de regiões NUTS II 2016. De forma a garantir a consistência da análise, utilizou-se para Varsóvia, Dublin e Budapeste, valores referentes à classificação antiga NUTS II 2013, em que o último ano disponível da série é referente a 2016. Fonte: INE/ Eurostat;

A evolução do nível de convergência no quadro das regiões capitais europeias e a incapacidade de se assumir como motor necessário dos diversos efeitos de disseminação e difusão que devem ser emanados a partir da região capital, encontram evidência no percurso claramente dissonante de Lisboa face ao grupo das regiões europeias capitais em que se enquadra. A região de Lisboa, que está inserida num conjunto de outras regiões europeias capitais que apresentam um nível médio de vida que supera o padrão médio europeu em 25%, surge como a região que, simultaneamente, enfrenta um dos desafios mais exigentes em matéria de convergência e realiza a trajetória menos conseguida.

A dimensão regional da trajetória de convergência europeia da economia portuguesa corresponde a um dos casos europeus mais explícitos de difícil compatibilização entre progressos na coesão regional interna e progressos na aproximação ao padrão europeu médio de nível real de vida. A evolução do PIB regional *per capita*, em termos reais, desde de 2000 caracteriza-se pela coexistência de uma situação onde, ao mesmo tempo que se reforçou a coesão regional interna ao país, se produziu um ponto de viragem no próprio processo de convergência europeia da economia portuguesa, com a acentuação das dificuldades na dinâmica de criação de riqueza, traduzido na substituição de um caminho de aproximação ao padrão médio europeu do PIB *per capita* por um caminho de afastamento, isto é, na afirmação do primado da divergência sobre o primado da aproximação.

Esta trajetória de convergência da economia portuguesa, valorizando o primado da coesão regional interna sobre a competitividade internacional e a convergência europeia, é fortemente determinada pela perda de dinamismo da região de Lisboa à escala europeia e pelo efeito que a AML possui enquanto motor do desenvolvimento económico nacional.

A AML deverá assim assumir, no contexto nacional, uma função líder na promoção de um desenvolvimento territorial que seja, não apenas, mais coeso à escala interna, mas, sobretudo, que promova e garanta um processo sustentado de convergência nacional à escala europeia.

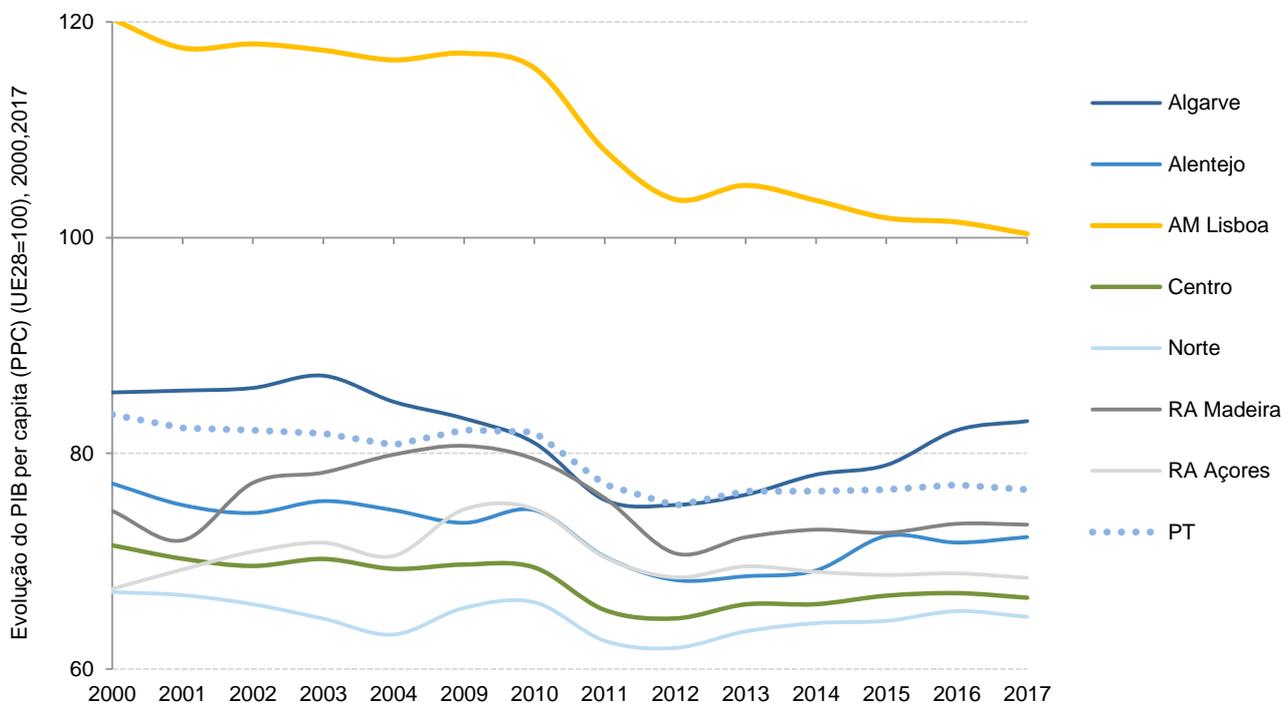


Gráfico 2 – Evolução do PIB per capita (PPC) das regiões portuguesas, 2000-2017

Nota: PIB per capita (PPC) em % da União Europeia (UE28) Índice de Competitividade Regional 2019, NUTS II na EU-28

Fonte: Eurostat, Contas Nacionais

No contexto nacional

A AML é a principal área urbana nacional, com quase três milhões de habitantes, representando cerca de 1/4 da população portuguesa. Nos últimos 30 anos, o incremento populacional tem sido bastante expressivo, com taxas de variação, por década, em torno dos 6% (quando a média nacional, na primeira década do milénio, não ultrapassou os 2%), em resultado da forte capacidade atrativa exercida sobre população migrante (portuguesa e estrangeira).

No contexto de crise económica e financeira internacional e da crise da dívida soberana na área do euro que lhe sucedeu, e que assolou a Europa e o país em particular, e da consequente retração do investimento e do emprego, desde 2012/2013 que se observa uma inversão desta trajetória (estagnação demográfica - crescimento de 0,4% no período 2011/2017; em igual período, estima-se que a população a residir no país, tenha sofrido um decréscimo na ordem dos 2,4%), acompanhada por um progressivo envelhecimento da população residente, embora bastante menos expressivo do que o observado na maioria das restantes regiões nacionais (em 2017, o índice de envelhecimento na AML era de 135,8 e a média em Portugal Continental rondava os 158,3).

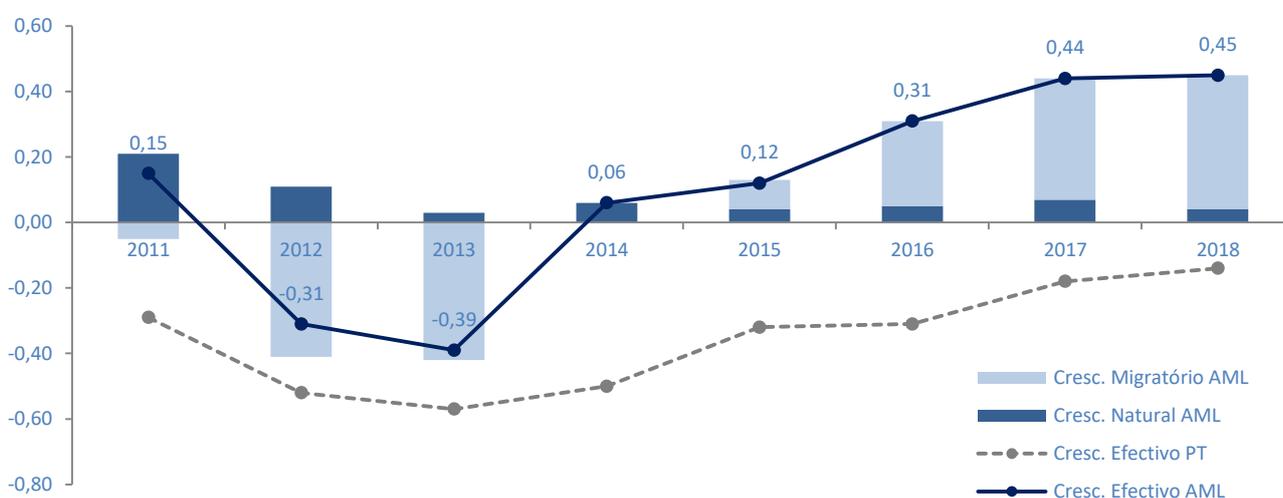


Gráfico 3 – Taxa de Crescimento Natural, Migratório e Efetivo na AML e Efetivo PT 2011-2018

Fonte: Taxa de crescimento natural, migratório e efetivo (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Indicadores demográficos; in OADRL CCDR LVT / Relatório de Contexto e Monitorização | AML 2014-2018

Não obstante, são de assinalar importantes assimetrias intra metropolitanas, em termos de evolução da população residente: (i) regressão demográfica nos municípios com maior expressão populacional, localizados na primeira coroa (Lisboa, na margem norte; Almada e Barreiro, na margem sul); (ii) crescimento populacional em municípios da segunda coroa exterior a Lisboa, como Mafra, Alcochete, Montijo ou Cascais. Situação semelhante acontece no que respeita ao envelhecimento populacional, em parte associado ao decréscimo da natalidade. A tendência para a redução da taxa de natalidade tem-se acentuado nos últimos anos, passando de 11‰, em 2011 (nesse ano, a média nacional rondava os 9,2‰), para 10,3‰, em 2017. Municípios como Odivelas, Lisboa e Amadora destacam-se pela positiva, enquanto Palmela e Barreiro relevam pela negativa, com taxas muito reduzidas (7,9‰ e 8,7‰, respetivamente).

A AML constitui-se como o principal pólo de emprego e o motor da economia portuguesa. Concentrando a maioria dos centros de decisão económica do País, e representando, em 2016: 36% do PIB nacional; 37% do VAB; 29% do emprego; 28% das empresas (27% das empresas não financeiras); 35% das pessoas empregadas em empresas não financeiras; 49,0% do pessoal ao serviço nos serviços e 14,5% do pessoal ao serviço no turismo (fonte INE).

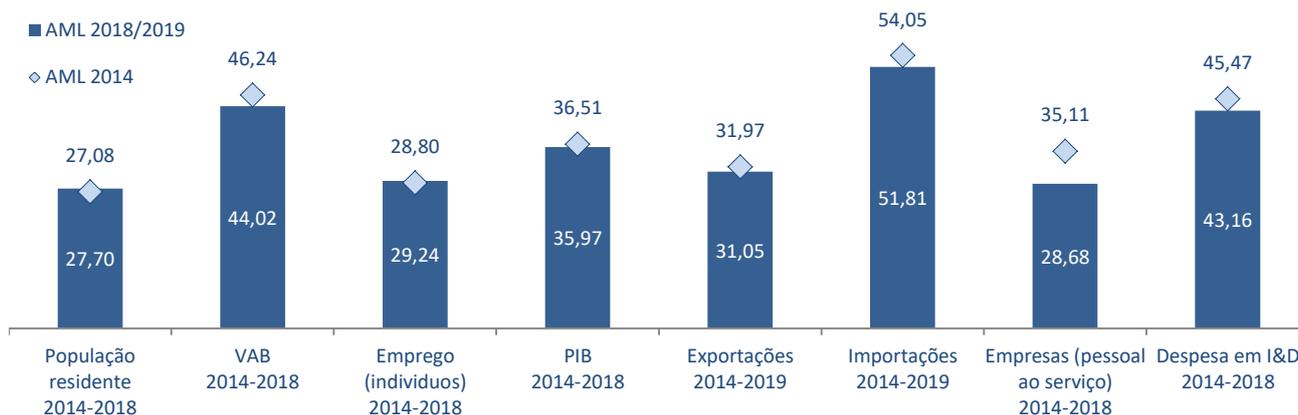


Gráfico 4 – AML: principais indicadores / peso no país

Fonte: População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE; Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual - INE; Emprego - indivíduos totais (Base 2011 - N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE; Produto interno bruto (B.1*g) a preços correntes (Base 2011 - €) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE; Exportações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE; Importações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE; Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE; Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D - €) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - DGEEC; ; in OADR L CCDD LVT / Relatório de Contexto e Monitorização | AML 2014-2018

Apesar de ser marcada por territórios bastante urbanizados e com forte dinâmica empresarial, sobretudo no núcleo central, a AML acolhe espaços de grande interesse para a conservação da natureza e biodiversidade (áreas classificadas, áreas da Rede Natura 2000, área com estatuto de proteção internacional), de que são exemplo os Parques Naturais de Sintra e Cascais e da Arrábida, e inúmeras singularidades patrimoniais (diversos valores culturais classificados pela UNESCO como Património Mundial, de que são exemplo, a Paisagem Cultural de Sintra e o Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, em Lisboa) que lhe concedem um papel relevante para o desenvolvimento de alguns segmentos turísticos.

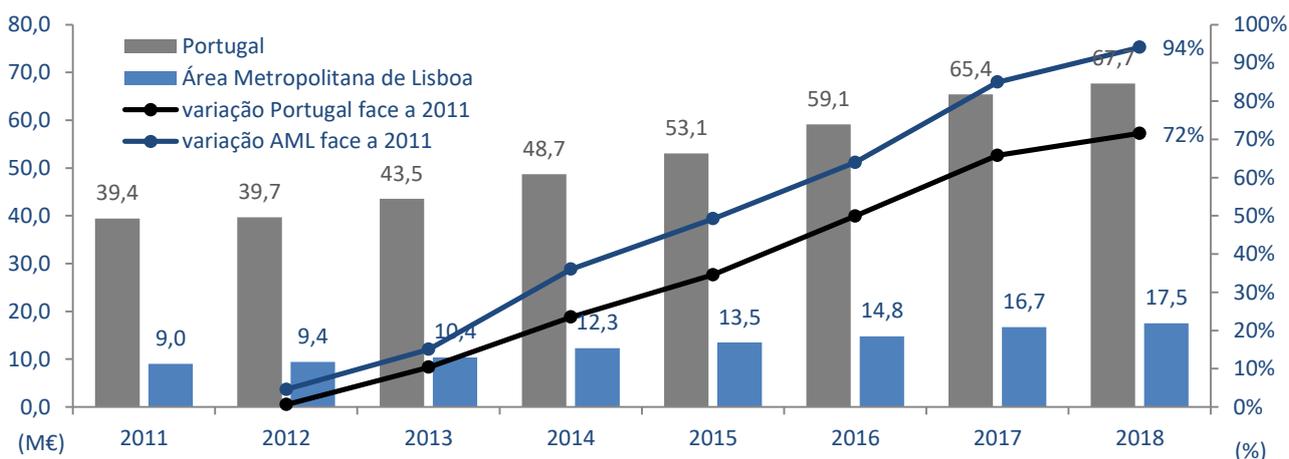


Gráfico 5 – Dormidas (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos; ; in OADR L CCDD LVT / Relatório de Contexto e Monitorização | AML 2014-2018

Os recursos naturais, ambientais e patrimoniais, distintivos nos mais variados contextos territoriais, constituem vantagens comparativas e competitivas muito relevantes, para o turismo e outras atividades estruturadoras da base económica regional. Depois do Algarve, a AML é o principal destino turístico nacional, representando, segundo o Turismo de Portugal, em 2016, ao nível da oferta, 19,7% da capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros e, ao nível da procura, 25,3% das dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico nacionais. Nos dois últimos decénios, o turismo registou um acréscimo muito relevante, como o comprova a evolução, entre 2000 e 2016, de alguns indicadores na AML: aumento do número de estabelecimentos (119%) e da capacidade de alojamento (67%), com impacte importante no acréscimo da procura (144%, no número de hóspedes; 136%, no número de dormidas).

A elevada concentração de recursos de ensino, científicos e tecnológicos e de qualificação (a AML possuía um terço dos estabelecimentos de ensino superior em Portugal e 38% dos alunos universitários, no ano letivo 2016-2017, segundo a DGES) colocam a AML numa posição de partida bastante favorável no contexto nacional para se posicionar numa economia baseada no conhecimento e na inovação. No decurso das últimas duas décadas, a AML registou importantes progressos no que trata à educação e formação, com destaque para a redução das situações de analfabetismo (a taxa de analfabetismo passou de 10,9%, em 1981, para 3,2%, em 2011, segundo o INE – Recenseamentos Gerais da População) e de abandono escolar e a inserção no sistema de ensino da maioria das crianças e jovens em idade escolar (no ano letivo 2015-2016, a taxa de transição/conclusão do ensino secundário foi de 80,8%, na AML). Embora ainda existindo um longo caminho a percorrer nesta dimensão, a AML apresenta uma expressiva concentração de população residente com ensino superior completo (um quarto da população residente; quase sete pontos percentuais acima da média nacional, segundo o INE), conferindo-lhe um posicionamento privilegiado à escala nacional na disponibilidade de potencial humano qualificado para o mercado de trabalho.

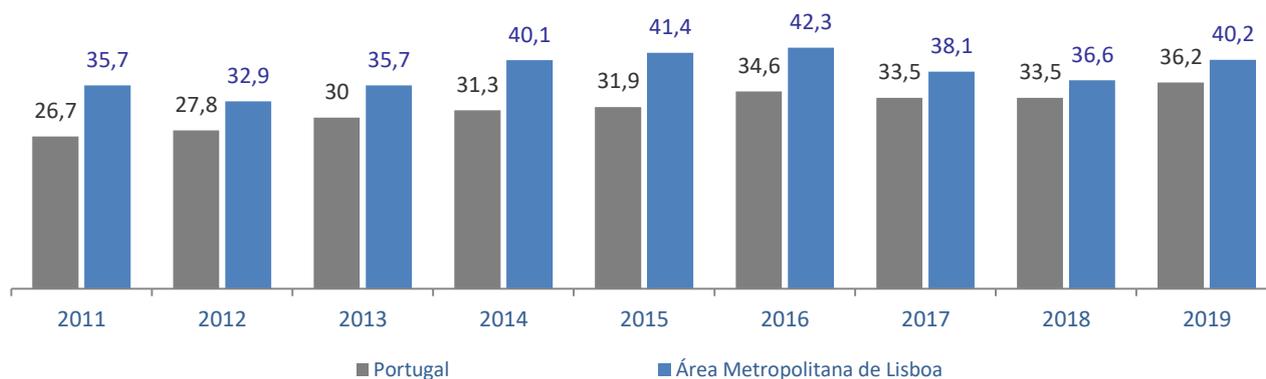


Gráfico 6 - Taxa de escolaridade do nível de ensino superior da população com idade entre 30 e 34 anos

Nota: Proporção da população ativa (Série 2011 - %) da população residente com idade entre 30 e 34 anos por Local de residência (NUTS - 2013);

Fonte: INE, Inquérito ao emprego

Inovação e competitividade

Base económica diversificada, suportada em segmentos com potencial de afirmação relevante nas cadeias de valor globais

A atividade económica regional assenta num conjunto de setores muito diversificados e na sedeação e concentração dos elementos mais dinâmicos do desenvolvimento económico nacional (sistema de ciência e tecnologia, grupos financeiros, multinacionais, categorias socioprofissionais mais qualificadas e com maior capacidade de consumo). Observa-se na região de Lisboa uma especialização produtiva nos “serviços empresariais”, “transporte, logística e distribuição” e “energia e ambiente”, seguindo-se as “indústrias alimentares”, as “mecânicas e eletrónicas” e “químicas”, o que lhe confere uma base sólida para o aprofundamento de processos de industrialização em setores

chave e para o aprofundamento paralelo de lógicas de cadeia de valor, em atividades integradas ao longo da extensão dessas cadeias.

O segmento dos serviços relacionados com as tecnologias digitais constitui uma das componentes da especialização produtiva da AML. Este segmento é tipicamente polarizado em torno de uma cidade capital, cujas funções de centralidade à escala nacional e internacional incorporam uma importante dimensão económica, fortemente associada à concentração de grandes sedes empresariais enquanto centros nevrálgicos na produção de bens, da posse e disseminação de conhecimento, da capacidade financeira ou da capacidade de mercado. A margem norte da AML detém um perfil de especialização produtiva mais vincado neste segmento de atividades de serviços do que a Península de Setúbal e confere argumentos que justificam a existência de uma dinâmica já firmada à qual importa dar densidade e sustentar instrumentos de aprofundamento e/ou alargamento.

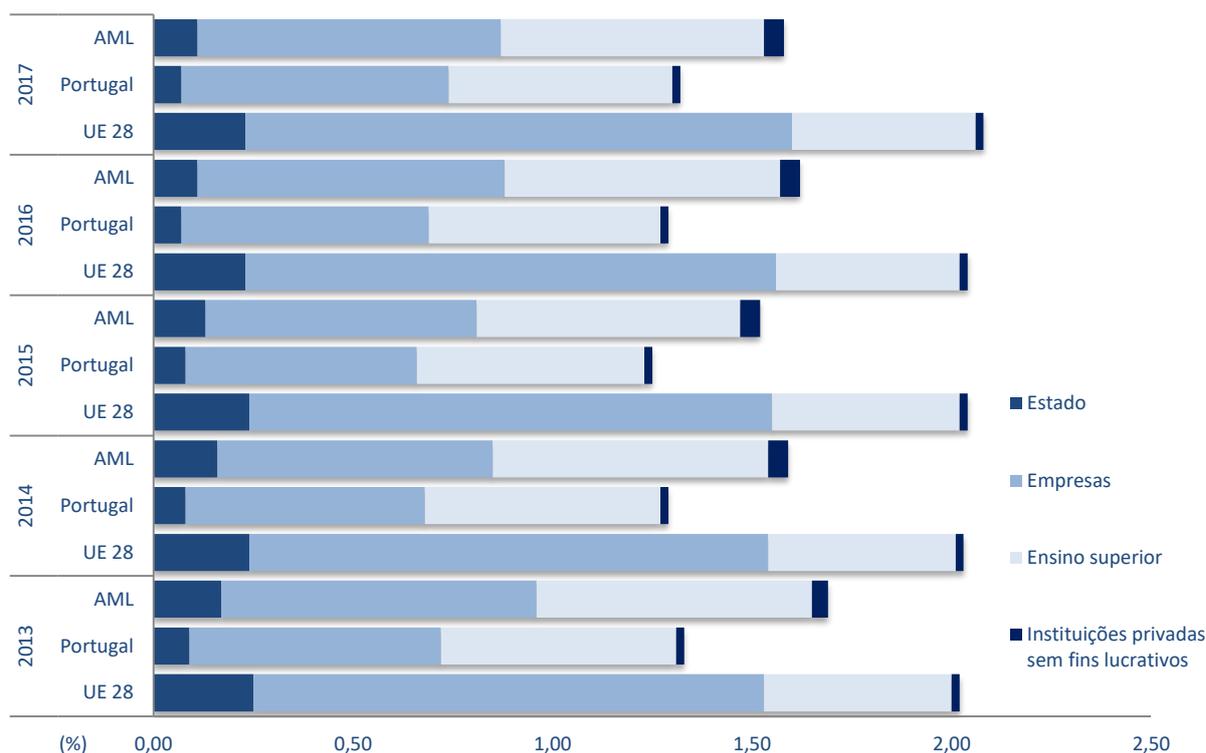


Gráfico 7 – Proporção da Despesa Total em I&D por Sector de Execução

Fonte: Eurostat: Total intramural R&D expenditure (GERD) by sectors of performance and NUTS 2 regions [rd_e_gerdreg]; Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Sector de execução; Anual; dnd: Dados não disponíveis; in OADRL CCDR LVT / Relatório de Contexto e Monitorização | AML 2014-2019;

Na base da inovação, encontram-se não só os processos autónomos de investigação e de desenvolvimento tecnológico, mas fundamentalmente a transferência deste conhecimento e tecnologia das instituições de investigação e ensino superior para o setor empresarial. Este território tem registado um aumento significativo de investimento em I&D, sendo as empresas as instituições que mais executam despesa em I&D, superando os 50% (uma parcela desta despesa tem, no entanto, origem em financiamento público). No que respeita à concentração de emprego em atividades de I&D e de empresas com atividades de inovação, apresenta igualmente uma expressão consideravelmente superior ao resto do País. O número de patentes registadas, superior à média nacional, essencialmente devido à forte concentração e dinâmica do sistema de ciência e tecnologia que estimula o processo de desenvolvimento tecnológico no território metropolitano, apesar de ser claramente inferior à média europeia ³.

³ Ver por exemplo, INE (2018), A competitividade e a inovação das regiões portuguesas, in Retrato Territorial de Portugal.

Forte atratividade turística e de visitação suportada no património, cultura e cosmopolitismo

A cidade de Lisboa enquadra-se no contexto de uma região onde se verifica uma combinação feliz de elementos que lhe conferem uma singularidade com potencial de articulação de experiências valorizáveis pelo turista, como sejam as zonas costeiras, praias da faixa litoral e pontos de animação e lazer; o património natural, reconhecido e classificado (zona de lezírias no Ribatejo e de proteção dos estuários do Tejo e do Sado, e Parques Naturais das Serras de Sintra e da Arrábida, etc.); e o arco patrimonial que se centra na cidade de Lisboa e se alarga a uma região envolvente que lhe confere densidade e diversidade.

Esta singularidade é encarada, pelos agentes e *players* do setor, conforme confirmado nos *workshops* realizados, como um instrumento importante na afirmação turística de Lisboa, encontrando-se densidade para a fixação de objetivos de atuação conjunta (a diversos níveis) em torno da afirmação do produto turístico “Lisboa”, da sua promoção internacional e do reforço da sua notoriedade. O setor do comércio, para além de desempenhar um papel fulcral na vitalidade das principais centralidades urbanas, tem também assumido um papel de relevo na diferenciação turística e na sua atratividade.

O turismo e a hospitalidade afirmam-se como setores de especialização regional e apresentam um alinhamento com os objetivos e orientações assumidas nos documentos estratégicos de âmbito nacional⁴. Neste contexto, é fundamental, para explorar todo o seu potencial, um esforço de promoção visando a captação sustentável de fluxos turísticos crescentes e cada vez mais qualificados, quer para dinamizar a oferta que tem aumentado, quer para se afirmar num contexto internacional competitivo onde cada vez há maior e mais sofisticada concorrência. Revela-se especialmente importante melhorar as atuais infraestruturas de apoio à “*Meetings Industry*”, que pelas limitações que possuem, designadamente ao nível da sua dimensão e condicionantes de gestão, não permitem um crescimento adequado, designadamente dos grandes congressos que enfrentam dificuldades em encontrar locais para a sua realização a custos competitivos.

Sustentabilidade ambiental e resiliência territorial

Tendência para a redução do consumo de eletricidade e para a melhoria de eficiência energética

A prossecução dos objetivos e metas definidas no setor da energia em termos nacionais⁵, implica que a região de Lisboa, seja um dos principais contribuintes para: reduzir a despesa energética face ao exterior para 74%; reduzir em 20% o saldo importador energético; reduzir em 9,8% o consumo de energia final; melhorar em 20% a eficiência energética; reduzir em 6 MTep o consumo de energia primária; reduzir em 2.000 M€ as importações anuais de combustíveis fósseis.

Por outro lado, a região tem procurado antecipar a transição energética, sobretudo mediante a melhoria dos indicadores de consumo de energia (doméstico, não-doméstico e industrial). O consumo de eletricidade na AML representava, em 2016, cerca de 25,1% do consumo nacional (26,7%, em 2010), com especial relevância para os municípios de Lisboa (25,4% no total de consumo na AML; redução em 13,1%, face a 2010) e Setúbal (11,1% do total na AML; redução em 7,9%, quando comparado com o consumo em 2010).

⁴ Ver por exemplo, Estratégia Turismo 2027.

⁵ Nomeadamente na Estratégia Nacional da Energia (ENE 2020), no Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE 2017-2020) e no Plano Nacional de Reformas (Portugal 2020).

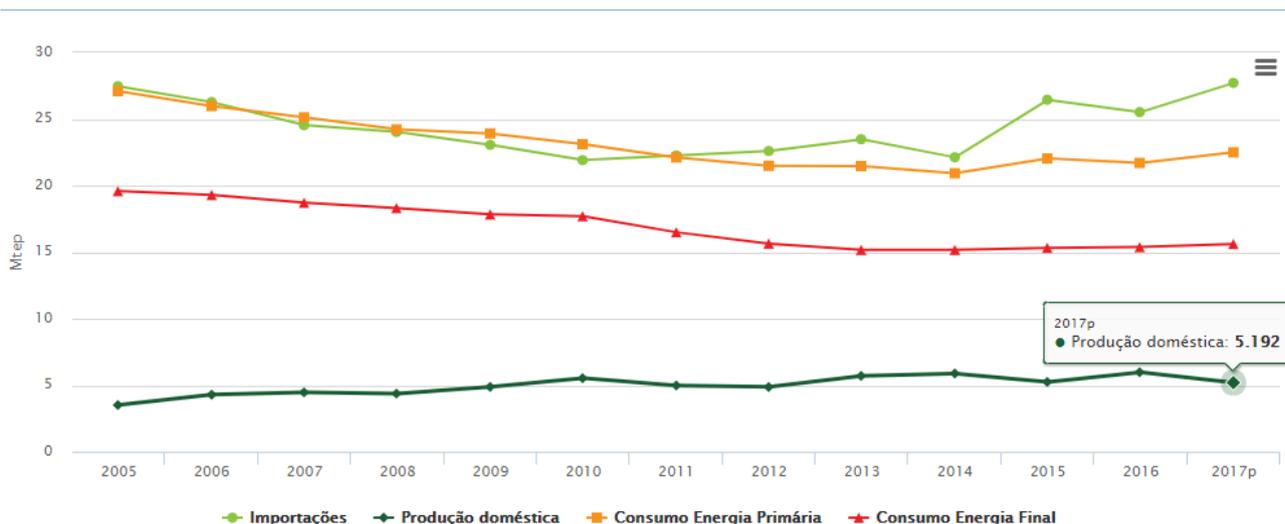


Gráfico 8 – Evolução do balanço energético: importações, prod. doméstica e consumos de energia primária/final

Notas:p - Dados provisórios; Fonte: DGEG, 2019; <https://rea.apambiente.pt/content/produ%C3%A7%C3%A3o-e-consumo-de-energia>

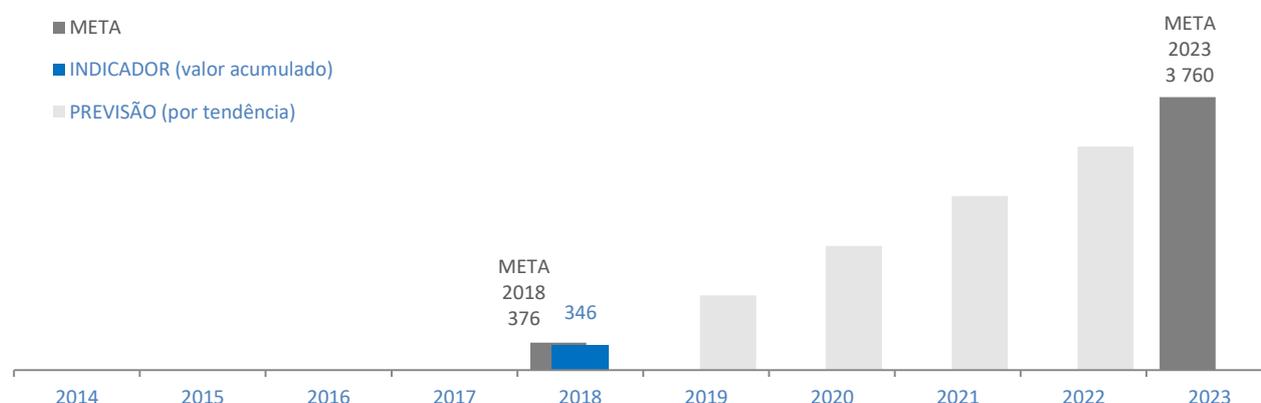


Gráfico 9 – Eficiência Energética: N.º Agregados Familiares com Consumo de Energia Melhorado (Contrat.) (FEDER)

Fonte: PORL 2020; in OADRL CCDR LVT / Relatório de Contexto e Monitorização | AML 2014-2018

Os consumos “não-doméstico” e “industrial” destacam-se no consumo de energia elétrica, segundo o tipo de consumo, representando cerca de 64,4% do total, com uma distribuição relativamente similar pelas duas tipologias (34,4%, e 30% respetivamente). Sublinhe-se o peso tendencialmente menor assumido pela iluminação das vias públicas e iluminação interior de edifícios do Estado (6,2% do consumo na AML, em 2016, quando em 2010, esse valor rondava os 9%), sobretudo no caso de Lisboa, capital do país e município onde estão sedeadas as principais instituições e organismos da Administração Pública, elucidativa da forte aposta registada nos últimos anos, em termos de redução de consumos e aumento da eficiência energética na Administração Pública (as medidas desenvolvidas no âmbito do Programa Específico de Eficiência na Administração Pública, ECO.AP, concorrem para o ambicioso desafio de aumentar em 30% a eficiência energética no Estado).

Pela dimensão do tecido empresarial e pela natureza das indústrias localizadas na AML, o consumo de energia elétrica na Indústria representa cerca de 20,2% do total consumido pela indústria nacional (3.559 milhões de KWh, em 2016, traduzindo um decréscimo de 14,1%, face a 2010, segundo a DGEG). O aumento da eficiência energética nas habitações familiares (segmento residencial), melhorando o conforto térmico das habitações, é fundamental para obter economias de energia. Em 2016, segundo a DGEG, o consumo doméstico de energia elétrica por habitante, na AML, era inferior à média nacional (1.122 KWh e 1.267 KWh, respetivamente).

Persistência de problemas no sistema de mobilidade interna, com impacte no elevado consumo de energia pelo setor dos transportes

O setor dos transportes é responsável por mais de um terço do consumo de energia final, sobretudo associado ao meio rodoviário, pelo que tem um papel decisivo na prossecução dos objetivos e metas traçadas, ao nível da redução das importações anuais de combustíveis fósseis e, conseqüentemente, na redução das emissões de GEE (meta de 20%, cerca de 20 milhões de toneladas, até 2020).

A AML continua a apresentar problemas no sistema de mobilidade interna e de ineficiência energética no setor dos transportes, carecendo de uma aposta ainda mais incisiva nos transportes coletivos e em soluções de desincentivo ao transporte individual. Não obstante, em 2016, segundo a DGEG, o consumo de combustível automóvel por habitante era, no território metropolitano, inferior à média nacional (0,44 e 0,54 Tep/hab., respetivamente).

Em 2016, concentrava 26,6% do consumo nacional de gasolina e 21,1% do consumo de gasóleo rodoviário. Municípios como Alcochete, Palmela e Montijo, onde o transporte individual motorizado emerge com maior destaque enquanto principal meio de transporte nas deslocações quotidianas, apresentam consumos de combustível automóvel por habitante, bastante superiores à média regional e nacional (em 2016, em alguns casos duas vezes maiores)⁶.

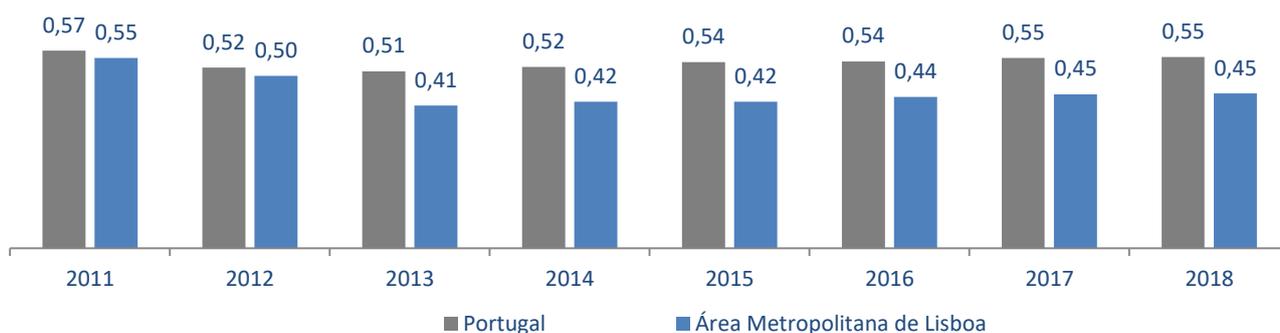


Gráfico 10 – Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/ hab.) por Local de residência (NUTS - 2013)

Nota: Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural; Fonte INE / DGEG

A redução do consumo global energético (especialmente dos combustíveis fósseis) do transporte individual deverá continuar a ser priorizada, assim como o aprovisionamento energético seguro e economicamente acessível tanto para consumidores como empresas. A este objetivo, associa-se o da circularidade económica. O desafio da economia circular aplicado aos transportes, passa, em parte, pela promoção de novas formas de suporte à mobilidade. A mobilidade partilhada (uso partilhado de veículos, individuais ou coletivos), aliada a uma oferta de serviços de transportes integrados e progressivamente mais customizados em função da utilização concreta, tem sido uma aposta recente na AML.

⁶ Os resultados do Inquérito à Mobilidade nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa 2017 (INE), permitem avaliar o padrão de deslocações na AML. Nos resultados apurados sobressai o transporte individual motorizado como principal meio de transporte (59,8%), assumindo-se o automóvel (ligeiro de passageiros) como o principal meio de transporte nas deslocações (58,9%). Sendo o principal motivo das deslocações o “trabalho”, no caso dos residentes destes Municípios (Alcochete, Palmela e Montijo) revela a importância dos Municípios vizinhos (Alcochete-Montijo; Palmela-Setúbal) e de Lisboa, enquanto destinos das deslocações.

Elevado potencial para a produção de energia

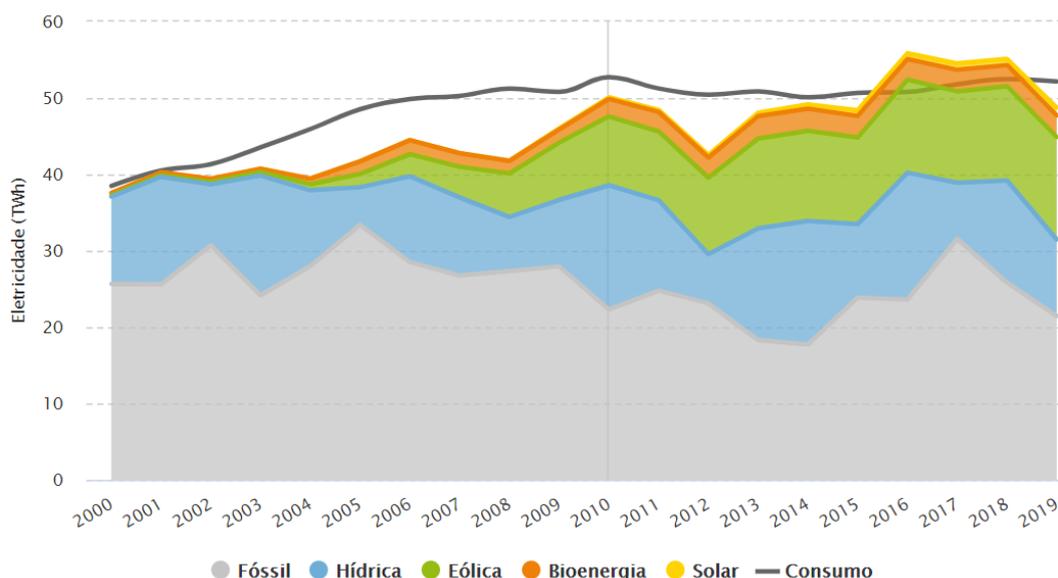


Gráfico 11 – Evolução da produção energia elétrica Portugal

Fonte: APREN; <https://www.apren.pt/pt/energias-renovaveis/producao>

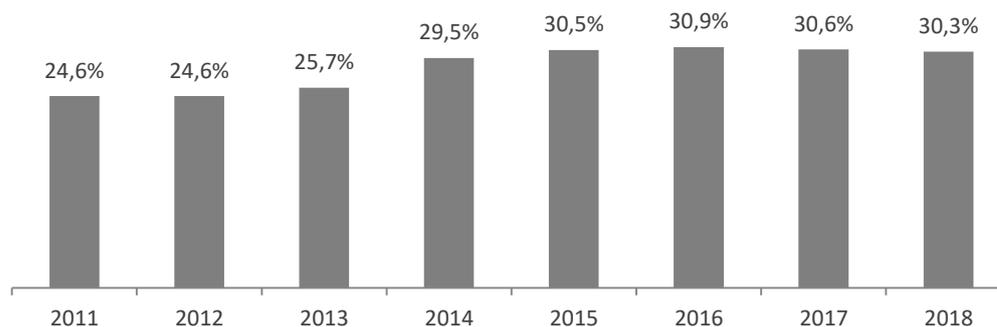


Gráfico 12 – Proporção de energias renováveis no consumo final bruto de energia (%) Portugal;

Fonte: INE / Anual - DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural

Segundo Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER), Portugal deverá produzir 31% da energia primária consumida com base em fontes de energia renováveis endógenas (meta para 2020). Dadas as suas características e posição geográfica, a AML apresenta um potencial de produção energética significativo, nomeadamente no que respeita à energia eólica (frequência e intensidade dos ventos dominantes) e fotovoltaica (elevado número de dias no ano, com céu limpo; radiação solar global de 6.530 MJ/m², em 2016).

Em 2014, segundo a DGEG, a energia produzida na AML representava apenas 4,6% do total da produção bruta de eletricidade nacional (sobretudo sustentada na energia térmica – 2.080.122.934 KWh). Nesse ano, a quota da produção de eletricidade da AML a partir das fontes “eólica” e “fotovoltaica”, era ainda relativamente incipiente no primeiro caso (2,2%), mas já apresentava uma expressão relevante no segundo caso (20%).

A proximidade oceânica e a existência de manchas florestais significativas (em municípios como Sesimbra, Palmela ou Montijo) concorrem para que a energia das ondas, da biomassa florestal e agrícola⁷ e do biogás possam assumir, se devidamente potenciadas, um papel importante na oferta de energia no território metropolitano, contribuindo para uma diminuição da dependência dos combustíveis fósseis e redução da dependência energética externa. Também a produção de eletricidade em regime especial (PRE), nomeadamente através da utilização de recursos endógenos renováveis ou de tecnologias de elevada eficiência energética como a produção combinada de calor e eletricidade (cogeração), devem possuir um papel importante nesta estratégia (unidades de produção e autoconsumo bem como unidades de pequena potência).

Alterações climáticas passíveis de incrementar a frequência e a magnitude de alguns fenómenos naturais

A AML encontra-se exposta a um leque variado de perigos, potenciados pelos efeitos gerados pelas alterações climáticas (cheias rápidas, fenómenos de erosão costeira, deslizamento de vertentes). A AML totaliza 24,4% do conjunto de cheias/inundações e 34,5% do conjunto de movimentos de massa em vertentes, com efeitos danosos registados em Portugal Continental nas últimas décadas. Os troços de litoral, submetidos a erosão marinha mais intensa, correspondem às áreas de costa baixa arenosa, com destaque para o setor Cova do Vapor - Fonte da Telha (concelho de Almada). Segundo o POC Alcobaça-Cabo Espichel, entre 1999-2007 a linha de costa no troço costeiro entre a Cova do Vapor e São João da Caparica recuou em média cerca de 26 metros (3,3 metros/ano), tendo atingido valores máximos da ordem dos 42 metros no setor Norte.

A necessidade da AML se dotar de instrumentos que permitam um maior conhecimento e apoio à decisão e, conseqüentemente, uma maior capacidade de resposta e adaptação à ocorrência de fenómenos extremos, originou a elaboração do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da AML (PMAAC-AML). Este Plano, para além de promover um maior conhecimento da vulnerabilidade regional, identifica as respostas e medidas adaptativas necessárias para o território metropolitano. De igual modo, também ao nível municipal, esta preocupação com o reforço da capacidade adaptativa às alterações climáticas tem marcado a agenda nos últimos anos, como atesta a elaboração de diversos Planos Municipais e Estratégias Municipais, centradas nesta dimensão.

Tendência para uma melhor preservação e gestão sustentável da água

A AML é bastante rica em recursos hídricos subterrâneos (segundo a APA, em 2016, com 83 milhões de m³ de água captada, representa 10% do valor total de água captada no país, maioritariamente com origem em águas subterrâneas), cuja distribuição geográfica evidencia um forte contraste norte-sul, com significativo destaque para a Península de Setúbal (o sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, representa 53% das reservas de água subterrânea extraíveis em Portugal). Em 2016, segundo a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, o indicador de água segura era de 99,7% (98,7%, em Portugal Continental) sendo, em função da ausência de qualquer incumprimento do valor paramétrico nas análises realizadas, plenamente segura (superior a 99,9%) no caso dos concelhos de Sesimbra, Almada, Cascais e Vila Franca de Xira.

A AML prosseguiu nos últimos anos a consolidação do ciclo de cobertura universal de abastecimento domiciliário de água e de tratamento dos caudais captados para esse efeito. Assim, em termos de abastecimento de água, apresentava, em 2016, um nível de cobertura de 100% da população servida por sistemas públicos de abastecimento e um nível de cobertura de 96,2% em termos de proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais. Neste indicador, destacam-se pelos valores mais reduzidos, os municípios de Palmela (81%), Mafra (84%) e Moita e Montijo (86%).

⁷ Além da biomassa florestal, existe um potencial considerável de biomassas residuais (de origem agrícola, agroindustrial e agropecuária), que podem ser valorizadas para fins energéticos gerando importantes benefícios de ordem ambiental, económica e social. Assim, também neste domínio os princípios da economia circular devem e podem ser adotados.

A transição para a economia circular concede ao ciclo urbano da água um papel decisivo (quanto menores sejam os recursos a serem usados, menor será a pressão sobre o ambiente). A aposta na monitorização da perda de água no abastecimento é uma das principais dimensões a considerar neste domínio. Um dos principais problemas que persiste no território metropolitano está associado às perdas nos sistemas de abastecimento de água, como resultado, em parte, da antiguidade e degradação das redes em baixa. Em 2016, contabilizaram-se 25,3 milhões de m³ de perdas de água no sistema, sendo especialmente preocupantes, pelos volumes em causa, em Lisboa e Sintra (40% das perdas registadas na AML). Segundo a ERSAR, em termos de água distribuída por habitante, apresenta valores de consumo superiores à média nacional (79,3 contra 62,7 m³/ hab.), embora se observe uma trajetória de redução significativa nos últimos anos (em 2011, esse valor era de 88,1 m³/ hab.).

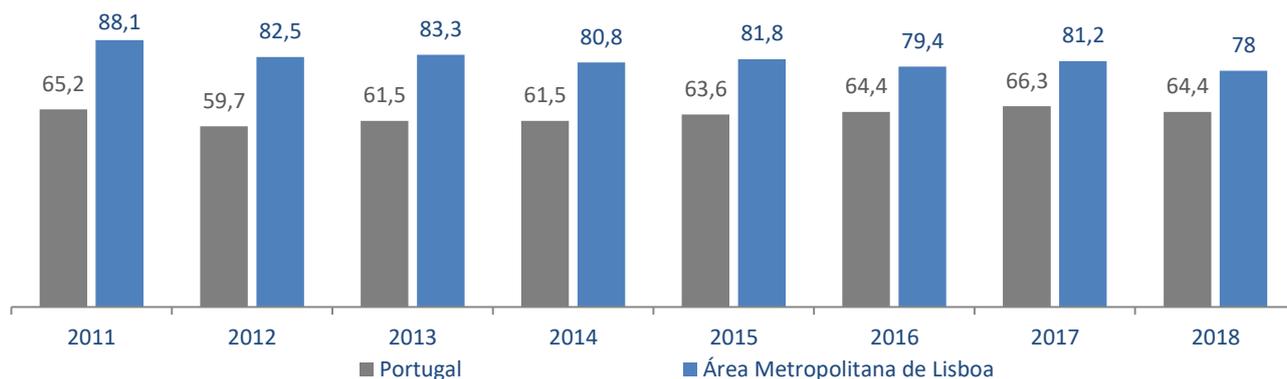


Gráfico 13 – Água distribuída por habitante (Série 2011) (m³/ hab.) por Localização geográfica (NUTS - 2013);

Nota: Fonte INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento.

Persistência de alguns espaços com elevadas concentrações de gases prejudiciais à saúde humana

Segundo o Plano de Melhoria da Qualidade do Ar da RLVT para as excedências no período 2011-2014 (medidas até 2020), na AML, a qualidade do ar ambiente, em termos médios, pode considerar-se boa. Não obstante, continuam a registar-se, em algumas estações, concentrações elevadas de partículas inaláveis (PM₁₀) e, pontualmente, de NO₂, sobretudo no município de Lisboa, onde os limites, anual e diário, das concentrações de PM₁₀ têm sido pontualmente ultrapassados, designadamente em áreas de tráfego mais intenso.

Desde 2005, as concentrações de PM₁₀, embora ainda registem excedências aos valores limite legislados, apresentam uma tendência de melhoria significativa. A persistência de alguns focos em que os valores dos poluentes atmosféricos (PM₁₀ e NO₂) podem colocar em risco a saúde pública, gera a necessidade de se continuar a ter uma preocupação especial nesta dimensão, nomeadamente com a procura de soluções (os níveis mais elevados de partículas registados, sobretudo no município de Lisboa, são consequência das elevadas emissões associadas à circulação do tráfego automóvel combinadas com condições meteorológicas muito particulares).

Margem para a melhoria da valorização dos resíduos e da redução da produção e deposição em aterro

Segundo as Estatísticas do Resíduos Urbanos (INE), em 2016, a proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem, na AML, era inferior à média nacional (32,6% contra 38,4%), embora municípios como Mafra e Setúbal possuam valores bastante relevantes, superiores a 50%. Pelo contrário, quanto à taxa de reciclagem de resíduos urbanos, a AML tem valores bem superiores à média nacional (em 2016, 19%, comparativamente aos 17% registados no país). O Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020) estabelece um aumento mínimo global para 50% em peso relativamente à preparação para a reutilização e reciclagem de resíduos urbanos.

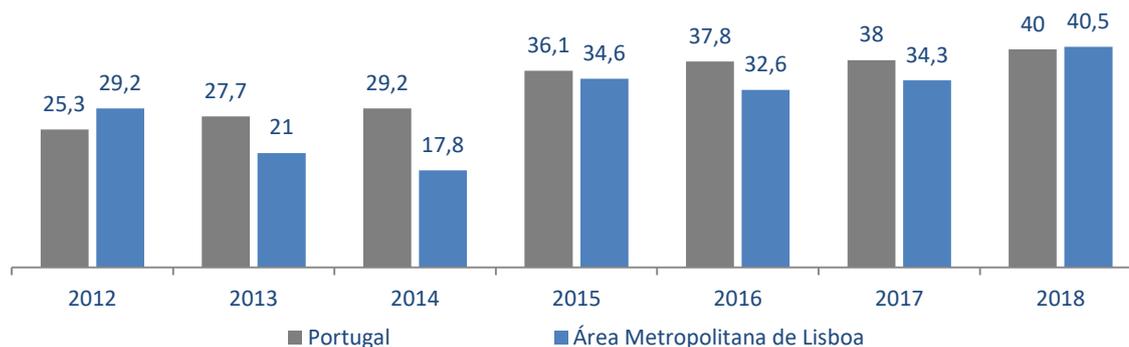


Gráfico 14 - Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%)

Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos

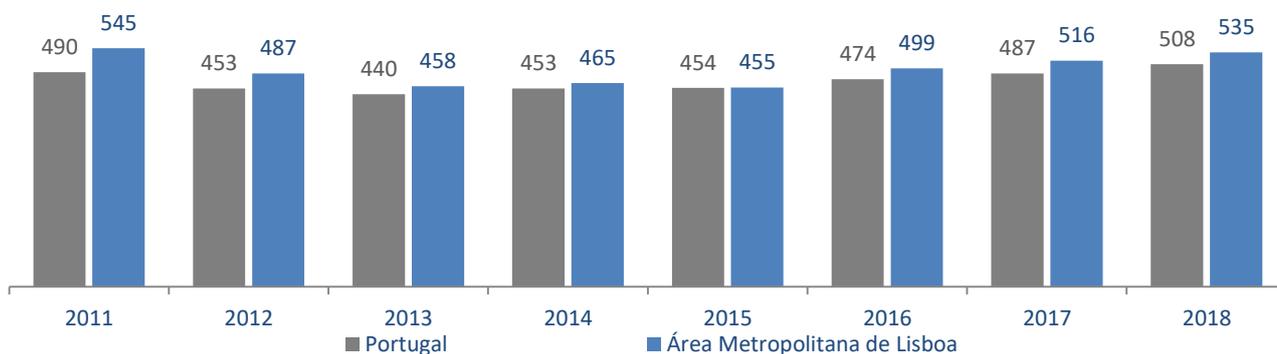


Gráfico 15 - Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab.) por Localização geográfica (NUTS - 2013)

Nota: Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos

A produção de resíduos urbanos em 2016 foi de 1,31 milhões toneladas (em 2011, tinha sido de 1,50 milhões de toneladas de resíduos urbanos, o que se traduziu numa redução de 14,3%), ou seja, aproximadamente 457 kg/hab/ano (542 kg/hab, em 2011; redução de 15,7%). O PERSU 2020 apontava, como meta nacional, para uma redução de 7,6% da produção de RU em 2016 em relação a 2012, e uma redução de 10% em 2020 em relação a 2012. A recolha indiferenciada continua a ter uma relevância bastante superior quando comparada com a recolha seletiva (81% do total). Contudo, embora se continue a verificar uma percentagem significativa de RSU a ser encaminhada para aterro, denota-se uma progressiva diminuição na quantidade de resíduos depositados em aterro nos últimos anos (32,6%, em 2016; 34,1%, em 2015 – o PERSU 2020 aponta como meta, para 2020, uma redução de 35% da quantidade total de RUB depositados em aterro, face aos quantitativos totais produzidos em 1995) e o aumento na quantidade de resíduos alvo de recolha seletiva (19%, em 2016; 13%, em 2013). Neste último caso, sublinhe-se a existência de assimetrias intermunicipais muito significativas, com Cascais a apresentar um valor de 34% (resíduos urbanos recolhidos seletivamente) e Sesimbra e Moita a não ultrapassarem os 5%.

Existência de importantes ecossistemas que permitem estruturar e promover de forma singular a AML

A AML apresenta valores e recursos naturais, diferenciadores no plano nacional e europeu, nomeadamente os estuários do Tejo e do Sado (contendo áreas protegidas com o estatuto de Reserva Natural), os Parques Naturais de Sintra – Cascais e da Arrábida e outros territórios que integram estruturas ecológicas e espaços rurais, com valores paisagísticos e naturais importantes. Possuindo, segundo o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), 56.983 ha de Sítios de Importância Comunitária (SIC), 28.886 ha de Zonas de Proteção Especial (Rede Natura 2000) e 18.238 ha de Sítios da Convenção de Ramsar, apresenta um elevado interesse do ponto de vista da conservação e elevados níveis de biodiversidade, reveladores da qualidade dos espaços naturais existentes.

Os estuários do Tejo e do Sado, pela enorme riqueza faunística e florística e pela variedade de ecossistemas que **comportam** constituem territórios de importância estratégica metropolitana e nacional para a conservação da natureza (o Estuário do Tejo é o maior de Portugal, com uma área total de 325 km², 80,3% coberto por água; a Reserva Natural que integra ocupa 14.560 ha).

Por outro lado, nos últimos anos, na AML, têm sido desenvolvidas intervenções de dinamização ou refuncionalização de espaços sem uso do sistema ecológico metropolitano. A criação de redes, corredores e infraestruturas verdes municipais, bem como de espaços verdes de utilização coletiva, tem potenciado de forma significativa a agricultura urbana ou o turismo de natureza. Neste quadro, valorizar as estruturas ecológicas metropolitanas e os serviços dos ecossistemas devem ser prioridades a prosseguir. Manter a integridade do ecossistema e sustentar a biodiversidade à escala regional, com base nos valores da comunidade local, permitirão potenciar a sua função de fruição, de lazer e recreativa e, assim, também assegurar a sua sustentabilidade.

Capacitação e coesão social

Tendência de melhoria nos indicadores de educação, com assimetrias internas relevantes

Ao longo dos dois últimos decénios, a AML observou melhorias nos indicadores de educação, ainda que a um ritmo inferior ao contexto nacional. Em 2011, a taxa de abandono escolar atingia os 1,7%, menos de metade face a 1991 (INE, Censos Populacionais), identificando-se desempenhos diferenciados ao nível concelhio, com Mafra, Palmela, Alcochete e Montijo a revelarem as recuperações mais expressivas neste período. As situações de analfabetismo conheceram, também, um decréscimo progressivo (taxa de analfabetismo de 3,2% em 2011, quando em 1991 era de 9,6%).



Gráfico 16 - Taxa de abandono precoce de educação e formação, por Local de residência

Fonte INE, Inquérito ao emprego; Fonte: PORL2020; in OADRL CCDR LVT / Relatório de Contexto e Monitorização | AML 2014-2018

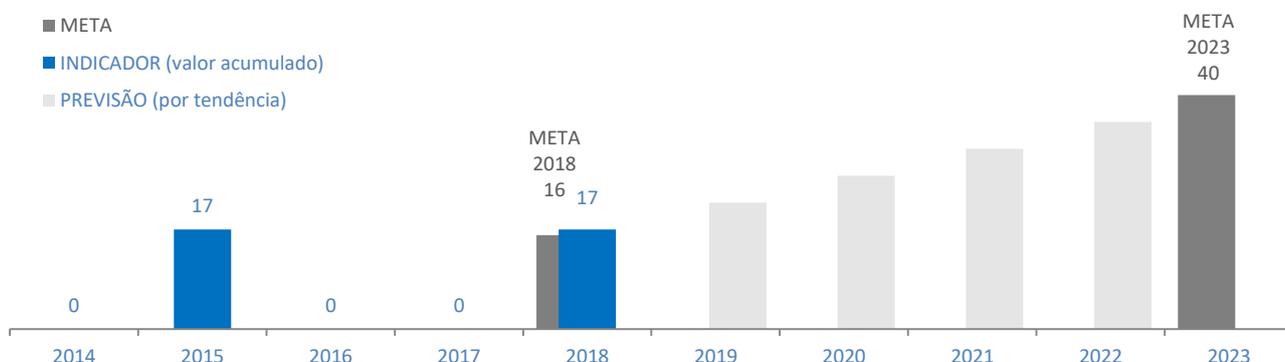


Gráfico 17 – Escolas c/Intervenções c/Vista à Redução do Abandono Escolar e Melhoria do Sucesso Educativo (FSE)

Fonte: PORL2020; in OADRL CCDR LVT / Relatório de Contexto e Monitorização | AML 2014-2018

Paralelamente, as taxas de insucesso escolar, registando melhorias no contexto metropolitano, são superiores às do país, e as disparidades concelhias observadas recomendam que as intervenções no próximo período de apoio comunitário sejam orientadas para a redução deste fenómeno indutor de exclusão social, conclusão em concordância com o definido no Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE). A evolução positiva de Alcochete, Cascais, Oeiras, Palmela e Sesimbra, com valores inferiores à média nacional em 2011, contrasta com a situação mais preocupante da Amadora, Barreiro, Loures, Seixal e Setúbal, que apresentam taxas superiores à média nacional e, naturalmente, à da AML⁸.

Neste contexto, e apesar dos esforços que têm vindo a ser concretizados ao longo dos últimos períodos de apoio comunitário, assinala-se que uma parte significativa do parque escolar metropolitano nos níveis de ensino pré-escolar, básico e secundário tem necessidades de reabilitação, de requalificação e de modernização das suas infraestruturas, designadamente em territórios críticos, dimensão essencial para melhorar os indicadores de educação, dando continuidade ao previsto no Programa de Modernização do Parque Escolar (PMPE).

Persistência de constrangimentos ao nível do sistema de educação/formação

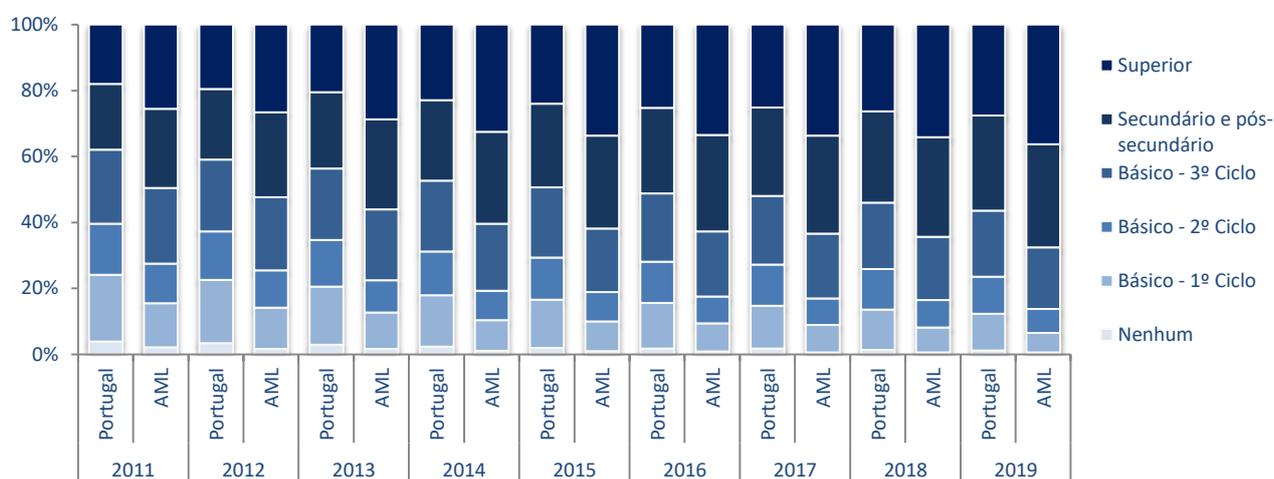


Gráfico 18 - Proporção da População Ativa por Nível de Escolaridade mais Elevado Completo

Nota: Proporção da população ativa (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS - 2013), Nível de escolaridade mais elevado completo;

Fonte: INE, Inquérito ao emprego; in OADR CCDR LVT / Relatório de Contexto e Monitorização | AML 2014-2019

A estrutura da qualificação da população residente na AML apresenta, em 2017, um peso elevado de população com ensino superior (24,8%) comparativamente à média nacional (18,1%), assim como uma relevante concentração de equipamentos de ensino superior e de centros de investigação (INE, AE AML). Paralelamente, regista-se, no mesmo ano, uma proporção de população com idade ≥ 15 anos sem nenhum nível de escolaridade (4,3%), destacando uma concentração de recursos humanos ativos desqualificados. No que se refere à formação profissional, observou-se nos últimos anos um aumento da participação em cursos profissionais no ensino secundário, atingindo – entre 2008 e 2017 –, 21,2% (esta modalidade de ensino representa 17,7% dos alunos matriculados no ensino secundário, quando em 2012 corresponderia a 12,5%), mas ainda insuficiente para uma formação significativa de quadros médios especializados. Existem na AML, em 2017, 109 escolas secundárias com ensino profissional e 53 escolas profissionais (das quais 46 são privadas).

Apesar da evolução positiva ao longo do último decénio, sinalizam-se alguns constrangimentos ao nível do Sistema de Educação/Formação, identificados já na EIDT-AML (2015) e reforçados no “Estudo de Antecipação de Necessidades de Qualificações Intermédias na AML (Diagnóstico Regional, 2016)”.

⁸ INE, Censos Populacionais

De acordo com este estudo, identificam-se debilidades na oferta e procura de ensino profissional e tecnológico, bem como a existência de um desfasamento entre a oferta de ensino e formação profissional e as necessidades de mercado, com impacte direto na insuficiência de quadros especializados de nível médio. Paralelamente, regista-se, um fraco nível de colaboração em I&D e um desajuste entre as competências produzidas no sistema de ensino e as necessidades das empresas. Por outro lado, a tendência de procura por mão-de-obra a custos mais reduzidos e consequentemente menos qualificada, levando à fuga de quadros técnicos superiores, é um constrangimento que afeta a competitividade metropolitana.

Vulnerabilidades no acesso ao emprego, transversal nos vários grupos etários

A taxa de emprego de 71,3% registada na AML em 2018, superior ao valor médio nacional (69,7%), encontra-se bastante afastada do objetivo comunitário definido para Portugal em 2020, de 75%. As diminuições que se observaram no último decénio, colocando a AML na segunda posição ao nível das NUTS II portuguesas (superada apenas pelo Algarve), coincidiram com o contexto de crise que acentuou a destruição de postos de trabalho, ainda que nos últimos anos (2014 a 2018) se tenha assistido a uma recuperação ligeira e constante (INE, AE AML). O agravamento da conjuntura económica observada no início do decénio passado expôs as fragilidades das economias regionais, com implicações na dimensão da bolsa de emprego e nas exigências colocadas à mobilização de ativos especializados que contribuam para a melhoria da capacidade dos territórios para acompanhar as mudanças nos paradigmas competitivos, promovendo a sua resiliência.



Gráfico 19 – Taxa de Emprego AML, PT, UE28 (15 aos 64)

Fonte: Eurostat – Employment rates by sex, age and NUTS 2 regions (%) [lfst_r_lfe2emprt] - Taxa de Emprego por sexo, idade e região - NUTS 2 regions (%) (15 ou mais anos) – período 2011-2018. in OADRL CCCR LVT / Relatório de Contexto e Monitorização | AML 2014-2019

A AML evidencia uma vulnerabilidade particularmente elevada a esta conjuntura recente, na medida em que a taxa de desemprego, em 2019 (7,1%), é superior ao valor médio nacional (6.5%). O desemprego de longa duração, de carácter mais estrutural, constituía, no mesmo ano, 56,3% do total do desemprego, sendo, por isso, mais difícil de combater. Apenas é excedido, no contexto das NUTS II, pelo Norte e Regiões Autónomas. Assumem igualmente importantes desafios para o território metropolitano a redução da taxa de desemprego jovem (de 23,1% em 2017, a quarta mais elevada das NUTS II) – em concordância com o Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem (Garantia Jovem) –, a redução da taxa de desemprego qualificado (15,4%, em 2017, a quarta mais elevada das NUTS II) e ainda o desemprego que afeta os indivíduos com idade ≥ a 45 anos (taxa de emprego de 41,3%, em 2016, a terceira mais baixa das NUTS II) e que evidenciam maiores dificuldades de reinserção no mercado de trabalho (INE, AE AML).

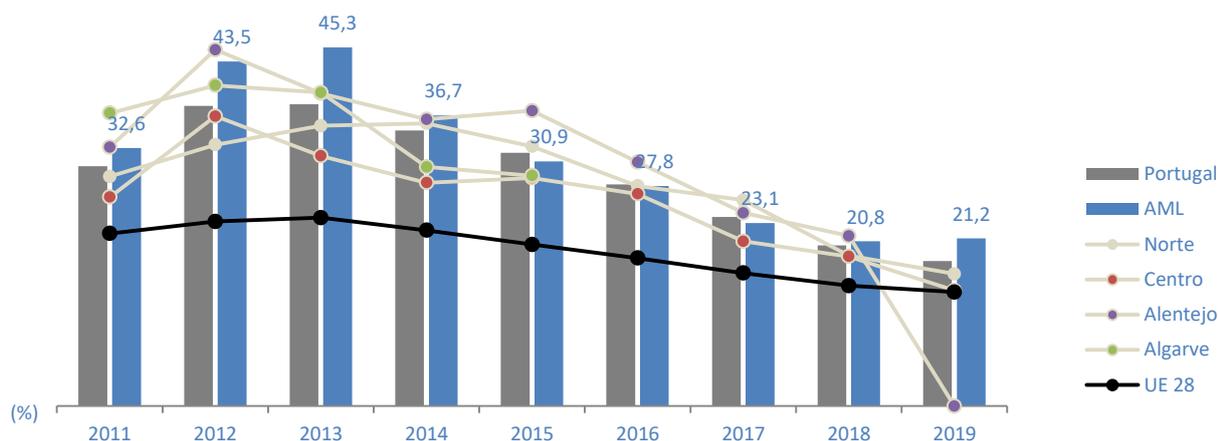


Gráfico 20 – Taxa de Desemprego Jovem (15 aos 24 anos)

Fonte: EUROSTAT – Youth unemployment rate by sex and NUTS 2 regions [yth_empl_110] Taxa de desemprego jovem dos 15 aos 24 anos - Nota: U: low reliability (Algarve 2016_2018); Anual - INE, Inquérito ao Emprego; in OADRLL CCDDR LVT / Relatório de Contexto e Monitorização | AML 2014-2019

Como referido na EIDT-AML (2015), importa salientar os desafios que o território metropolitano enfrenta neste domínio, não só da formação, qualificação e reconversão profissional de uma parte significativa de população desempregada (que detém níveis de escolaridade inferiores ao ensino secundário), mas também do aproveitamento do potencial de uma bolsa de população ativa (5,5%) com habilitações superiores fora do mercado de trabalho.

Regressões em matérias de crescimento inclusivo e coexistência de diferentes realidades

Os indicadores de coesão social refletem, em várias dimensões, a coexistência de diferentes realidades na AML, com permanência de vários grupos vulneráveis. Apesar da implementação de políticas específicas de inclusão social, como recentemente, no âmbito do atual período de apoio comunitário, dos Planos de Ação Integrados para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), entre outros, a territorialização da pobreza e da exclusão social no território metropolitano tende a persistir não apenas em alguns espaços urbanos problemáticos, como também em novas áreas de concentração de pobreza e com problemas na inclusão social das comunidades, refletindo os efeitos da recente crise económica, financeira e social.

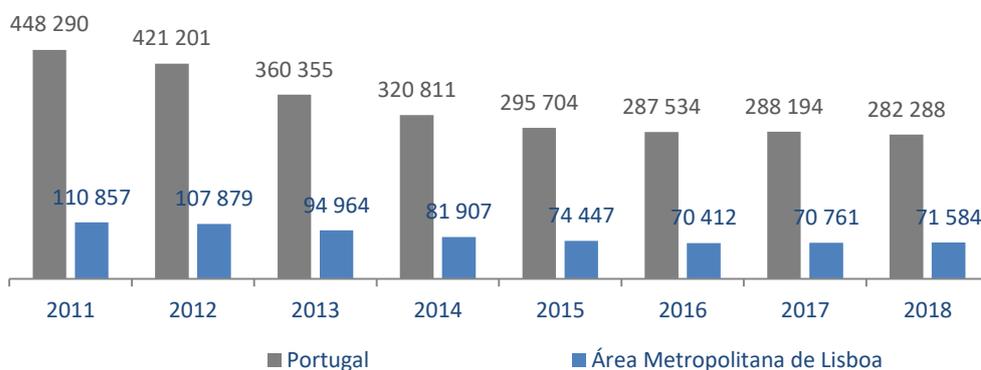


Gráfico 21 – Beneficiárias/os do rendimento social de inserção da segurança social (N.º)

Nota: Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Fonte: Instituto de Informática

Destaca-se a representação dos beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e do Rendimento Social de Inserção (RSI) da Segurança Social na população total, que são indicadores diretos de pobreza e identificadores das

famílias mais carenciadas. Os beneficiários de RGM e de RSI representam, em 2017, 2,5% da população residente da AML (o valor médio nacional é de 2,8%), colocando a AML na quinta posição ao nível das NUTS II portuguesas (superando apenas o Centro e o Algarve). Uma leitura das assimetrias intra metropolitanas destaca os concelhos da Moita (5,0%), Barreiro (3,8%) e Lisboa (3,8%) com os valores mais elevados e Mafra (0,9%), Oeiras (1,1%) e Palmela (1,4%) com os valores mais reduzidos (INE).

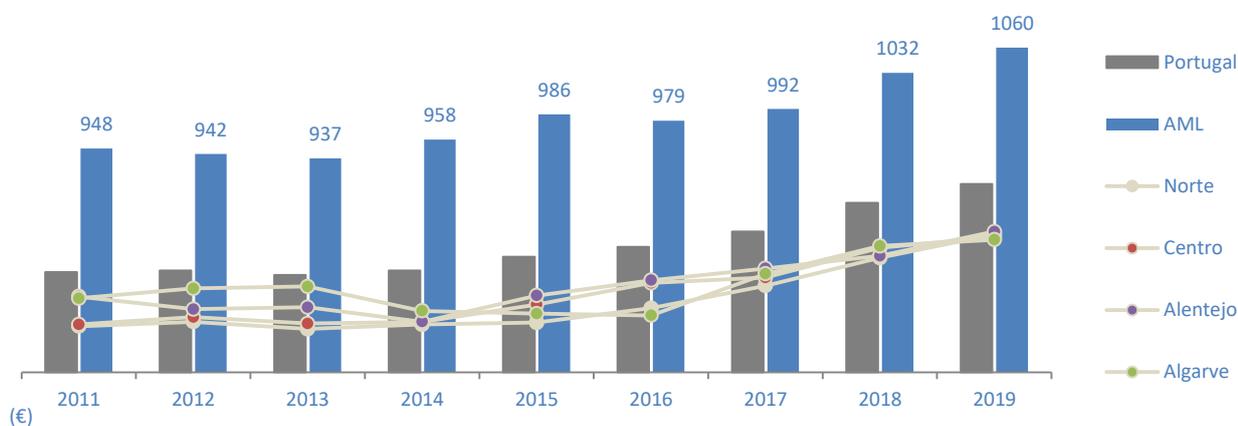


Gráfico 22 – Rendimento per capita

Nota: Rendimento médio mensal líquido (Série 2011 - €) da população empregada por conta de outrem por Local de residência (NUTS - 2013) e Profissão; Fonte: INE, Inquérito ao emprego. Valores calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011 / in OADR LVT / Relatório de Contexto e Monitorização | AML 2014-2019

Paralelamente, do ponto de vista social e demográfico, regista-se um processo de envelhecimento da população residente, e um consequente aumento do número de pensionistas – que, entre 2008 e 2017, foi de 4,8%, superior ao acréscimo verificado ao nível da população residente (1,5%) –, sendo que poderá considerar-se que o baixo valor médio das pensões colocará este grupo social como particularmente vulnerável. De acordo com as estimativas de 2017, residem na AML 611.821 pessoas com idade \geq a 65 anos (21,6% da população total, o que releva a problemática do envelhecimento populacional como um dos grandes desafios sociais da região) e os pensionistas da Segurança Social representam já 35,0% do total da população. O valor médio das pensões não ultrapassa os 437€ mensais (INE, AE AML).

No quadro das políticas públicas comunitárias e nacionais que têm vindo a ser desenvolvidas em matéria de inclusão social, devem relevar-se a crescente valorização da inovação social pela CE – cujo Programa para o Emprego e a Inovação Social (EaSI) constitui a política mais visível – e as iniciativas inovadoras ao nível nacional no domínio do empreendedorismo social, destacando-se o “Portugal Inovação Social”, constituindo importantes instrumentos para minimizar os efeitos negativos da exclusão social.

Fragilidades na oferta de cuidados de saúde específicos e de cuidados de saúde primários

A AML apresenta uma forte concentração de equipamentos de saúde ao nível dos cuidados secundários e terciários, acompanhando a sua forte densidade populacional (p.e., tem, em 2016, 25% dos hospitais gerais e especializados do país). Contudo, o acentuado envelhecimento populacional reforça a necessidade de readequar a oferta de equipamentos e respostas sociais e de saúde às alterações quantitativas e qualitativas do perfil de procura, em particular nos cuidados paliativos e continuados e saúde mental, para os quais o território metropolitano não está suficientemente dotado (POR Lisboa 2020). Paralelamente, identificam-se também insuficiências ao nível da oferta de cuidados de saúde primários, já detetadas – igualmente no POR Lisboa 2020, e que ainda não foram colmatadas nos últimos anos.

Neste contexto, a ampliação da rede de cuidados continuados integrados assume importância para responder ao envelhecimento populacional e à necessidade de ampliar a oferta de serviços de saúde destinados a doentes que tenham problemas e necessidades que exigem apoio específico. A saúde mental representa igualmente uma das áreas que deve acautelar maiores níveis de exigência na adequação da oferta de equipamentos às necessidades sentidas, apesar de se terem verificado, nos últimos anos, importantes avanços na prestação de serviços de proximidade, com a criação dos cuidados continuados integrados de saúde mental. A oferta de cuidados de saúde primários denota fragilidades, dado que em 2012 a AML tinha 15,1% dos Centros de Saúde nacionais, quando o seu quantitativo populacional representava, no mesmo ano, 26,9% dos habitantes de Portugal (INE). O alargamento da resposta e a melhoria das condições para uma melhor prestação de serviços de saúde primários de qualidade revela-se importante no contexto regional. Estas dimensões de intervenção encontram-se previstas no Plano Nacional de Saúde: Revisão e Extensão a 2020 (PNS).

Mobilidade e conectividade sustentável

Responsabilidade acrescida da AML na sustentação de condições de mobilidade competitivas de âmbito nacional

As regiões metropolitanas têm de assumir dois patamares de responsabilidades na estruturação de condições adequadas ao funcionamento dos sistemas de mobilidade e transportes: o patamar do funcionamento interno, projetado para a dimensão interna da região; e o patamar da articulação exterior (em particular no caso de regiões metropolitanas capitais), vocacionado, sobretudo, para a resposta do País às suas ambições de relacionamento com o exterior (europeu, mas não só) e de atratividade externa. Sendo Portugal um País cujo posicionamento no contexto europeu é referenciado com tendo potencialidades significativas, geográficas e históricas, na assunção de responsabilidades enquanto plataforma territorial de ligação e confluência entre a Europa e outras culturas e espaços económicos não europeus, a sua capacidade de interação plena com o Mundo dependerá muito da eficácia e posição dianteira em que se basearem os seus instrumentos de conectividade, de interação digital e de mobilidade.

As grandes metrópoles europeias e mundiais têm vindo alterar profundamente os modos de funcionamento dos respetivos sistemas de mobilidade⁹, em resposta a diversos níveis de solicitações: dos residentes e das respetivas necessidades de deslocações quotidianas; da base económica e das exigências de capacidade de resposta das estruturas de intermodalidade e de conectividade física e digital; dos turistas e da pressão exercida nos destinos turísticos em torno da comodidade e eficácia das soluções intermodais oferecidas.

A responsabilidade funcional dos municípios da AML na mobilização de respostas aos desafios de mobilidade tem de prever estes diferentes níveis de solicitações: os municípios da AML podem equacionar as respostas aos seus residentes de um ponto de vista funcional, mas a AML tem de assegurar que as respostas de mobilidade e conectividade oferecidas aos residentes, trabalhadores, visitantes e turistas, bem como à base económica, são perspectivadas à escala do papel específico que esta região e, em particular, a cidade de Lisboa (capital do país) assume, na representação de Portugal no Mundo.

Transversal a estas tendências, é a assunção proactiva de diferentes objetivos de responsabilidade ambiental e social com reflexos no incentivo à utilização de transportes públicos e na incorporação de tendências progressivamente de menor impacte ambiental e indutoras de menor dependência energética.

⁹ A título de exemplo dos diferentes perfis de transportes e mobilidade, ver os estudos de caso apresentados no estudo "Transport in the European Union" (European Commission, 2018) para os 27 países europeus. As respostas dos países diferem entre si mas, em termos gerais, o compromisso é o de evoluir para um sistema de mobilidade mais limpo, competitivo e conectado, fortemente orientado por objetivos de transição para uma mobilidade de baixas e zero emissões. A CE tem procurado implementar iniciativas dirigidas a uma transição justa para um setor dos transportes mais limpo, competitivo e com mobilidade conectada - Estratégia de Mobilidade (adotada em julho 2016), acompanhada de diversas propostas legislativas ("pacotes mobilidade") que, em termos concretos, abrangem medidas com o objetivo de permitir uma transição para uma mobilidade de baixas e zero emissões (exemplo: reforma da Diretiva relativa aos veículos limpos ou com a Diretiva relativa aos combustíveis alternativos).

Em termos de conectividade digital, a AML evidencia debilidades em sustentar padrões elevados de integração em redes modernas de partilha de informação e conhecimento, podendo esta temática ser considerada um desafio a assumir na sua vertente tecnológica, como forma de capitalizar a vertente diferenciadora de Lisboa em termos de criatividade, não apenas em termos infraestruturais físicos (dotação e condições), mas sobretudo em termos de uma efetiva mobilização e utilização na vida quotidiana dos cidadãos, das empresas e da administração pública (disponibilidade de conteúdos online de forma dinâmica e interativa, inserção em canais internacionais de partilha de informação e de criação de conhecimento, intensidade e sistematicidade da utilização de internet).

A atual velocidade mundial a que se processam os avanços tecnológicos, as tendências de digitalização e o aprofundamento da capacidade de (inter) penetração da internet (em termos sociais, económicos, produtivos, ambientais, turísticos, governativos, legais, etc.) sustentam a importância que deve ser atribuída ao posicionamento dos territórios em matéria de conectividade digital, quer ao nível da vida quotidiana dos cidadãos, quer em termos dos negócios e da capacidade produtiva das empresas, quer ainda, da administração pública na sua articulação interna e com os cidadãos e as empresas.

A evolução dos últimos anos mostra sinais positivos. Em 2011, a AML ficou posicionada nos últimos lugares do *ranking* de áreas metropolitanas europeias do já referenciado estudo “Metropolitan areas in Europe”, em relação ao tema “tráfego de dados”¹⁰. Embora sem resultados diretamente comparáveis (até porque a própria velocidade das transformações digitais em curso impedem a existência de séries temporais comparáveis alargadas), os dados do Eurostat referentes a 2016, sobre os resultados obtidos pela AML no capítulo da economia digital e da utilização sistemática dos seus recursos por parte dos cidadãos, evidenciam uma evolução positiva da AML desde 2007.

Em 2016, estes indicadores já apresentam valores aproximados dos padrões médios europeus em termos de utilização sistemática de internet e de mobilização de recursos para garantir o seu acesso autónomo (acesso móvel, fora do local de trabalho), embora sem apresentar capacidade de os superar consistentemente, como poderia ser ambicionado por um território metropolitano¹¹.

Posicionamento competitivo com debilidades no transporte aéreo face a outras regiões capitais europeias

Na comparação com outras regiões capitais europeias, o desempenho da AML na função metropolitana “transportes”¹² era, em 2011, considerado favorável em relação ao “transporte aéreo de passageiros”, embora não mantivesse o mesmo desempenho em termos do “transporte aéreo de mercadorias”. Na atualização desta análise, terá de se tomar em consideração o aumento dos últimos anos da atratividade turística dirigida a Portugal, onde Lisboa, cidade e território metropolitano, assume grande expressão, e a situação de previsível rutura que se tem vindo a antecipar para o Aeroporto Internacional de Lisboa. A incapacidade de oferecer, em tempo útil, respostas aos constrangimentos da capacidade aeroportuária de Lisboa, poderá ter impactes consideráveis na inviabilização de patamares acrescidos de projeção da atratividade metropolitana na capitalização de novos negócios, bem como à

10 O estudo utilizou, como indicador de comparação internacional, o indicador Internet Exchange Points (IXPs) - Pontos de Intercâmbio de Tráfego.

11 Estas conclusões são retiradas a partir de um inquérito realizado pelo Eurostat, a residentes com idades entre os 16-74 anos, cujos resultados são publicados no Eurostat Regional Yearbook 2017. Em relação ao indicador percentagem dos indivíduos residentes, com idades entre os 16-74 anos que praticam uma utilização regular de Internet (em média, uma vez por semana, durante os 3 meses que antecederam a realização do inquérito), a AML obtém uma percentagem de 80%, que compara com a média europeia de 79%. Em relação ao indicador percentagem de indivíduos entre os 16-74 anos que usam algum tipo de dispositivo móvel para acesso à Internet quando estão fora de casa ou do trabalho, a AML atinge 63%, que compara com a média europeia de 59%. No indicador percentagem de indivíduos que encomendaram/compraram bens ou serviços através de internet para uso privado nos 12 meses que antecederam o inquérito, a AML atinge 41%, que compara com a média europeia de 55%. O desempenho mais positivo da AML é obtido no indicador percentagem de indivíduos que participaram em algum tipo de rede social nos três meses que antecederam a realização do inquérito, em que a AML atinge 62%, que compararam com a média europeia de 52%.

12 No estudo “Metropolitan areas in Europe”, publicado em 2011 pelo BBSR alemão (Federal Institute for Research on Building, Urban Affairs and Spatial Development, sob tutela do Ministério alemão dos Transportes, Construção e Desenvolvimento Urbano), analisa 125 regiões metropolitanas europeias, do ponto de vista funcional e permite efetuar comparações. São considerados cinco domínios funcionais atribuídos a uma área metropolitana – política, cultura, economia, ciência e transportes – dentro dos quais se identificam diversas sub-temáticas, analisadas em função de indicadores selecionados. Particularmente, a temática “transportes” é analisada a partir do posicionamento das regiões metropolitanas em cinco sub-temáticas: “transporte aéreo de passageiros”, “transporte aéreo de mercadorias”, “transporte ferroviário de passageiros”, “transporte marítimo de mercadorias” e “tráfego de dados” (IXP – Pontos de Intercâmbio de Tráfego).

incapacidade de beneficiar estruturalmente do ciclo turístico ascendente que Portugal tem vivido para adensar a base económica de atividades complementares aos diversos segmentos de exploração do turismo.

Dados recentes do Eurostat relativos ao transporte de mercadorias e de passageiros nos aeroportos europeus continuam a confirmar a posição mais competitiva da AML no transporte aéreo de passageiros face ao transporte de mercadorias. O Aeroporto Internacional de Lisboa obtém a 21.ª posição no *ranking* de aeroportos europeus em termos de transporte de passageiros (em 2016 foram transportados mais de 22 milhões de passageiros pelo aeroporto de Lisboa), descendo para 28.º lugar em termos de transporte de mercadorias (cerca de 113 mil toneladas transportadas)¹³. A representatividade de Portugal no transporte marítimo de mercadorias continua a ser pouco expressiva (cerca de 2,5% do total de toneladas movimentadas em 2015 nos portos da UE28), onde se evidencia o protagonismo do Porto de Sines, seguido por Leixões e por Lisboa¹⁴.

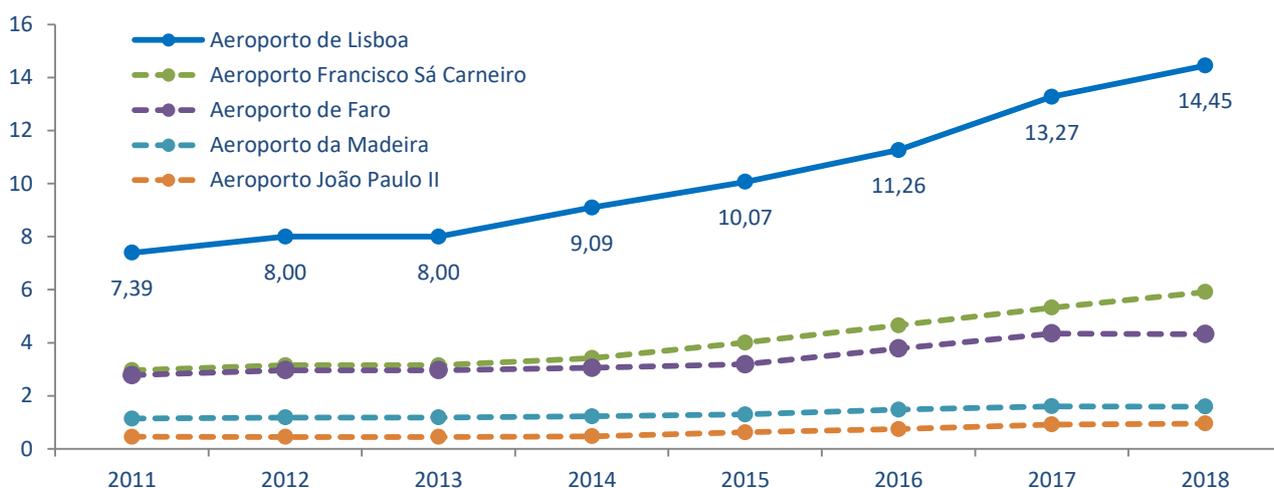


Gráfico 23 – Passageiros embarcados (N.º em milhões) nos principais aeroportos nacionais

Nota: Passageiros embarcados (N.º) nos aeroportos por Localização geográfica e Nacionalidade da transportadora; Fonte: INE, Inquérito aos aeroportos e aeródromos.

A capitalização do desenvolvimento competitivo potencial da AML enquanto capital europeia, em especial nas vertentes de afirmação onde tem posição privilegiada e não concorre diretamente com outras regiões europeias, só se tornará exequível se existirem condições competitivas que promovam a sua centralidade para a realização de eventos, para a consolidação de plataformas de intercâmbio técnico/tecnológico-cultural/criativo e para a projeção da base económica nacional nos canais internacionais de comercialização e distribuição. Repare-se que alguns dos maiores aeroportos europeus em termos de transporte de mercadorias e encomendas (exemplo de Leipzig/Halle, Köln/Bonn, Liège ou Luxemburgo) são especializados em atividades de frete e atuam como centros logísticos para a gestão de carga, serviços de transporte e entrega de encomendas.

Investimentos estruturantes no sistema ferroviário e portuário como instrumento de promoção da competitividade da base económica

No já referido estudo de comparação do desempenho da AML na função metropolitana “transportes”¹⁵, a utilização do transporte ferroviário (passageiros) e marítimo (mercadorias) é claramente deficitária, sobretudo quando comparada com as restantes áreas metropolitanas europeias onde se insere a cidade capital do país. Assume-se, como tal, prioritário, garantir a promoção da aproximação aos parâmetros internacionais de conectividade ferroviária,

13 Eurostat Regional Yearbook 2017

14 Eurostat Regional Yearbook 2017

15 “Metropolitan areas in Europe”, publicado em 2011 pelo BBSR alemão (Federal Institute for Research on Building, Urban Affairs and Spatial Development, sob tutela do Ministério alemão dos Transportes, Construção e Desenvolvimento Urbano).

quer em termos de articulação com as RTE-T quer em termos de melhoria das condições de funcionamento e nível de serviço ferroviário prestado (utentes e mercadoria) e das linhas que compõem o sistema ferroviário regional.

Os objetivos assumidos para a AML na Estratégia Nacional para o Aumento da Competitividade Portuária validam o papel da AML e do seu sistema de portos no sistema de competitividade logística da região¹⁶. O aumento da capacidade portuária do Porto de Lisboa e da extensão da navegabilidade do Tejo são investimentos cuja otimização exigirá também uma articulação rodoferroviária eficaz, com reflexos potencialmente penalizantes na capacidade de sustentar e incrementar fluxos de comércio internacional.

Acrescem importantes desafios de intermodalidade, não só na compatibilização entre modos de transporte (rodoviário, ferroviário, aeroportuário, portuário), mas também na articulação funcional com os espaços de localização de atividades industriais pesadas e logísticas da região.

Para além destes, a relação da cidade, quer de Lisboa, quer de Setúbal, quer ainda de Sesimbra, com a sua estrutura portuária é também um vetor de desenvolvimento urbano e de alargamento do leque de opções para a dinamização de uma base económica polarizada pelo porto, intrinsecamente mais aberta à internacionalização, facilitadora da melhoria das condições de operacionalidade das unidades portuárias e dinamizadora de plataformas de criação de emprego qualificado nos portos. O terminal de cruzeiros de Lisboa é um exemplo das diversas formas de articulação porto-cidade e do papel que determinados equipamentos estruturantes podem assumir na transformação do desenho urbano e dos níveis de atratividade das regiões.

Persistência de problemas de mobilidade e conectividade na AML

O diagnóstico apresentado no PAR de Lisboa 2014-2020 identificava tendências pesadas na mobilidade da AML e a persistência de problemas que continuam a manter toda a atualidade. Neste documento era referido que *“A Região de Lisboa continua a apresentar problemas no sistema de mobilidade interna, carecendo de uma aposta definitiva nos transportes coletivos e de esquemas de desincentivo ao transporte individual.”*

Este retrato da situação regional em termos de mobilidade era robustecido pelas tendências pesadas que marcaram a mobilidade na AML nas duas últimas décadas do século XX, a saber, segundo o mesmo documento, *“perda de quota de mercado dos modos de deslocação a pé e em transporte coletivo para o transporte individual; e a diminuição do peso das viagens intra-concelhias a favor das viagens para outros concelhos que não Lisboa.”*

Para além destas questões, o PAR de Lisboa 2014-2020 salientava que, apesar das medidas entretanto desenvolvidas, persistiam na região os seguintes problemas: *“a existência de territórios fortemente urbanizados sem resposta de sistemas de transporte coletivo de maior capacidade; a insuficiência e má qualidade na intermodalidade; e a insuficiência de corredores dedicados ao transporte coletivo rodoviário e de meios dissuasores do estacionamento ilegal e desordenado, sendo estes problemas agravados pela existência de múltiplos agentes públicos e privados a atuarem sobre o sistema. De uma maneira geral verifica-se um défice de articulação entre a operação do sistema de transportes e a programação da urbanização, com reflexos negativos, de natureza física e funcional, na intermodalidade, na organização territorial e na qualidade do espaço público.”*

16 Na Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, onde se aprova a Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente - Horizonte 2026. Para o Porto de Lisboa estão previstos quatro projetos: Novo Terminal Multimodal do Barreiro; Navegabilidade Transporte Fluvial até Castanheira do Ribatejo; Construção do Novo Terminal de Cruzeiros (Fase 2); Aumento da Eficiência do Terminal de Alcântara. Para o Porto de Setúbal está previsto o projeto de Melhoria das Acessibilidades Marítimas. Em termos transversais estão previstos os seguintes projetos de investimento: Implementação da Janela Única Portuária III/Janela Única Logística; Implementação da Fatura Única Portuária; Modernização do VTS; e Implementação do Conceito Legal de Porto Seco. O Porto de Sesimbra não está considerado nesta Estratégia, cujo enfoque está centralizado nos portos comerciais de: Viana do Castelo, Leixões, Aveiro, Figueira da Foz, Lisboa, Setúbal, Sines e Portimão. Estes projetos deverão contribuir para os três objetivos estratégicos assumidos pela Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente — Horizonte 2026: Adequar infraestruturas e equipamentos ao aumento da dimensão dos navios e da procura e ligações ao *hinterland*; Melhoria das condições de operacionalidade das unidades portuárias; criar nos portos plataformas de aceleração tecnológica e de novas competências.

O PAMUS¹⁷ da AML, de 2016, refere que, “Grosso modo, as acessibilidades proporcionadas pelas infraestruturas rodoviárias existentes são boas, persistindo, contudo, algumas lacunas ao nível de ligações estruturantes que contribuam para a consolidação do modelo territorial preconizado para a AML (...)”, sendo que [...] “importa ainda não descurar a necessidade de resolução de problemas existentes na rede rodoviária que assumem um âmbito local, com destaque para os problemas relacionados com as redes de distribuição urbana/local”. No transporte ferroviário pesado, “de um modo geral, a oferta disponibilizada garante níveis de serviço adequados” e que, “Para além de algumas melhorias nos níveis de serviço, o reforço da atratividade do transporte ferroviário depende ainda” de melhorias nos sistemas de intermodalidade.

Sobre os padrões de mobilidade, o PAMUS da AML destaca o “forte crescimento dos movimentos pendulares interconcelhios na AML Sul, com uma forte dependência em relação à AML Norte e a Lisboa, a excessiva dependência em relação à utilização do automóvel individual nos movimentos pendulares, bem como a reduzida quota modal dos transportes públicos e modos ativos na generalidade dos municípios”. Sobre os transportes públicos, o PAMUS da AML destaca a “inexistência de ligações transversais em TP que assegurem as ligações entre municípios da AML, designadamente das viagens sem origem ou destino a Lisboa e o défice de cobertura da rede de TP em algumas zonas da AML, cuja oferta não se encontra adaptada às necessidades de mobilidade da população”.

Ao sistema de interface e intermodalidade são apontados pontos de melhoria, sobretudo, em termos de simplificação da operacionalização e da orientação para a facilidade da sua utilização (“existência de um elevado número de títulos de transporte, o que dificulta a legibilidade do sistema e encarece o preço das viagens em especial das que implicam a realização de transbordo; tarifas intermodais organizadas em coroas com alguns operadores privados a estarem fora deste sistema tarifário; debilidades na informação ao público, incluindo plantas integradas de informação, sistemas de informação em tempo real e diagramas integrados de rede”).

Os dados do Inquérito à mobilidade nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa (INE, 2017) continuam a confirmar as debilidades de afirmação do transporte público e das soluções de mobilidade ativa nos hábitos de transportes dos residentes na AML, bem como a incapacidade do sistema de transportes garantir um padrão de fiabilidade e resposta às necessidades dos utentes de nível efetivamente metropolitano. A população móvel representa cerca de 80% na AML, constituindo o trabalho o principal motivo das deslocações pendulares (30,8%). A pressão dos movimentos pendulares continua a ser dominante sobre Lisboa, que é o único município da AML que registou um número de deslocações de entrada superior ao número de residentes (110 entradas por 100 habitantes).

O automóvel continua a ser o principal meio de transporte usado nas deslocações dos residentes na AML (58,9%), enquanto as deslocações principalmente por modos ativos (pedonal ou bicicleta) representam 23,5%. Caso se considerem apenas as deslocações por motivo de trabalho, os transportes públicos e/ou coletivos são utilizados por 23,2% dos residentes na AML¹⁸ (esta % desce para 15,8% caso se considere a utilização preferencial dos transportes públicos e/ou coletivos em todas as deslocações).

Os argumentos dos residentes na explicação da utilização preferencial do automóvel nas suas deslocações são, primordialmente, a rapidez e o conforto (assinalados por mais de 50% dos respondentes), a que se seguem motivos como “rede de transportes públicos sem ligação direta ao destino”, “serviço de transporte público sem frequência ou fiabilidade necessária” e “ausência de alternativa” (assinalados por entre 23%-30%). As soluções de utilização do transporte individual em “Combinação com outras pessoas/transporte de terceiros” são assinaladas por apenas 8,5% dos respondentes.

17 Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Área Metropolitana de Lisboa.

18 No Eurostat regional *yearbook* 2017, é apresentada uma comparação, referente a 2015, da intensidade com que o transporte público é utilizado preferencialmente pelos habitantes de 75 cidades/áreas metropolitanas europeias (consoante a divisão administrativa praticada) nas suas deslocações para o trabalho. A média europeia obtida é de 49,3% dos residentes e na AML é de 35%.

A avaliação dos transportes públicos prestada pelos residentes na AML evidencia uma apreciação preocupante nos itens relacionados com a qualidade do serviço prestado, com reflexos muito negativos no desincentivo que acarretam à utilização do transporte público. Os itens que os respondentes avaliaram com maior intensidade de “muito mau” foram os relacionados com o acesso por pessoas portadoras de deficiência, com a lotação dos transportes públicos e com a fiabilidade/pontualidade.

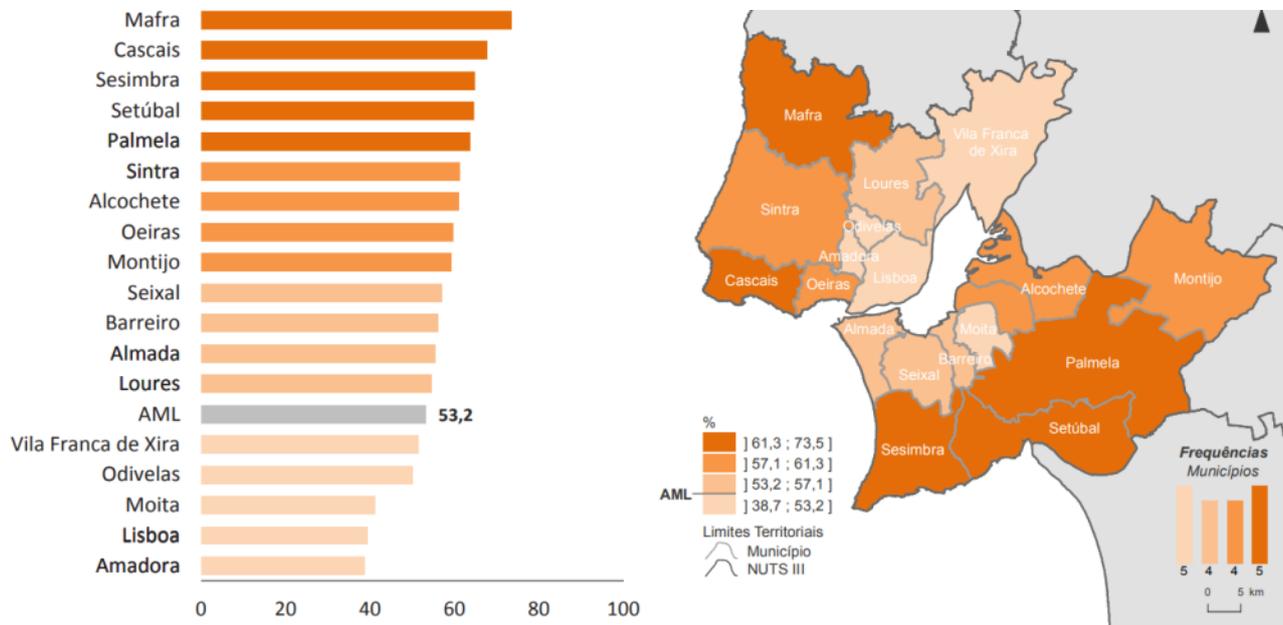


Gráfico 24 – Proporção de deslocações em transporte individual por município

Nota: Proporção de deslocações intramunicipais com utilização do transporte individual motorizado como principal meio de transporte no total de deslocações, por município (AML); Fonte: Mobilidade e funcionalidade do território nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa 2017

A promoção da utilização dos transportes coletivos e de modos ativos assume um especial significado para a promoção de um modelo de mobilidade sustentável, sobretudo porque o setor dos transportes e, em particular, o rodoviário, é responsável por mais de 1/3 do consumo de energia final, sendo que uma parte muito importante desta energia resulta da utilização de derivados do petróleo.

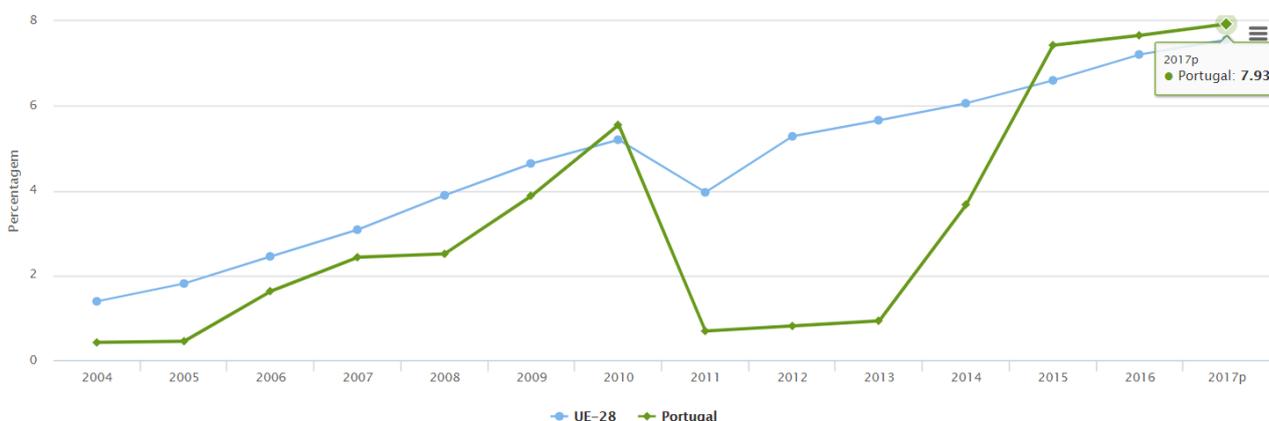


Gráfico 25 – Percentagem de energia renovável no consumo de combustíveis nos transportes, Portugal / UE-28

Fonte: Eurostat, 2019; <https://rea.apambiente.pt/content/pegada-energ%C3%A9tica-e-carb%C3%B3nica-dos-transportes>

A promoção da mobilidade sustentável, na qual assume relevância o uso da bicicleta e da intermodalidade, concorrendo para a redução do consumo global do consumo energético (especialmente dos combustíveis fósseis) do

transporte individual, deverão ser priorizadas, num quadro em que a ineficiência energética no setor dos transportes continua a ser uma das fragilidades regionais.

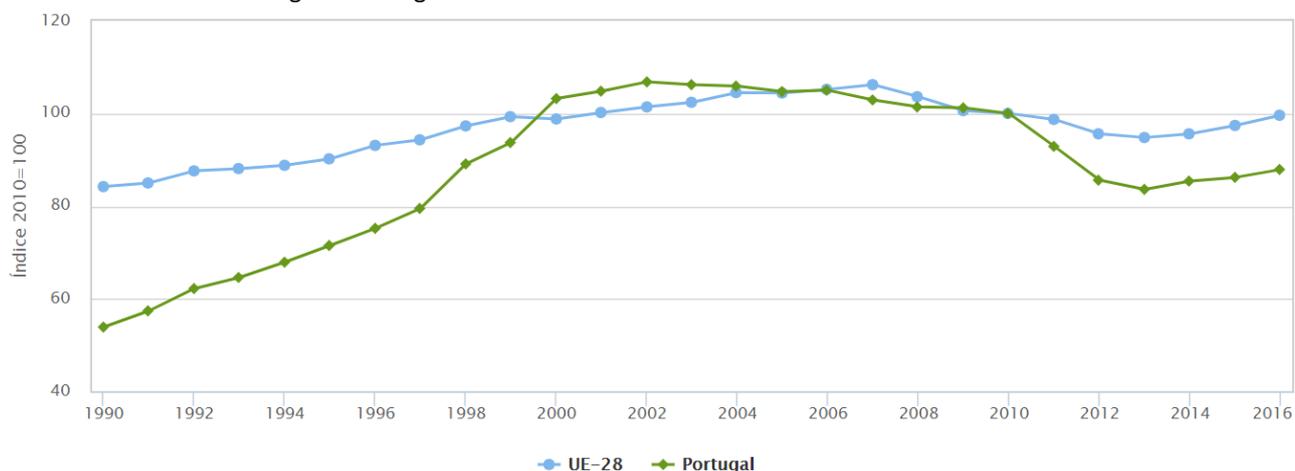


Gráfico 26 – Emissões de GEE nos transportes, Portugal / UE-28

Fonte: Eurostat, 2019; <https://rea.apambiente.pt/content/pegada-energ%C3%A9tica-e-carb%C3%B3nica-dos-transportes>

Esta priorização atribuída a iniciativas no domínio da mobilidade sustentável concorre para os objetivos fixados na Agenda Urbana para a UE (Pacto de Amesterdão), em termos de melhoria da qualidade do ar, de resposta às adaptações climáticas e de adaptação à transição energética e, em particular, de mobilidade urbana. Os reflexos esperados em termos de qualidade de vida dos cidadãos (tempo/custo do transporte e degradação dos indicadores de saúde) e do contributo para a redução do passivo ambiental dos territórios são, também, fatores a assinalar.

Persistência de constrangimentos na coordenação de soluções de mobilidade e conetividade integradora das especificidades do território

Os investimentos realizados na rede de transportes coletivos da AML permitiram melhorar a cobertura e os serviços prestados pelo sistema de mobilidade da região. No entanto, subsistem indefinições e constrangimentos que, por um lado, emergem do próprio ordenamento do território e, por outro lado, são resultado de tendências globais que intensificam a necessidade de soluções sustentáveis de mobilidade, entendendo-se aqui a sustentabilidade do sistema na sua globalidade, isto é, dos pontos de vista económico, financeiro, ambiental e social.

É preciso criar condições para desmontar o ciclo vicioso conducente aos baixos níveis de utilização de transportes públicos existentes na região de Lisboa: desde um modelo de povoamento territorial disperso que incentiva a utilização do transporte individual em detrimento do transporte coletivo, até às debilidades estruturais dos níveis de fiabilidade, conforto e desajuste funcional dos transportes públicos e das estruturas intermodais, até às próprias falhas de conetividade entre as redes metropolitanas estruturantes e a rede local, em termos de estruturas de interface, equipamentos, preços e nível de serviço. Geram-se níveis de consumos energéticos que obstam às preocupações de sustentabilidade ambiental exigidas pelo atual quadro de resposta às alterações climáticas.

A crescente consciencialização e disponibilidade dos atores económicos e sociais para as vantagens de reforçar a intermodalidade dos sistemas de transportes, de adotar soluções de transporte coletivo menos poluentes, de adotar soluções de mobilidade ativa, revelam-se fundamentais para uma estratégia de mobilidade ambientalmente sustentável no longo prazo. É imperativo promover a atratividade do transporte público, reforçando a implementação de soluções de aumento da eficiência na sua utilização, de conforto intermodal, de adequação e compatibilização de horários e percursos e, em particular, de compatibilização dos sistemas regional e local em termos de estruturas de interface, equipamentos e preços.

Desenvolvimento urbano

Dificuldade de afirmação e de protagonismo da competitividade urbana da AML

As cidades e as áreas metropolitanas têm hoje um protagonismo cada vez mais significativo no panorama económico, social e ambiental¹⁹. Na avaliação da atratividade, a qualidade de vida é um dos fatores mais competitivos que uma cidade pode oferecer. Nesta área, e face a outras cidades europeias, Lisboa tem vindo a melhorar o seu posicionamento. Pese embora nalguns *rankings* mais genéricos (onde a qualidade de vida integra indicadores gerais, menos orientados para o imobiliário ou para as questões urbanas) ainda não tenha alcançado uma posição de destaque²⁰, noutros mais recentes (e mais orientados para as preferências do investimento e da promoção imobiliária da Europa), reconhece-se uma importante valorização desta cidade²¹.

Para a avaliação da qualidade de vida, os fatores que têm ganho maior peso são a qualidade urbana, a capacidade de oferecer redes de proximidade (unidades de vizinhança, capacidade de gerar laços e comunidades) e a integração do capital natural. Nestas temáticas a AML tem um elevado potencial que pode ser explorado, tendo por base a diversidade e riqueza urbana que caracteriza a região.

Pese embora as oportunidades que decorrem da singularidade do posicionamento geográfico da AML anteriormente referida, a competitividade urbana da região implica assegurar também a coexistência de fatores básicos/essenciais necessários à vida quotidiana.

Fatores como a qualidade urbanística (mais pertinente nos tecidos descontínuos ou fragmentados resultantes do crescimento extensivo monofuncional de décadas passadas), o acesso à habitação, a eficiência da sua performance urbana (mobilidade, infraestruturas), a integração dos diferentes usos e funções no tecido urbano (no sentido da compatibilização da dinâmica de criação de riqueza e emprego com o suporte territorial e urbano), a qualidade ambiental, a oferta de um ambiente urbano ou espaço coletivo onde seja possível estabelecer unidades de vizinhança e formar comunidades, e o acesso a serviços de proximidade são condições urbanas essenciais.

Persistência de um conjunto de questões que afetam a performance urbana metropolitana

A perpetuação e o agravamento de um alargado conjunto de desafios urbanos que afetam a forma como a região funciona, e como esta responde às solicitações, exigem uma atuação urgente. Os desafios da mobilidade e das infraestruturas básicas são, deste conjunto de questões que persistem, aqueles que mais afetam a performance urbana e a sua competitividade internacional.

O esforço de deslocação pendular da população trabalhadora e estudante permanece como uma preocupação na AML, traduzindo-se em tempos de deslocação médios de 25 minutos e com recurso predominantemente ao transporte individual, sobretudo a veículos automóveis particulares. A organização urbana e funcional do território tem induzido a este sistema pendular relativamente intenso²² e cuja solução passa pela afirmação de um sistema mais concentrado e densificado, que possa configurar uma rede policêntrica mais eficiente que evite deslocações diárias tão extensas²³.

19 MUGGAH and ABRAHAM, Reuben, How cities, not states, can solve the world's biggest problems, World Economic Forum, 2018.

20 No ranking "Qualidade de vida" da empresa "Mercer" em 2018, a cidade de Lisboa ocupava a posição 38ª de um total de 231 cidades mundiais, enquanto em 2016, ocupava a 42ª posição.

21 Tendências emergentes no mercado imobiliário para 2019, PWC, 2018.

22 Veja-se o Inquérito à Mobilidade nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa 2017 do INE em particular o "Contributo das deslocações por motivo de trabalho entre municípios metropolitanos, por município de destino e fluxos de origem e destino".

23 ROGERS, Richard, Cidades para um pequeno planeta, Gustavo Gili, 2001 ou BOHIGAS, Oriol, Contra la Incontinencia Urbana, Electa, 2004.

As problemáticas referentes às infraestruturas básicas (água, eletricidade e resíduos) surgem relacionadas com a sua idade (revelando alguma desatualização), com problemas de eficiência (as perdas nos sistemas de abastecimento de água na AML em 2011 correspondiam a 45.050.642m³, segundo dados do INE / ERSAR, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento²⁴) e de sustentabilidade (soluções pouco amigas do ambiente).

No domínio dos RSU, e apesar do esforço dos últimos anos, a recolha seletiva ainda não serve toda a população. Por outro lado, a necessidade de induzir a uma maior reutilização, reciclagem e redução dos desperdícios é cada vez mais premente, apesar da evolução positiva que se reconhece²⁵. Estes dois temas configuram um quadro de desafios muito significativos para que a AML possa ser reconhecida pela sustentabilidade do seu desenvolvimento urbano.

O desafio da urbanização inclusiva é um desafio persistente no contexto da AML, colocando-se a necessidade de adequar a oferta, os espaços e os serviços urbanos às necessidades da população mais vulnerável²⁶. Neste domínio, refira-se, que segundo o Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional do IHRU (2018), “na Área Metropolitana de Lisboa residem mais de 50% do total de famílias em carência habitacional”²⁷ do país, sendo evidente uma maior preocupação “nos municípios de Lisboa, Almada, Amadora e Loures”.

Assim, pese embora a evolução dos últimos anos, reflexo de programas e estratégias tão diversas como o Programa Especial de Realojamento (PER direcionado para as AML), a Estratégia de Desenvolvimento Local de Lisboa para Bairros ou Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) da CM de Lisboa, a Iniciativa Bairros Críticos (Cova da Moura - Amadora - AML, Lagarteiro - Porto - AMP e Vale da Amoreira- Moita - AML) ou o Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade – Programa Integrado de Participação e Desenvolvimento da Bela Vista e Zona Envolvente” formulado pela CM de Setúbal, entre outras, persiste ainda a necessidade de desenvolver um trabalho aprofundado que contribua para ultrapassar de forma mais integrada e generalizada estes desafios e que, por esta via, contribua para a redução das desigualdades urbanas. É, neste contexto, um desafio particularmente prioritário a construção de soluções que promovam a urbanização inclusiva, pela eliminação ou mitigação de situações de segregação socio-urbana.

O tendencial desenvolvimento das novas tecnologias, nomeadamente numa lógica de cidade inteligente (*smart city technology* com tendencial aproveitamento do desenvolvimento da era digital), gera um desafio de integração destes instrumentos no desenvolvimento urbano, nomeadamente como meio de otimização da performance urbana nos diversos domínios (mobilidade, infraestruturas, governança, etc.). Neste sentido, a recolha massiva de dados e o seu tratamento/processamento digital aplicados ao ecossistema urbano constituem instrumentos com um poderoso potencial para aumentar a eficiência do território metropolitano, contribuindo, nomeadamente, para a redução da pegada ecológica da AML e para garantir uma resposta mais eficiente dos seus serviços urbanos.

O desafio da degradação ambiental e da exposição aos riscos apresenta-se como uma questão cada vez mais pertinente no território metropolitano. Gerados pela sua crescente artificialização (a variação entre 2010 e 2015 dos territórios artificializados na AML foi de 0,3%, o que corresponde, juntamente com a AMP à variação mais elevada no continente nacional²⁸) e pela tendencial ocupação das áreas ambientalmente mais vulneráveis ou com maior exposição aos riscos naturais e tecnológicos, esta questão evidencia cada vez mais a dificuldade em solucionar os conflitos entre a ocupação do solo e a sua vocação.

24 Valor muito superior ao da AMP no mesmo ano (19.662.965m³), ligeiramente inferior ao da região Norte em 2012 (45.875.160m³) e ligeiramente superior ao da região Centro em 2016 (43.452.702m³) (não existem valores para todas as regiões, nem para o país).

25 A evolução dos resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante tem sido positiva desde 2013, passando de 59 kg/hab. para 90 kg/hab. em 2016, segundo as Estatísticas dos resíduos urbanos do INE.

26 Em 2015, o Inquérito à Caracterização de Habitação Social do INE identificou 8.838 agregados familiares que pediram habitação social na AML (31 de dezembro de 2015). Em 2017, o Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional que o IHRU promoveu identificava 13.828 famílias a realojar na AML.

27 O relatório reporta: n.º de famílias a realojar- peso na AML: 20,73%, 19,78%, 20,53% e 19,33% respetivamente.

28 Variação 2010-2015 (em % da abundância em 2010) dos territórios artificializados in CAETANO, Mário, MARCELINO, Filipe, IGREJA, Cristina e GIRÃO, Inês, A ocupação e uso do solo em 2015 e dinâmicas territoriais 1995-2007-2010-2015 em Portugal Continental, DGT junho, 2018.

Reconhecendo que a AML integra territórios agrícolas, florestais, zonas húmidas, corpos de água, etc., para além dos artificializados, e que, como abordado anteriormente, se trata de um espaço exposto a um leque variado de riscos, alguns com consequências potencialmente muito graves, é necessário aprofundar o desenvolvimento de um planeamento sustentável do desenvolvimento urbano da região. Ainda neste âmbito a monitorização e avaliação apresentam-se como instrumentos essenciais, mas ainda pouco agilizados, existindo oportunidades de melhoria, conforme confirmado nas sessões temáticas de audição dos atores chave, para que se otimize uma performance mais transparente e um sistema de adaptação mais ágil que permita alcançar as metas ambicionadas.

No que se refere ao planeamento da região, e à semelhança do que acontece em todo o país, persiste uma forte clivagem entre o planeamento estratégico e o planeamento urbano. Esta desarticulação foi salientada com grande preocupação nas sessões temáticas de audição dos atores chave, onde foi apontada como um desafio que abrange sobretudo os recursos financeiros e as opções relativas a projetos estruturantes. Alguns dos exemplos desta desarticulação são as diferenças de prioridades de investimento explícitas nos Instrumentos de Gestão Territorial e as definidas nos programas de operacionalização e financiamento. Esta difícil conciliação entre planeamento urbano e estratégico resulta num significativo desafio de governança territorial.

Por outro lado, pese embora nos últimos anos se deva reconhecer um esforço de ensaiar formas de aproximação e envolvimento ao cidadão, os momentos de auscultação que decorreram no âmbito do presente projeto permitem confirmar a persistência da necessidade de aprofundar a capacidade de participação e cooperação com os cidadãos em matéria de desenvolvimento urbano. A intensa transformação do quadro de planeamento urbano nacional dos últimos anos (reformulação do PNPOT, alteração profunda da legislação, etc.) oferece a oportunidade de trabalhar num novo quadro operativo, gestão e monitorização do ordenamento do território, que reorienta o modelo de governança territorial, assegurando um modelo mais colaborativo e participativo.

Desafios de uma região polarizadora com transformações demográficas relevantes

A AML tem um papel polarizador, centralizando muitas das funções nacionais. Com um peso populacional significativo (cerca de um quarto da população de Portugal Continental), assume-se como um território gerador de fluxos significativos, quer entre si e outras regiões nacionais, quer com outras regiões estrangeiras (europeias e outras). Nesta escala, como refere o estudo “Uma metrópole para o Atlântico”²⁹, a cidade de Lisboa é a principal centralidade urbana da macrorregião, como resultado da dimensão residencial e funcional.

Internamente, as assimetrias entre os diferentes territórios que compõem a AML geram fluxos que resultam em geometrias variáveis, consoante as temáticas em análise. Apesar do reconhecimento da existência de diversos núcleos e centralidades que têm ganho expressão²⁹ (relacionados sobretudo com as sedes de concelho), ainda que não se encontram suficientemente estruturados e articulados para se poder afirmar que a AML se organiza através de uma rede policêntrica otimizada. A tendência a que se tem assistido nos últimos anos, revela que o núcleo central (correspondente aproximadamente à cidade de Lisboa) está a perder população residente, enquanto a segunda coroa tem ganho preponderância populacional³⁰.

Esta organização origina pressões significativas, que no contexto do tema de desenvolvimento urbano, são particularmente agudas na mobilidade, na segregação socio-urbana e no ambiente, exigindo uma nova abordagem que favoreça o reequilíbrio territorial através de um sistema efetivamente polinucleado que, partilhando externalidades, possa contribuir para reduzir a pressão, melhorar o funcionamento, e valorizar a diversidade da oferta territorial existente na AML. As sessões temáticas de audição dos atores chave confirmaram esta preocupação,

29 “Uma Metrópole para o Atlântico”, Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.

30 “Na AML, apesar do decréscimo de 11.957 residentes registado na cidade de Lisboa, esta mantém uma posição dominante face às restantes cidades estatísticas da área metropolitana. Para além de Lisboa, também a segunda (Amadora), a terceira (Aguilva - Queluz) e a quarta (Almada) maiores cidades registaram um (ligeiro) decréscimo populacional. Estes resultados refletem a perda de dinamismo populacional da área central em detrimento da coroa urbana mais periférica.” In REOT LVT, CCDRLVT 2017.

salientando em particular a necessidade de um modelo de gestão territorial que assuma esse policentrismo, consensualizado em torno de uma visão comum para a região.

As transformações demográficas com que a Europa se tem vindo a debater, observam-se também na AML, como anteriormente referido. Com uma tendência de regressão demográfica³¹ nacional, à qual se associa um processo de envelhecimento da população residente (índice de envelhecimento aumentou de 119,7 em 2011 para 135,8 em 2017), e um maior isolamento da população³², a região tem implícito um importante desafio de sustentabilidade demográfica que afeta diferenciadamente os territórios metropolitanos, e para o qual é urgente estabelecer estratégias de desenvolvimento urbano que fomentem a atratividade de população jovem e de famílias e que possam, por esta via, garantir maior massa crítica na região.

A referida tendência de envelhecimento da população (maior representatividade de população idosa, mas também com maior longevidade) orienta ainda para a necessidade de adaptar a região a esta realidade demográfica, induzindo à necessidade de implementar estratégias urbanas que favoreçam uma vida ativa e saudável, dirigidas em particular para os cidadãos seniores (por exemplo, espaços universalmente acessíveis, transportes públicos adequados, reorientação dos equipamentos públicos, adaptação do desenho urbano e habitação).

A crescente fixação de população de outras nacionalidades³³, constituiu uma oportunidade importante para contribuir para a sustentabilidade demográfica da AML, ampliar o reconhecimento internacional e para oferecer um ambiente urbano mais cosmopolita. Beneficiando de exemplos bem-sucedidos de integração de comunidades estrangeiras, a AML tem-se revelado uma região tolerante e aberta. A esta capacidade de bem receber e integrar, soma-se a capacidade crescente que a região tem desenvolvido como destino turístico e cultural, a qual tem resultado na formulação de diversos projetos de regeneração urbana distribuídos pelo território da região. A população universitária³⁴ constitui um outro recurso que, através dos intercâmbios internacionais, gera benefícios e reconhecimento internacional que podem ser encarados como potenciais a explorar.

No entanto, para que estas oportunidades sejam efetivas, será necessário que o território metropolitano assegure uma oferta habitacional acessível a diferentes grupos sociais e etários, assim como uma variedade que respeite múltiplas formas de habitar (resultantes das alterações da sociedade, e que podem implicar a definição de novos programas habitacionais), sendo necessário dotar o parque habitacional de maior flexibilidade e acessibilidade. Após décadas de crescimento urbano onde o *“efeito conjugado da mobilidade e da oferta imobiliária”*³⁵ formaram as diretrizes principais de desenvolvimento, pode afirmar-se que a AML se debate com uma época de transição onde, como refere J. Santos, *“num quadro de progressiva diluição das estruturas centralizadas de organização infraestrutural e nas suas implicações territoriais, novas questões podem colocar-se no futuro induzindo uma reconfiguração metropolitana significativa”*³⁵.

Num quadro em que, como refere o diagnóstico da Estratégia Nacional para a Habitação (ENH) para o período de 2015 -2031, *“em Portugal já não existe um défice habitacional, mas antes dificuldades no acesso à habitação”* (RCM 48/2015, de 15 de julho), será pertinente aprofundar o estudo desta temática na região, num estudo mais detalhado que permita avaliar o ponto de situação e os cenários alternativos. Reconhecendo que este tem sido um tema que se

31 Projeções demográficas para 2015-2018, INE.

32 25% das famílias clássicas de NUTS III- Lisboa eram famílias unipessoais e 10,27% das famílias de NUTS III- Lisboa constituíam famílias clássicas unipessoais de pessoas com idade \geq a 65 anos segundo o Recenseamento da população e habitação - Censos 2011, INE

33 Segundo o Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 do INE, a população estrangeira residente na AML em 2011 representava mais de 7% do total. Tem-se vindo a assistir ao aumento da expressão desta população nos últimos anos, verificando-se que a população estrangeira que solicitou estatuto de residente, por 100 habitantes na AML, em 2011, correspondia a 0,82, e em 2017 representava já 1,07 segundo dados do INE, População estrangeira que solicitou estatuto de residente.

34 Em 2011, a proporção da população não residente que frequentava o ensino superior na AML 38,1% (INE). No Top 500 da CE, a Universidade Técnica de Lisboa representava em 2013/14 a 24.º posição, recebendo 825 alunos Erasmus (em relação ao país, apenas a Universidade do Porto estaria abaixo, na posição 18.º, recebendo 854 alunos).

35 SANTOS, João Rafael Marques. Espaços de mediação infraestrutural- interpretação e projecto na produção do urbano no território metropolitano de Lisboa, Tese de Doutoramento em Urbanismo, FA-UTL, Lisboa, 2012.

tem vindo a agudizar nos últimos anos, resultante de um aumento dos preços quer de alojamentos para arrendamento, quer de alojamentos para compra na AML³⁶, sabe-se que tem sido um fenómeno que tem afetado muitas outras metrópoles europeias.

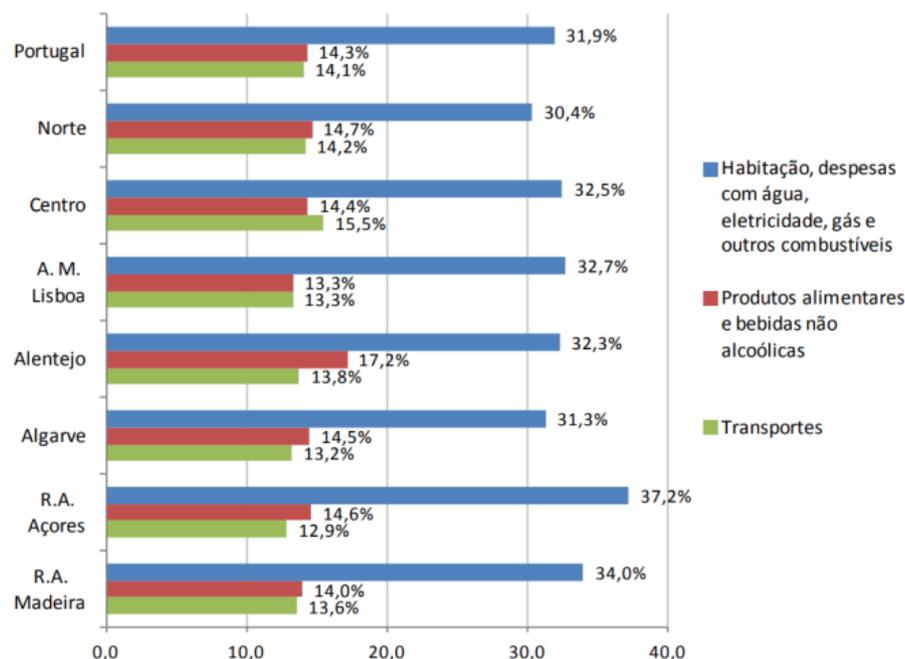


Gráfico 27 – Distribuição da despesa total anual média por agregado familiar

Estrutura da despesa total anual média por agregado, por principais componentes COICOP da despesa e NUTS II
 Fonte INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016

Em 2015/2016, a despesa total anual média por agregado familiar referente a habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis na AML representava um valor bastante superior ao nacional (AML- total 7.575€; PT- total 6.501€)³⁷, enquanto que em 2017, o valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares na AML representava 6,06€/m², valor bastante mais elevado do que o nacional- 4,39 €/m² (INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local). A esta pressão do mercado habitacional soma-se a agudização das situações precárias.

Considerando que, na AML, “o crescimento urbano em mancha, decorrente da urbanização da metrópole de Lisboa nos anos 70 e 80, e a inexistência de uma gestão urbanística eficaz à escala regional, ou mesmo municipal, geraram assimetrias e desequilíbrios sócio urbanísticos e funcionais, ainda bem presentes na AML. Situações como a desintegração do tecido urbano e a degradação do parque habitacional originaram áreas de habitação precária, áreas de construção tradicional degradadas, zonas de origem clandestina e bairros de realojamento desqualificados e guetizados.” Neste sentido, e recordando uma das orientações apontada na “Para a Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo”³⁸- “Oferta de um habitat digno a todos os que residem”- o tema da habitação é certamente uma oportunidade para integrar soluções inovadoras na região, mas também uma ameaça à sua sustentabilidade e identidade, pelo que dever ser tratada em profundidade.

36 O valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares aumentou ligeiramente (de 1.125 no 1.º trimestre 2018 para 1.283 em período homólogo no 1.º trimestre de 2016, Fonte: INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local.

37 INE, I.P., IDEF - Inquérito às Despesas das Famílias, 2015/2016.

38 TEIXEIRA, João (Coord.), Para a estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo- Competitividade internacional e coesão territorial e social da RLVT 2030, CCDR LVT, Abril 2018.

Neste contexto verifica-se ainda a necessidade de reforçar os serviços de proximidade e às famílias³⁹ (serviços sociais como creches ou escolas, comércio, transportes, infraestruturas básicas, etc.), garantindo um quadro completo de vida a quem queira fixar-se na região. O reforço da atratividade territorial da AML exige, por um lado, a configuração de uma metrópole eficiente e sustentável, e por outro, uma metrópole tolerante, acolhedora e cosmopolita.

Tendência de expansão urbana, nem sempre compatibilizada com os recursos naturais

O território da AML caracteriza-se por uma rica multiplicidade geográfica que contempla áreas claramente urbanas, outras eminentemente rurais, outras ainda, marcadamente costeiras e/ou fluviais. Esta diversidade integra múltiplos tecidos e morfotipologias urbanas (lugares mais ou menos compactos, estruturas urbanas mais lineares ou mais complexas, espaços urbanos mais ou menos permeáveis, entre outros).

A forma de ocupação do solo é diversificada na AML, aliada à quantidade, diversidade e qualidade dos seus recursos naturais, sendo que 18% do território corresponde a áreas protegidas e 14% a áreas integradas na Rede Natura 2000⁴⁰. Esta coexistência constitui um fator diferenciador crucial no posicionamento internacional da região, uma vez que potencia a capacidade da AML oferecer estilos de vida diferenciados (mais ou menos em contacto com a natureza, com espaços verdes que potenciam a qualidade de vida dentro de tecidos mais compactos, etc.).

Esta vantagem resulta também numa oportunidade de reforçar a atratividade de visitantes ou residentes não permanentes, que podem usufruir das condições de uma área metropolitana, mas também de um valioso capital natural. Não obstante o reconhecimento deste potencial, visível, por exemplo, através das propostas estratégicas que têm sido construídas para a região, persiste a necessidade de articular e conciliar o tecido urbano com os recursos naturais, e de valorizar esta simbiose como fator de distinção da região no panorama nacional e internacional. A tendencial expansão urbana pode constituir uma ameaça à valorização dos recursos naturais, tendo sido confirmada esta preocupação no âmbito das sessões temáticas de audição dos autores chave. Dentro deste conjunto de recursos naturais que diferenciam e valorizam a qualidade de vida da região, têm sido destacados com particular relevância para a atratividade na dimensão do viver, trabalhar ou visitar da área metropolitana, o rio Tejo e o rio Sado.

A oportunidade de assumir estes estuários como agregadores dos territórios da AML é particularmente pertinente, sobretudo pela diferenciação que oferece a uma área metropolitana e pela qualidade de vida que pode induzir a quem deles usufrui. Pese embora este reconhecimento, o seu protagonismo exige novas estratégias para a sua integração efetiva no modelo de desenvolvimento urbano sustentável que a região pode ambicionar, persistindo o alerta assinalado na Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Área Metropolitana de Lisboa (EIDT- AML, 2015): *“A cidade das duas margens, em torno do Tejo ainda não é uma realidade”*⁴¹.

A recente intensificação do turismo que tem abrangido o país, e em particular a AML⁴², constitui uma oportunidade de dar a conhecer estes valores naturais e de os divulgar. O Plano Estratégico para o Turismo da Região de Lisboa 2020-24 salienta esse potencial, referindo a existência de uma *“oferta rica e diversificada, combinando património e recursos paisagísticos, história e modernidade”* sendo pertinente desenvolver uma estratégia que articule os recursos naturais da região e que seja capaz de integrar esse capital natural.

39 Conforme referido no Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo, 2017, a resposta social de âmbito socioeducativo destinada a crianças até aos 3 anos de idade – creches – correspondia a uma taxa de cobertura de 28% na AML. Outro indicador apontado no mesmo relatório refere-se às respostas sociais a pessoas idosas, a qual registava uma taxa de cobertura inferior à média continental (12,7%) em 2014.

40 Como refere o estudo Uma Metrópole para o Atlântico da Fundação Calouste Gulbenkian (2015), esta fachada ocidental da Península Ibérica é particularmente relevante no contexto do sistema verde europeu, tratando-se do “único território litoral com clima mediterrâneo, podendo definir-se como pertencente à região biogeográfica mediterrânea com exposição ao Atlântico.”

41 AAVV, Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da AML, AML/AM&A, janeiro 2015.

42 De acordo com o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território - RLVT da CCDRLVT, 2017, “o Turismo, (...) registou, entre 2009 e 2017, um importante aumento na oferta de camas em empreendimentos turísticos da AML, sendo também de notar a dinâmicas de oferta de unidades de alojamento local. Em 2016, os estabelecimentos hoteleiros da AML registaram cerca de 15 milhões de dormidas.”

A expansão urbana, com o conseqüente aumento de solo artificializado, tem pautado o desenvolvimento urbano da AML: em 2007 as áreas edificadas correspondiam a cerca de 34% do seu território, representando um aumento gradual face a 1995⁴³. Esta tendência acentua a necessidade de compatibilizar o capital natural com o aumento dos territórios artificializados de forma a assegurar o desenvolvimento urbano que se ambiciona, num reequilíbrio sustentável onde as infraestruturas verdes integradas contribuem para a qualidade de vida. Esta oportunidade é pertinente também na perspetiva da necessária redução da exposição aos riscos (naturais e artificiais) que a ocupação do solo em extensão pode acarretar.

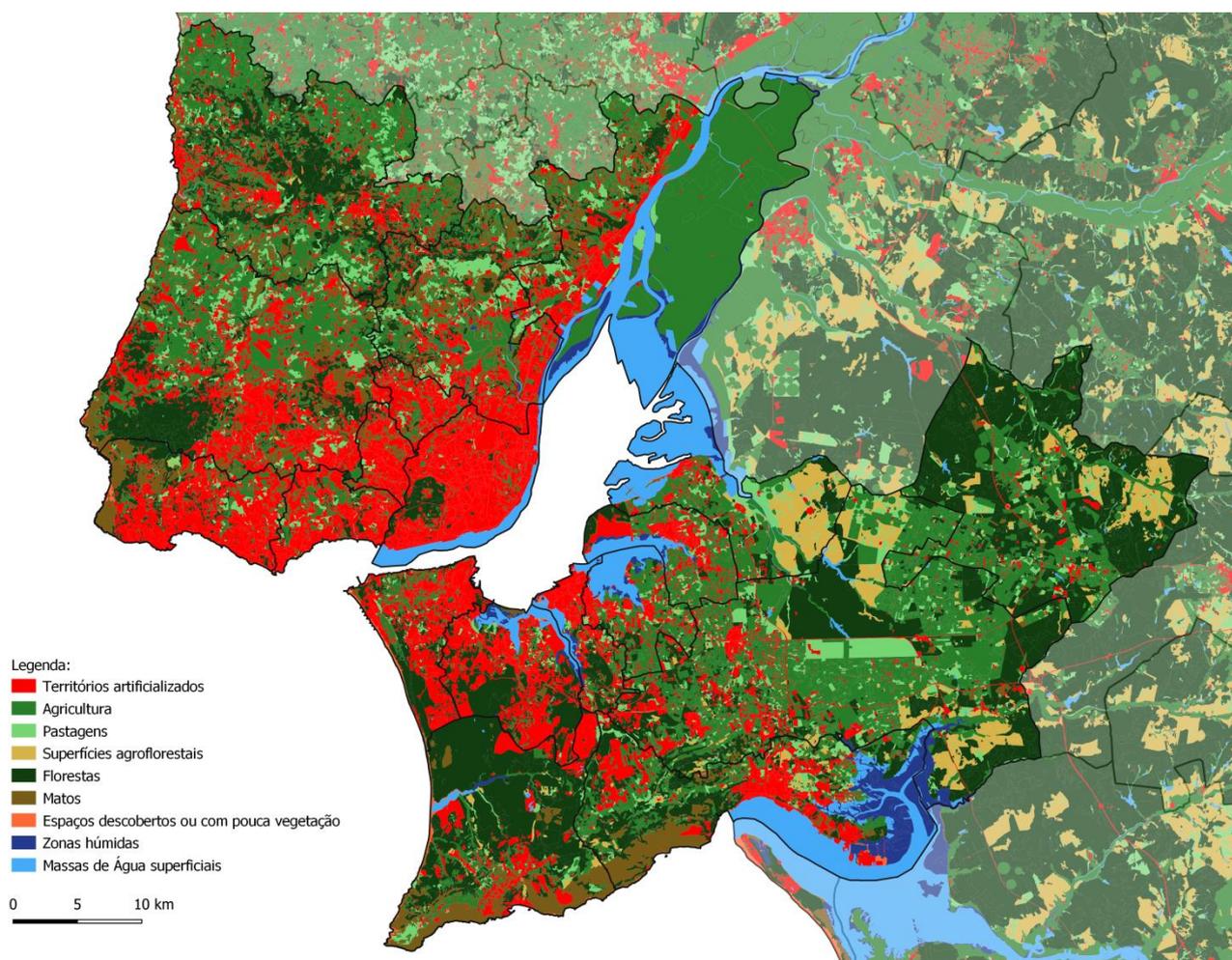


Figura 4 – Usos do solo (COS2018)

Fonte DGT

Paralelamente, a existência de espaços obsoletos ou vazios dentro do solo já artificializado, gera a oportunidade de regenerar essas áreas através da sua reutilização e transformação (e.g.: *brownfields*, áreas e edificado obsoleto, espaços vazios, etc.), otimizando investimentos já efetuados anteriormente e evitando a extensão do solo artificializado. Esta mudança de paradigma de um desenvolvimento urbano mais expansionista para um mais orientado para a regeneração e reabilitação urbana consta do relatório Habitat III da ONU, é um dos objetivos da Agenda Urbana para a EU e foi confirmada nas sessões temáticas de audição dos atores chave, constituindo-se como uma mudança essencial à afirmação de uma área metropolitana que se distinga pelo seu desenvolvimento sustentável.

43 “O alastramento da urbanização na AML tem sido induzido pela força motriz da cidade-capital e por eixos de estruturação territorial que as acessibilidades fluviais e ferroviárias, num primeiro tempo, e as rodoviárias, num segundo tempo, ajudaram a definir e a consolidar, prolongando a área urbana para além dos limites administrativos da cidade e para o interior das margens Norte e Sul.”, in REOT LVT, CCDRLVT, 2017.

Densa herança histórica com desafios de renovação e regeneração

A evolução urbana da AML revela a sobreposição de um tempo longo, pleno de história que se revela no seu tecido edificado mais ou menos monumental. Com um parque edificado maioritariamente anterior a 1990, as necessidades de reabilitação e regeneração são significativas. Apesar do esforço que tem sido instituído nos últimos anos (nomeadamente através das iniciativas de Reabilitação Urbana nos vários municípios da AML), permanece ainda a necessidade de dar continuidade a uma estratégia que, dentro dos princípios do desenvolvimento urbano sustentável, reutilize os recursos edificados existentes, assegure a sua otimização e imprima práticas de sustentabilidade na construção e nas soluções urbanas, convergindo para a neutralidade carbónica e para uma maior resiliência face às alterações climáticas.

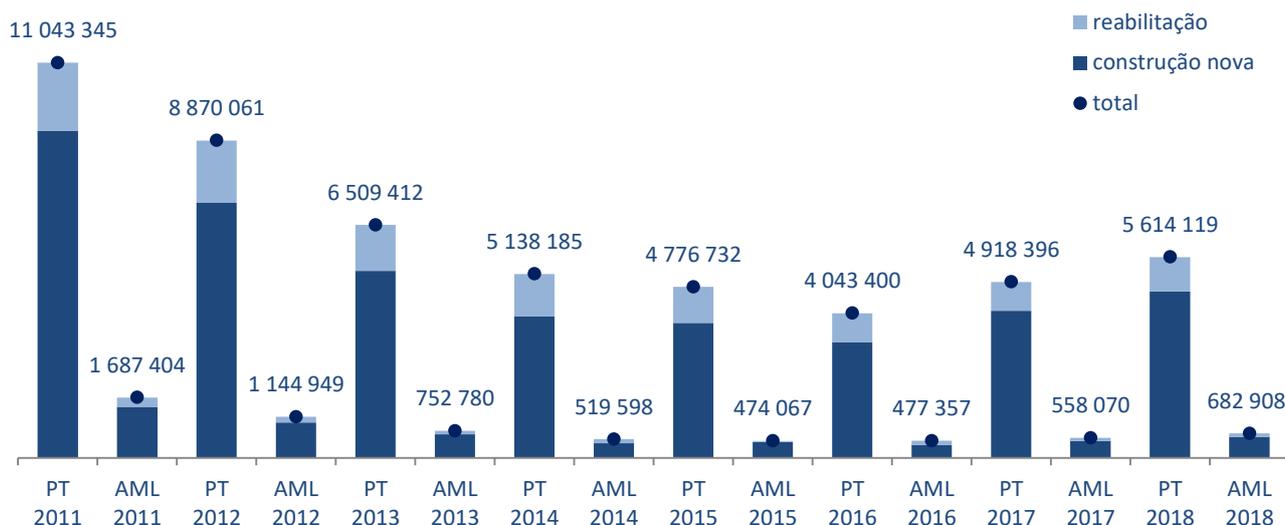


Gráfico 28 – Superfície total das obras concluídas (m²) Construção Nova vs Reabilitação

Nota: Superfície total das obras concluídas (m²) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de obra ; Anual - INE, Estatísticas das obras concluídas; Fonte: INE.

Perante os investimentos já efetuados, torna-se crucial ajustar, adaptar ou reconverter o edificado existente (equipamentos, residenciais, etc.), o que gera a necessidade de aprofundar a política de reabilitação. Verifica-se, portanto, que para além de um conjunto não desprezível de parque edificado em necessidade grandes reparações, a larga maioria das habitações, por força da sua vetustez e pela necessidade de intervenção, não apresenta as condições de eficiência energética. Por outro lado, não apresenta as soluções de sustentabilidade que permitam conferir melhores condições de habitabilidade e de conforto aos residentes, nem tão-pouco se encontra em condições de contribuir ativamente para a neutralidade carbónica e para o robustecimento de uma economia circular na AML.

Para além destes recursos, os espaços vazios ou desocupados (obsoletos) geram a oportunidade de se constituírem como espaços urbanos renovados onde iniciativas recentes de intervenção comunitária participada têm demonstrado a capacidade de, por via da cultura e da criatividade, construir ou reforçar laços dentro das comunidades locais⁴⁴, resultando numa maior identificação com o lugar que se habita e alimentando uma memória coletiva que permite diferenciar-se do global. A capacidade de fomentar estas iniciativas permite antecipar a capitalização de uma escala de proximidade difícil de alcançar nas metrópoles (relações de vizinhança), que contribui para a coesão do território regional. Em simultâneo, assegura a articulação da rede urbana e a descompressão do tecido metropolitano. Estes benefícios constituem fatores cruciais para a melhoria da qualidade de vida urbana, sobretudo no contexto da AML, pela sua dimensão funcional.

44 Exemplo da operação referente ao Largo do Intendente em Lisboa ou em Marvila.

Apesar desta herança histórica valiosa que, na sua generalidade, as metrópoles europeias têm, os eventos bélicos passados e as consequências da aceleração e aprofundamento da globalização têm ameaçado a diferenciação urbana das metrópoles, tendendo para a introdução de “receitas urbanas globais” que acabam por anular a identidade de cada uma. Embora a AML não seja imune a este fenómeno, não evidência de forma incontornável esta tendência, podendo ainda distinguir-se, no panorama europeu, pela autenticidade e especificidade da sua paisagem urbana. A valorização das condições locais e culturais (património edificado, serviços culturais, património natural) constituem uma oportunidade relevante de diferenciação, podendo beneficiar do potencial de valorização de uma narrativa urbana própria, associada à valorização dos fatores de diferenciação físicos e culturais. A sua multiculturalidade ancestral, entendida como cosmopolita, permite uma abordagem inovadora e criativa destas temáticas, criando a oportunidade de conferir nova vitalidade aos argumentos históricos que a região contém.

Dado o seu potencial, as transformações globais trazem desafios relevantes a metrópoles com forte herança histórica, sobretudo na adaptação dos tecidos consolidados a novas tecnologias, sistemas de mobilidade ou exigências infraestruturais. As áreas metropolitanas, como espaços de consumo crescente, têm implícito um sistema logístico complexo que se tem estado a transformar, tendendo para um futuro de soluções de baixo carbono, sistemas partilhados e soluções inteligentes⁴⁵, com efetivas consequências no tecido urbano e respetivos sistemas de mobilidade e infraestruturas.

No caso da AML, esse impacto é ainda maior uma vez que integra a capital de um país, a qual como referido anteriormente centraliza muitas das funções nacionais, resultando na necessidade de assegurar não apenas o seu funcionamento logístico, mas também o funcionamento da logística que se relaciona com a rede nacional e com a rede mundial. O Relatório de Estado do Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo (2017) reconhece que, face à “Prioridade 2- Qualificação metropolitana” do Plano Regional de Ordenamento do Território da AML (PROT-AML), persistem “*debilidades no ordenamento da logística e na rede de transportes.*” Neste sentido a AML tem a oportunidade de desenvolver uma abordagem inovadora para a logística urbana, onde a eficiência seja pautada pela sustentabilidade, com boas práticas que possam ser replicadas noutras regiões metropolitanas.

45 Transformational trends in urban logistics (Goods), Hitachi, 2018.

Face à situação pandémica de 2020 – COVID19

A fase final da construção desta estratégia ocorreu em pleno contexto da crise sanitária provocada pelo Coronavírus Covid-19, em que ainda é difícil avaliar a dimensão do seu impacto na sociedade e na economia. Esse impacto poderá gerar alterações profundas, com causas e consequências nunca antes observadas.

Na avaliação do impacto da pandemia do Covid-19 realizada pela EY Portugal, é referido poderem ocorrer diferentes efeitos nos vários setores de atividade económica. O turismo está a sofrer “um impacto negativo tremendo, em particular no período de isolamento social em curso”, e as atividades assentes na exportação (têxtil e automóvel) “também estão a ser fortemente penalizadas pela interrupção dos abastecimentos, pelo encerramento de fábricas e pela contração da procura”. Segundo a mesma avaliação EY, “os cuidados de saúde, a logística e o retalho alimentar, alguma indústria química e farmacêutica e parte dos serviços de telecomunicações, de IT e de entretenimento remotos correm o risco de colapsar por dificuldades de adaptação rápida às solicitações da procura”.

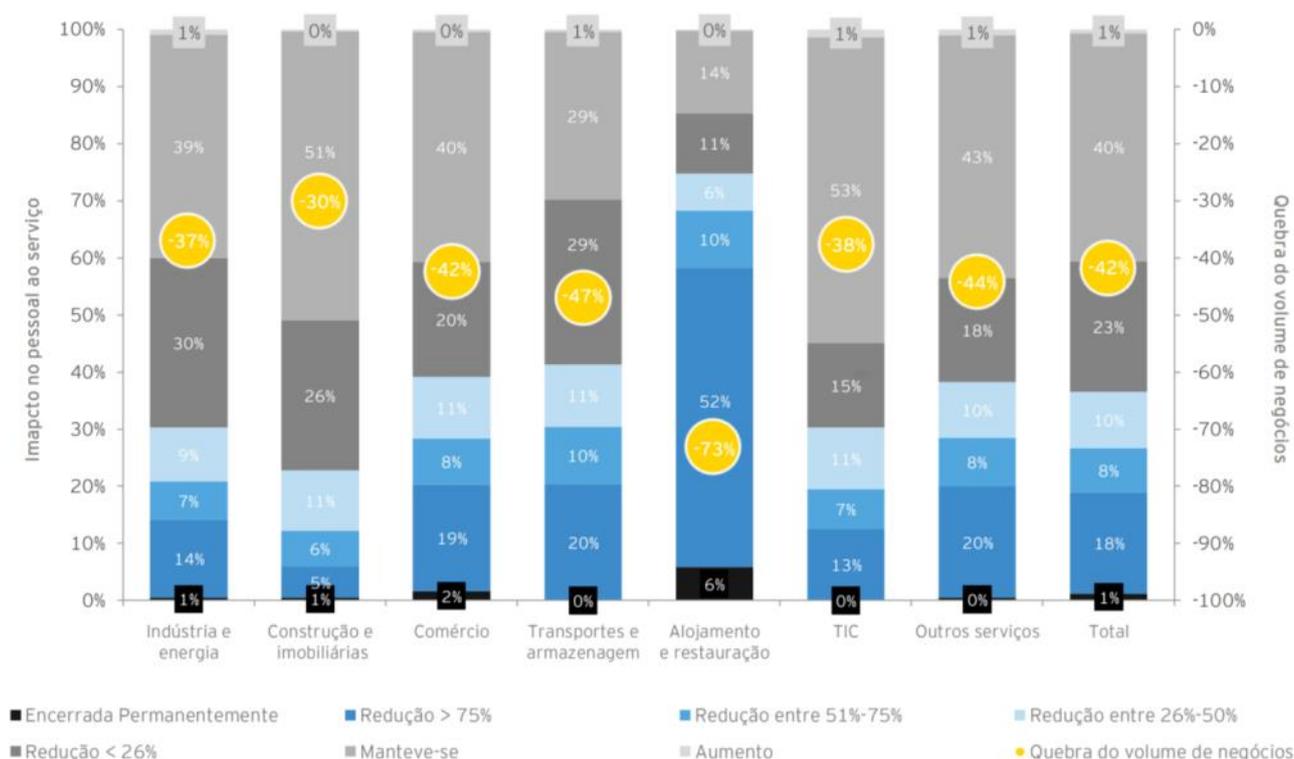


Gráfico 29 – Redução da atividade dos setores e do pessoal ao serviço durante o confinamento

Fonte: EY-Parthenon com base em Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas - COVID-19 (semana 20 a 24 de abril de 2020), INE e Banco de Portugal

Ao nível do mercado de trabalho, a Comissão Europeia prevê uma subida de 9,7% na taxa de desemprego em Portugal em 2020. Para 2021, a CE estima uma diminuição da taxa de desemprego dos 9,7% para os 7,4%. As previsões do Relatório da Primavera, que são mais otimistas do que as do Fundo Monetário Internacional (FMI), apontam, para Portugal uma taxa de desemprego de 13,9% em 2020. O setor do turismo deverá afetar também os níveis de desemprego, apesar de “provavelmente muitos dos despedimentos serem temporários”.

Os principais indicadores, em Março 2020, revelam a situação de crise socioeconómica que Portugal atualmente atravessa, designadamente ao nível do impacto nas empresas, sendo que a percentagem de empresas temporariamente encerradas atinge cerca de 16%, 57,4% das empresas tiveram redução no pessoal ao serviço, 79% das empresas reduziram o seu volume de negócios, mais de 100.000 entidades empregadoras estão em *Lay-off*.

Num quadro estratégico, incorporando a crise provocada pela pandemia da COVID 19 como ponto de partida, importa considerar os sectores perdedores e os vencedores. Ou seja, aqueles que terão vantagem no crescimento e modernização das suas atividades, e aqueles que carecem de apoio para reverem o seu modelo de negócio ou pelo menos susterem as suas estruturas produtivas até uma fase de retoma. É neste universo que identificamos cenários de mudança, com oportunidades e desafios a ter em conta no contexto do quadro estratégico 2030 – assente numa AML ainda mais resiliente, autónoma e circular.

Segundo a análise da Dcode, os setores de atividade potencialmente vencedores, a curto prazo, com a situação da pandemia do COVID-19 serão o fornecimento de serviços médicos, a transformação e comercialização de produtos alimentares, os cuidados de saúde pessoal, as TIC, o comércio eletrónico e a agricultura. Por outro lado, os setores mais prejudicados serão o turismo e lazer, a aviação e o transporte marítimo, o sector automóvel, a construção e o imobiliário, a indústria (não essencial), os serviços financeiros, a educação e o petróleo e gás.

Sendo o sector do turismo e lazer um dos mais afetados, é incerto como será o retorno à normalidade. Importa recordar que este sector foi um dos primeiros a sair da anterior crise, conquistando um peso significativo no PIB do país (14,6%, face a receitas de 29,8M€ INE 2018) e da AML (20,3%, face a face a receitas de 14,7M€, INE 2018). Metade da riqueza gerada pelo turismo ocorre na Área Metropolitana de Lisboa. Agora, a capacidade de normalização do sector, depende fortemente da resposta da sociedade, do fator confiança, e inexistência de reincidências pandémicas. As estimativas apontam para um ano, no mínimo, de recuperação, onde a procura interna pode constituir uma primeira base de alavancagem.

As lógicas de especialização inteligente, de aposta em domínios com capacidade emergente de produção de riqueza, por força da internalização de inovação, com incidência na valorização das cadeias de valor (efeitos difusores), assumem, aqui, particular importância estratégica. Ou seja, importa reconhecer, para o início da recuperação económica, os sectores que podem alavancar a economia regional.

No âmbito do Portugal 2020 e como forma de mitigar os danos no funcionamento da economia portuguesa, o Governo português lançou a iniciativa “Inovação COVID-19”, consistindo num apoio a empresas que pretendam estabelecer, reforçar ou reverter as suas capacidades de produção de bens e serviços, focando-se em produtos destinados a combater a pandemia de COVID-19. A medida abrange também a construção e a modernização de instalações de testes e ensaios dos produtos relevantes no âmbito do combate à pandemia, bem como a criação de capacidades adicionais para a produção dos produtos necessários para dar resposta ao surto.

Lançou-se a “I&D COVID-19”, que se concretiza num apoio a atividades de investigação e desenvolvimento no combate à pandemia, facilitando e estimulando projetos e iniciativas de I&D e inovação entre os centros de interface tecnológica e laboratórios colaborativos e as empresas, que respondam às necessidades imediatas e a médio prazo do Serviço Nacional de Saúde. Destacam-se as medidas de apoio na área da ciência e tecnologia consubstanciadas na linha de financiamento de apoio à investigação em projetos que respondam às necessidades do Serviço Nacional de Saúde Research 4 COVID-19 (4 milhões de euros) e na linha de apoio à investigação em Ciência dos Dados e Inteligência Artificial na Administração Pública AI 4 COVID19 (3 milhões de euros).

Portugal associou-se (maio de 2020), à iniciativa «Resposta global à COVID-19 – Conferência de Doadores», organizada pela Comissão Europeia. A iniciativa tem como objetivo reunir esforços de governos, empresários, fundações e cidadãos da União Europeia para recolher 7,5 mil milhões de euros, com vista a acelerar o desenvolvimento, a produção e o acesso equitativo a vacinas, diagnósticos e tratamentos. Além de uma significativa contribuição financeira de 10 milhões de euros, juntando o sector público e o sector privado, os centros nacionais de I&D e a indústria farmacêutica estão preparados para integrar parcerias internacionais nas três áreas cobertas pela Resposta Global e em todas as fases: investigação, produção e distribuição (PNR2020, pág.31).

Noutra vertente, foi lançado o sistema de incentivos à adaptação da atividade das microempresas (até 10 trabalhadores) ao contexto COVID-19, que tem por objetivo apoiar as microempresas no esforço de adaptação e de investimento nos seus estabelecimentos, ajustando os métodos de organização do trabalho e de relacionamento com clientes e fornecedores às novas condições contexto da pandemia COVID-19, garantindo o cumprimento das normas estabelecidas e das recomendações das autoridades competentes. Em paralelo, soma-se um sistema de incentivos à adaptação das PME, na fase de confinamento, garantindo segurança para os trabalhadores e clientes (PNR2020, pág. 28/29).

Em suma, após um quadro de recuperação económica pós crise 2009, a AML efetuou uma evolução confirmada na maioria dos indicadores, ainda que a comparação com realidades análogas (outras capitais europeias de similar dimensão e posição) nem sempre revele uma melhor performance. A atual pandemia, como se observa no momento de elaboração desta estratégia, no quadro de preparação do próximo quadro comunitário, estabelece uma “nova” posição de partida, seguindo acentuadas mudanças no funcionamento da AML.

Estas mudanças decorrem de novas atividades, novas funções, nos modos de vida, com dois aspetos muitos positivos, de aceleração da transição digital (teletrabalho, e-commerce, etc.), e de redução da pegada ecológica da AML (redução das deslocações, maior distribuição horária das deslocações pendulares, mais produção e consumo local, etc.). É claro o desafio de maior produtividade no trabalho, com mais tempo de lazer. No entanto, apesar do quadro de incerteza, esta mudança aponta igualmente para a reformulação da solidez, consistência e autonomia das atividades e do sistema funcional da AML, nomeadamente antecipando, e preparando esta região para a incidência futura de novas pandemias, alargando o leque dos riscos e catástrofes, onde a crise climática, a escassez de recursos (nomeadamente de água), os incêndios e a erosão costeira não desapareceram. Acresce que a atual crise económica, trará mais desigualdade, aumentando a dimensão da pobreza e da população e em *stress* social, o que sugere um princípio estratégico primeiro de recuperação económica com forte incidência social, ao nível da equidade.

É neste contexto que importa considerar as tendências a médio e longo prazo, de recuperação económica. A pandemia de COVID-19 constitui um desafio sem precedentes para todo o mundo, muito em particular para a economia e para a organização das nossas sociedades. Implica a criação de novas formas de lazer, *modus vivendi* como sejam a proximidade das famílias, da solidariedade, da natureza.

A primeira resposta do Governo à emergência de saúde pública causada pela pandemia da doença COVID-19 foi, naturalmente, de natureza preventiva, com a aprovação de diversas medidas destinadas aos cidadãos, ao setor da saúde (estabelecimentos e profissionais e saúde) e a várias entidades públicas e privadas, destinadas a assegurar o tratamento e a providenciar pela diminuição do risco de transmissão da doença. Em simultâneo procurou acautelar a diminuição e a mitigação dos primeiros impactos económicos advenientes do surto epidémico, em particular, através de medidas de apoio à tesouraria das empresas e à manutenção dos postos de trabalho. Ainda não sendo conhecida toda a extensão dos danos provocados na economia portuguesa pela pandemia, é já, porém certo que a severidade dos seus efeitos será muito mais profunda de qualquer período recessivo das últimas décadas.

Embora seja consensual que atual crise de saúde pública é essencialmente geradora de uma aceleração das tendências, por vezes contraditórias, da última década, os seus efeitos positivos e negativos sobre as economias, as sociedades e os territórios são ainda incertos. As suas implicações poderão afetar de forma diversa a presente Estratégia, num aspeto facilitando a sua concretização, ou pelo menos tornando ainda pertinente as opções tomadas, noutros casos tornando ainda mais difíceis e complexas as respostas.

A resposta a este quadro de incertezas deve assentar, mais do que nunca, em mecanismos de acompanhamento regular e sistemático das tendências e dos fenómenos, para que em tempo útil possam ser adotadas as medidas adequadas e de correção de políticas. Por este facto, na componente de Coordenação, acompanhamento e monitorização da Estratégia apresenta-se desde já uma matriz de aferição de impactes potenciais da pandemia da doença COVID-19 na Matriz Estratégica de Desenvolvimento, aferindo-se os impactes atuais e de curto e médio prazo.



2 VISÃO MATRIZ ESTRATÉGICA

02 VISÃO E MATRIZ ESTRATÉGICA

Visão AML 2030

Nas últimas duas décadas no âmbito da elaboração ou alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território da AML (PROT-AML) ou no quadro da preparação dos vários ciclos de programação da Política de Coesão, foram produzidas diversas estratégias de desenvolvimento da metrópole que propuseram visões de desenvolvimento suportadas tanto numa afirmação externa da Área Metropolitana de Lisboa, como na proteção e valorização dos seus ativos territoriais, com vista a tornar a região mais competitiva, coesa e sustentável.

As diversas visões procuraram valorizar os atributos relacionais da metrópole no espaço global, europeu, ibérico e nacional e a necessidade de promover processos de desenvolvimento cada vez mais centrados na inovação, na tecnologia e no conhecimento. Procuraram também relevar os desafios da sustentabilidade, evoluindo da preservação dos sistemas naturais e das necessidades de infraestruturção, para os desafios climáticos e de eficiência no uso dos recursos. Destacaram também a necessidade de valorizar a coesão social, as comunidades, a cidadania e a diversidade, projetando uma metrópole escorada em pilares como a solidariedade, o cosmopolitismo e a interculturalidade.



Figura 5 – Nuvem de palavras das Visões Estratégicas propostas para a AML (2002-2020)

Fonte: AML (2014); AML / CCDR LVT (2020) CCDR LVT (2002, 2007 e 2014).

A visão estratégica para 2030 dá continuidade e atualidade às visões que a antecederam, apontando um novo horizonte de desenvolvimento para a Área Metropolitana de Lisboa. Destaca o que é milenar e imutável e que se funde numa geografia relacional global, que distingue Lisboa das demais regiões capitais europeias. Mas não deixa de reconhecer a necessidade de recuperar rapidamente de uma década perdida, de divergência económica com a Europa, de agravamento das disparidades sociais, de emergência de novos fatores de disruptividade ambiental, territorial e social e de ausência de investimentos estruturadores capazes de definir um processo de desenvolvimento integrado, capaz de consolidar um sistema urbano policêntrico promotor de coesão territorial intra e inter regional.

VISÃO ESTRATÉGICA

Uma região capital, europeia, inserida num quadro de rotas e plataformas internacionais, que prioriza a valorização das pessoas e do território na construção de um futuro sustentável, alicerçado na competitividade e na inovação, na coesão social, na gestão eficiente dos recursos e do capital natural, na cultura, no cosmopolitismo, na mobilidade sustentável e no desenvolvimento integrado e policêntrico do território.

À visão da Estratégia AML 2030 e da sua afirmação metropolitana equiparável a outras regiões capitais europeias estão subjacentes ambições de assunção de uma dianteira inequívoca na fixação de objetivos e de soluções exemplarmente inovadoras, modernas e cosmopolitas nas dimensões da inovação e competitividade, sustentabilidade ambiental e da mitigação de riscos naturais, da coesão social e sustentabilidade demográfica, da mobilidade e conectividade sustentável e do desenvolvimento urbano e mudança transformadora.



Figura 6 – Esquema da Visão Integrada AML 2030

Fonte: AML / CCDR LVT

A visão estratégica incorpora ainda os alertas lançados pela recente pandemia da COVID 19, do ponto vista das sociedades e territórios estarem expostos, com crescente regularidade e intensidade, a eventos sistémicos globais disruptivos para os sistemas sociais, económicos e ambientais. A resiliência territorial ganha no século XXI uma importância acrescida como elemento vital não só para a prosperidade, como um elemento essencial da coesão e do bem-estar, devendo ser um elemento essencial na definição das estratégias de desenvolvimento regional, fazendo com que estejam também elas preparadas para súbitas alterações contextuais.

Valores

A Estratégia AML 2030 assenta num quadro valores basilares presentes na Visão proposta para a Região de Lisboa e que definem a abordagem seguida pela matriz estratégia de desenvolvimento:

- **Resiliência** – face ao agravamento dos riscos sistémicos globais, o processo de desenvolvimento metropolitano procurará assegurar a resiliência ecológica, social e económica, aumentando a capacidade dos diversos sistemas naturais, sociais, económicos e infraestruturais em resistir a choques a partir da capacidade de valorização da diversidade, da capacidade de aprendizagem coletiva, da inovação e da adaptação, da cooperação intersectorial e interinstitucional e da autossuficiência, mormente alimentar;
- **Coesão** – respondendo à persistência de fenómenos como a exclusão, a polarização e as fraturas socio-territoriais, potencialmente agravadas pelos impactes múltiplos da pandemia COVID-19, o processo de desenvolvimento regional conferirá um papel central à coesão social, criando mecanismos de inclusão, proteção e de valorização da diversidade e do pluralismo, que possibilitem a todos o bem-estar e a igualdade de oportunidades ao nível do emprego, do sistema educativo, da habitação, da saúde, da cultura e dos direitos sociais e políticos;
- **Sustentabilidade** – a promoção do processo de desenvolvimento regional deverá estar inequivocamente alinhado com o princípio da sustentabilidade, assegurando um quadro de respostas às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender às suas necessidades, procurando através de uma adequada ponderação de prioridades, opções e projetos encontrar o equilíbrio entre um desenvolvimento territorial ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso;
- **Transição justa** – a mudança para uma economia de baixo carbono e resiliente ao clima, e para construção de uma sociedade metropolitana digital coloca profundos desafios que deverão ser alcançados tendo por base os princípios da equidade e da solidariedade, distribuindo eventuais custos de forma justa, maximizando os benefícios para todos e garantido condições de igualdade de oportunidades de participação numa nova economia verde e no acesso aos serviços do Estado.

Visão de desenvolvimento territorial

No âmbito dos processos de definição (2002) e de alteração (2010) do PROT-AML, foram estabelecidas as linhas de estruturação e organização do território regional.

As formulações definidas para o modelo territorial metropolitano visaram concretizar a visão estratégica apontada para a AML, tanto ao nível da sua afirmação externa, como de incremento da coesão interna.

Os pressupostos e os princípios que estiveram na base desses modelos permanecem atuais, assentes: (i) no imperativo de reforço da conectividade internacional de modo a fortalecer as funções de intermediação transcontinental; (ii) no reforço das centralidades urbanas e das ligações entre si com vista a aumentar a coesão territorial e a eficiência no uso do solo; (iii) na valorização e preservação dos valores territoriais, naturais, construídos e imateriais.

No início de uma nova década, continua válida a aposta num sistema urbano metropolitano assente numa estruturação policêntrica hierarquizada definida por: (i) aglomerações urbanas funcionalmente polivalentes que permitam a igualdade de oportunidades no acesso ao emprego e aos serviços públicos; (ii) um sistema de acessibilidade e mobilidade, especialmente em transporte público, que crie condições de acesso a estes polos e a integração e cooperação territorial não só entre as aglomerações, mas também entre as duas macro unidades sub-regionais que estão separadas pelo rio Tejo.

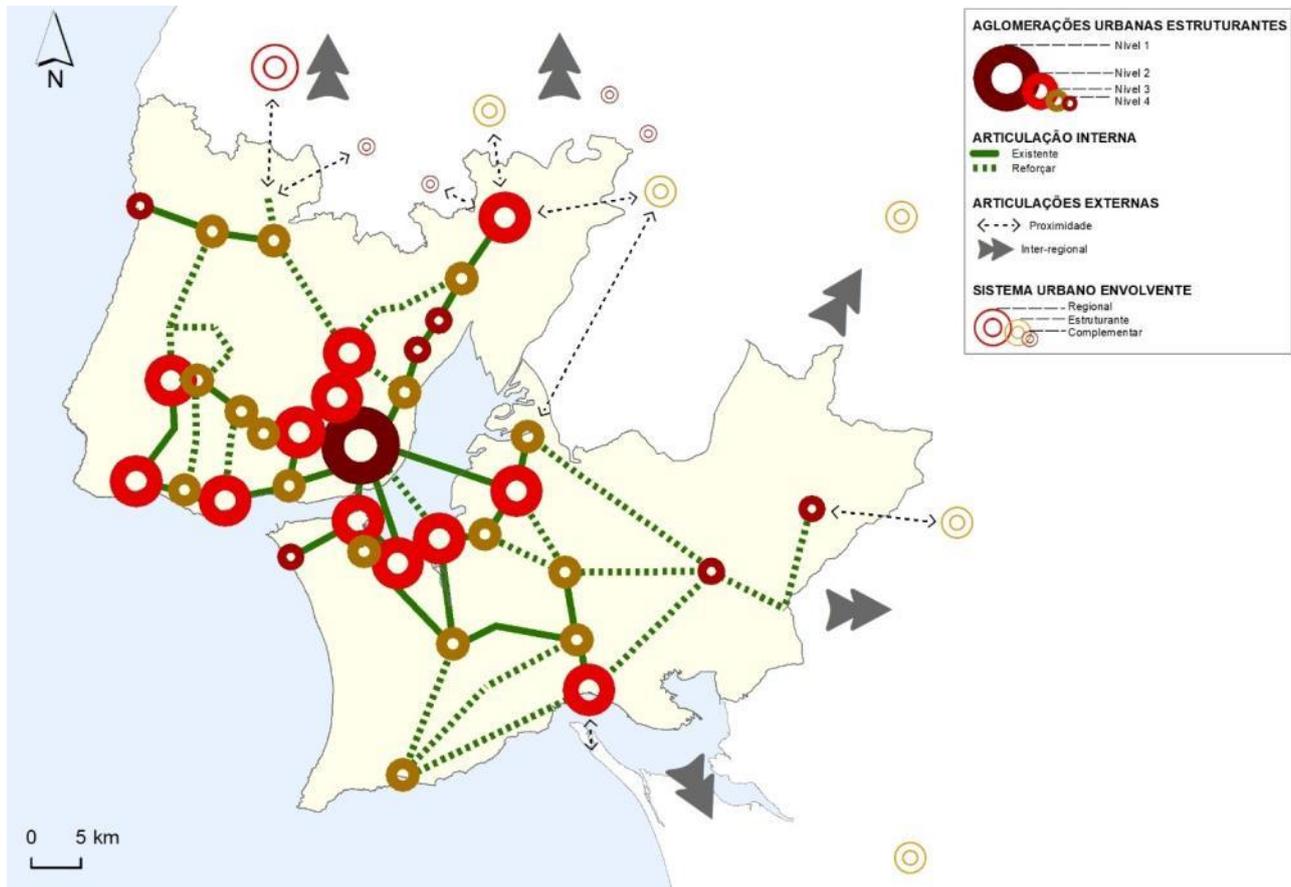


Figura 7 – Sistema urbano da Área Metropolitana de Lisboa
 Fonte: Adaptado de PROT-AML - Proposta de Alteração (2010)

Esta estratégia deverá dar um novo impulso para a concretização das duas visões estratégicas centrais de desenvolvimento territorial da AML e que os processos de planeamento territorial têm preconizado desde o início do século XXI:

- Uma “**cidade de duas margens**”, no centro da metrópole, definida por um sistema policêntrico que se desenvolve em torno do Estuário do Tejo, suportado por espaços urbanos qualificados e fortemente conectados entre si, a partir de ligações fluviais e de travessias rodoferroviárias, em que o arco ribeirinho Sul constitui um prolongamento funcional de Lisboa;
- Uma “**cidade de cidades**”, em todo o espaço metropolitano, numa rede integrada e articulada de aglomerações polivalentes, com diferentes tipos de especialização e vocação, que asseguram a coesão territorial da metrópole e que estabelecem igualmente interações com outras aglomerações que se localizam nas sub-regiões contíguas do Oeste, Lezíria do Tejo, Alentejo Central e Alentejo Litoral.

A concretização do quadro estratégico, a partir dos cinco domínios prioritários que o estruturam, deverá ter a capacidade promover e concretizar este sistema urbano metropolitano policêntrico, reforçando os polos estruturantes e os níveis de acessibilidade e conectividade entre si, através de ações que:

- Fortaleçam as centralidades urbanas metropolitanas multifuncionais, especialmente as que disponham de forte acessibilidade a partir de transporte público, fomentando a regeneração urbana, a qualificação do espaço público, a intensificação de funções económicas e a instalação e renovação de equipamentos públicos estruturantes e a cidade de proximidade;
- Fomentem as complementaridades funcionais entre as centralidades urbanas metropolitanas, promovendo o planeamento intermunicipal de eixos e subsistemas urbanos e aumentando a oferta de serviços de transporte público entre os vários polos, especialmente de conectividade e complementaridade entre eixos radiais e circulares;
- Incentivem o papel estruturador das aglomerações urbanas metropolitanas, especialmente as mais periféricas a norte e a sul, sobre os territórios contíguos à metrópole e sob os quais projetam historicamente a sua área de influência;
- Assegurem o papel nevrálgico de Lisboa na afirmação e internacionalização do sistema urbano metropolitano, atraindo funções e atividades de relevo internacional;
- Consolidem os polos de investigação e desenvolvimento metropolitanos, em articulação com os campus de ensino superior e politécnico;
- Promovam polos municipais de desenvolvimento económico que integrem atividades industriais, serviços, investigação e ensino, diversificando e reequilibrando a economia regional, mobilizando e intensificando a relação entre a investigação e as empresas;
- Fomentem a difusão das dinâmicas turísticas e de lazer urbanas de Lisboa para as demais centralidades urbanas metropolitanas, mitigando os efeitos de pressão imobiliária sobre a cidade central;
- Integrem as polarizações económicas monofuncionais periféricas na rede de transportes públicos e a diversificação de usos e funções nestas áreas, com especial relevo para aumento da oferta residencial;
- Promovam uma dinâmica cultural e criativa policêntrica apoiada numa rede de espaços, equipamentos e eventos diversos, com especial ênfase, entre outras, para a Capital Europeia da Cultura 2027.

Em paralelo, é essencial contrariar o processo de alastramento da urbanização e de fragmentação territorial a partir da valorização dos espaços rurais e naturais e do fortalecimento das relações rural-urbano:

- Promovendo o desenvolvimento urbano tendo como princípios estruturantes a reabilitação, a regeneração, a requalificação e a reconversão dos espaços edificados, a valorização dos serviços dos ecossistemas e a potenciação do valor económico e social dos espaços agroflorestais e naturais;
- Contendo o surgimento de áreas de edificação dispersa em solo rústico, orientando as dinâmicas de edificação de baixa densidade para a compactação e qualificação das áreas fragmentadas e dos aglomerados rurais;
- Preservando e qualificando os aglomerados rurais, valorizando os elementos patrimoniais, paisagísticos e construídos singulares e criando condições favoráveis para a instalação de unidades de alojamento e para a comercialização e apoio à produção agrícola de excelência (por exemplo, associada à viticultura, horticultura e fruticultura);
- Promovendo a valorização dos serviços prestados pelos ecossistemas, protegendo, conservando e qualificando os espaços naturais, as infraestruturas ecológicas e os espaços com especial valor para a conservação da natureza e biodiversidade, em linha com a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030;
- Promovendo a valorização da bacia alimentar metropolitana, dinamizando a produção local e de proximidade e as cadeias curtas de produção e consumo de bens alimentares;

- Incentivando o desenvolvimento, nas explorações agrícolas, de atividades não agrícolas, criando novas fontes de rendimento, de criação de emprego e fixação da população em áreas rurais;
- Estimulando a articulação entre as áreas urbanas e a sua envolvente rústica, incluindo áreas agrícolas e florestais do *hinterland* e dos interfaces urbano-rurais, explorando as complementaridades económicas, sociais e culturais que resultam dessa relação de proximidade;
- Potenciando a utilização dos espaços silvestres periurbanos e metropolitanos, criando ou requalificando parques de recreio e lazer, parques florestais de uso múltiplo e redes de percursos nas áreas de influência das aglomerações urbanas, aumentando a sensibilização da população urbana para os valores naturais.
- Garantindo uma florestação eficaz e a preservação e recuperação das florestas, através de incentivos aos gestores florestais para a preservação, o cultivo e a gestão das florestas de forma sustentável.

Finalmente, é imprescindível promover a estruturação, reconversão e qualificação das áreas urbanas fragmentadas e a sua inserção no sistema urbano e de conectividade metropolitano:

- Promovendo a consolidação, estruturação e reconversão das áreas edificadas fragmentadas, com especial incidência na reconversão urbanística das áreas urbanas de génese ilegal (AUGI);
- Intensificando a qualificação ambiental das áreas edificadas fragmentadas assegurando a sua infraestruturação com serviços ambientais e a integração entre as áreas edificadas e as infraestruturas ecológicas;
- Melhorando o acesso a serviços de transporte público e as condições para uma mobilidade suportada na mobilidade ativa, a qualificação dos espaços públicos e das áreas com potencial para desempenhar funções centrais, aumentar a dotação de equipamentos e serviços de proximidade e a valorização dos espaços vazios;
- Promovendo a realocação de edifícios em áreas de génese ilegal implantadas em locais com grande exposição aos riscos hidrológicos e geológicos ou em áreas insuscetíveis de reconversão urbanística.

Matriz estratégica de desenvolvimento da AML

A matriz estratégica de desenvolvimento da AML resulta, a um tempo, das necessidades e prioridades apontadas pelos atores estratégicos e, a um segundo, do alinhamento do modelo de desenvolvimento metropolitano com as orientações e objetivos de âmbito mundial, europeu e nacional. Atende ainda ao balanço que foi realizado das experiências de implementação do PARL 2014-2020 e da EIDT da AML 2014-2020 e à avaliação do quadro de ameaças e oportunidades que se colocam à região em resultado das consequências sociais e económicas geradas pela pandemia da doença COVID-19.

A arquitetura estratégica delineada tem ainda em conta quatro princípios de atuação considerados fundamentais e que deverão ser tidos posteriormente em conta na fase de operacionalização. Estes princípios atendem ao contexto territorial de incidência da Estratégia, aos fatores críticos de sucesso a que a política regional deve atender e aos novos desafios de recuperação económica e social e de transição energética e digital:

- **Amplitude estratégica** – embora o exercício de planeamento resulte da necessidade de preparação do ciclo de Política de Coesão 2021-2027, pretende-se que o papel orientador da Estratégia AML 2030 não se confine a este contexto, reconhecendo-se a crescente exiguidade dos instrumentos de financiamento para responder às necessidades regionais, à necessidade de mobilizar recursos do Estado Central na superação de fraturas socioterritoriais críticas e do acesso à mobilidade e à habitação, e a aposta metropolitana na atração de financiamento europeu de outras prioridades do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027;
- **Seletividade de opções** – sem prejuízo do amplo leque de necessidades de desenvolvimento económico, social e ambiental da AML, expresso na diversidade de políticas públicas visadas pela Estratégia, esta reflete um quadro de escolhas num contexto de escassez de recursos, a partir da identificação de subdomínios vitais (que os atores auscultados destacaram como imprescindíveis para responder à superação dos problemas da região), e de um conjunto seletivo de prioridades e de linhas de intervenção que reconhecem o imperativo da concentração do investimento para aumentar o grau de impacte e de sustentabilidade das mudanças;
- **Integração de políticas e atores** – o modelo adotado, embora partindo de perspetivas por vezes setoriais não deixa de afirmar a necessidade de promover abordagens integradas, quer de âmbito territorial e com forte sensibilidade às necessidades/capacidades/recursos específicos de cada comunidade, quer ao nível da atuação dos atores públicos, afirmando a necessidade de uma intervenção pública multinível com forte coerência vertical (Estado central – poder local) e horizontal (entre as autarquias, os setores), bem como multiator (atores públicos e atores privados e associativos);
- **Escala de governação** – a estratégia reconhece que em resultado do processo de desenvolvimento policêntrico da AML, do fortalecimento da bacia de emprego metropolitana, da expressão regional dos sistemas ecológicos, da crescente imbricação social e económica, dos desafios de competitividade global e do agravamento da ocorrência de riscos sistémicos globais, a escala metropolitana e intermunicipal assume-se como fulcral, a um tempo, para a superação das ameaças e o aproveitamento de oportunidades locais, a um segundo tempo, para o aumento da eficácia, da eficiência e do impacte das políticas públicas.

Tendo por base as duas aproximações identificadas inicialmente e os princípios de atuação, a matriz estratégica foi estruturada a partir de cinco domínios prioritários de desenvolvimento metropolitano, designadamente:

- Quatro domínios de natureza temática (inovação e competitividade; sustentabilidade ambiental e alimentar e mitigação de riscos naturais; coesão social e sustentabilidade demográfica; mobilidade e conectividade sustentável);
- Um domínio de âmbito territorial (desenvolvimento urbano e mudança transformadora).

Este leque de domínios, e os respetivos subdomínios que os compõem, identificam o conjunto de políticas públicas sectoriais e de base territorial indispensáveis para promover as dinâmicas económicas e sociais. Estas, deverão permitir superar as fragilidades regionais estruturais e conjunturais e acelerar um processo de desenvolvimento sustentável e de revitalização da AML como motor do processo de convergência e coesão territorial do país e de reforço da resiliência metropolitana aos riscos sistémicos globais, aproveitando as oportunidades geradas para uma transição energética e digital acelerada, mas justa, e intensificando os mecanismos de resposta aos problemas sociais e económicos emergentes da crise sanitária e de saúde pública.



Subdomínios vitais

Figura 8 – Matriz estratégica de desenvolvimento da AML

Fonte: AML / CDDR LVT

O processo de desenvolvimento da AML deverá conferir especial atenção a 11 subdomínios considerados vitais pelos atores regionais, designadamente o sistema de I&D&I e ecossistema económico, a descarbonização e transição energética, adaptação climática e mitigação de riscos, o sistema alimentar e desenvolvimento rural, o apoio à infância e conciliação trabalho – família, a mobilidade sustentável, a conectividade transregional e internacional, a regeneração urbana e habitat e a habitação e habitabilidade.

Complementarmente, destacam-se três dimensões estratégicas transversais (ação climática, transição digital e criatividade e cultura) que constituem desafios centrais do desenvolvimento metropolitano e que têm relevância, sob diversas formas, na concretização dos diversos domínios prioritários.

Para cada um dos subdomínios prioritários de desenvolvimento metropolitano foram identificadas as prioridades, enquanto objetivos a serem alcançados, e as linhas de intervenção, que apontam os caminhos da sua concretização. Este desenho clarifica o foco estratégico da atuação das políticas públicas na região e aponta as abordagens que devem vir a ser integradas nos planos, programas e instrumentos de política pública que incidam sobre o território regional na próxima década.

O reforço da competitividade económica da AML suportada na inovação, é decisivo para que a região inverta a trajetória de divergência com as congéneres regiões capitais europeias e consiga ser um catalisador de crescimento económico sustentável das regiões portuguesas menos desenvolvidas. O **Domínio da Inovação e Competitividade** estrutura o quadro estratégico de concretização deste objetivo, em articulação com a implementação da Estratégia de Especialização Inteligente da Região de Lisboa (EREIL - RIS3) 2021-2027.



Figura 9 – Domínios de Especialização Inteligente da Área Metropolitana de Lisboa
 Fonte: RIS3 AML (2021- 2027)

A criação de uma dinâmica de maior participação no processo de desenvolvimento europeu só será alcançável com o aumento da capacidade de investigação e inovação, bem como com a maior integração de tecnologias avançadas no setor produtivo, a partir de uma maior intensidade relacional entre o sistema de I&D&I e o ecossistema económico e da valorização da cultura e da criatividade. Em paralelo, a modernização da base de especialização produtiva da região e sua internacionalização, assumem igualmente grande importância estratégica. Este quadro de atuação necessita, indispensavelmente de ser acompanhado por processos de modernização e inovação da administração, tornando a região metropolitana mais atrativa para a fixação de atividades e investimento, reduzindo os custos de contexto das empresas, melhorando a prestação dos serviços públicos e especialmente facilitando a interação entre as empresas e os cidadãos e a administração.

A competitividade regional depende também da capacidade do processo de desenvolvimento se fazer segundo parâmetros inequívocos de sustentabilidade que reforcem a atratividade da AML, conforme se aponta do **Domínio Sustentabilidade Ambiental e Alimentar e Mitigação de Riscos Naturais**, especialmente ao nível da circularidade, da descarbonização, da redução de emissões de GEE e da preservação do património natural. Neste contexto, a região enfrentará na próxima década dois desafios fundamentais: i) assumir-se como um território líder na concretização das metas de neutralidade carbónica o que tem implicações no crescimento da utilização do transporte público, do aumento da eficiência energética dos diversos sectores chave e do aumento da produção energética a partir de fontes renováveis; ii) e preparar-se para os impactes atuais e futuros das alterações climáticas, começando desde logo por mitigar os riscos climáticos atuais, especialmente no que concerne às questões hidrológicas, costeiras e relacionadas com as ondas de calor, em contexto urbano e rural/florestal.

O **Domínio da Coesão Social e Sustentabilidade Demográfica** foi desenhado considerando três desafios centrais que a região metropolitana enfrentará na próxima década: (i) criar condições para que o capital humano possa participar no processo de digitalização, modernização e inovação produtiva, aumentando os níveis de produtividade, empregabilidade e resiliência às crises económicas; (ii) combater a pobreza e a exclusão social, com especial atenção à inclusão ativa e à proteção social dos grupos mais vulneráveis; (iii) enfrentar o desafio da sustentabilidade e de transição demográfica, apostando na atração, inclusão e valorização de população imigrante, no apoio à natalidade a partir do alargamento da provisão de serviços de apoio à infância e da promoção da conciliação entre vida profissional e familiar, para a qual o teletrabalho emerge como uma oportunidade, e da intensificação da promoção do envelhecimento ativo e do reforço dos serviços sociais e de saúde dirigidos aos idosos.

O **Domínio da Mobilidade e Conetividade Sustentável** assume um quadro de abordagem complementar aos três primeiros, procurando: (i) aumentar a conetividade internacional e transregional, facilitando a internacionalização da economia regional; (ii) promover a alteração na partição modal reduzindo a expressão do transporte individual nos movimentos pendulares e a modernização dos transportes públicos na região, favorecendo a concretização das metas de descarbonização; (iii) aumentar a igualdade de oportunidades a partir de uma rede mais densa e eficaz de transportes, permitindo obter maior equidade no acesso ao mercado de trabalho e aos serviços e bens públicos.

Finalmente, o **Domínio do Desenvolvimento Urbano e Mudança Transformadora** assume como estratégico, por um lado, dar continuidade à regeneração e qualificação das áreas urbanas consolidadas e das áreas onde coexistem problemas sociais e urbanísticos complexos e, por outro lado, responder às atuais disfuncionalidades do mercado de habitação e à crescente segregação territorial determinada pela intensificação da valorização imobiliária na área central da metrópole e nas áreas onde as dinâmicas de atratividade turística são mais intensas. Complementarmente, é indispensável em linha com as dinâmicas de inovação e competitividade e modernização administrativa, promover a intervenção social em territórios de fratura socio-territorial onde são indispensáveis abordagens integradas, participadas e de longo-prazo, a qualificação da economia urbana e das formas de gestão da cidade, a partir do conceito e das ferramentas da *smart city*, da promoção da cidadania ativa e da participação dos cidadãos na construção da cidade e da intensificação dos mecanismos de cooperação intermunicipal no planeamento e gestão de espaços urbanos contínuos.

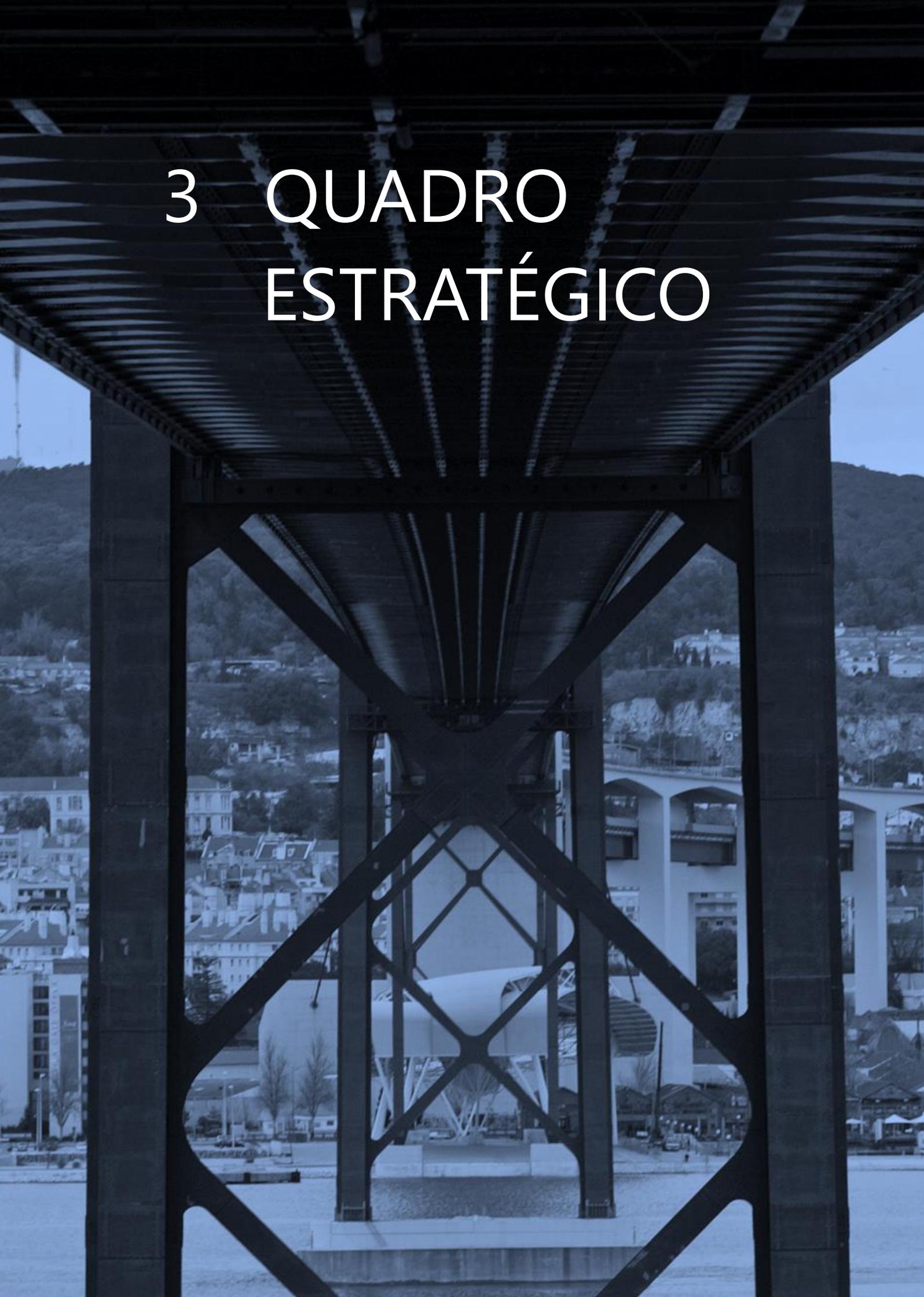
A matriz estratégia adotada considera as experiências de planeamento estratégico anteriores desenvolvidas pela AML e pela CCDR LVT e o quadro de referência estratégico nacional, comunitário e global, para este período. Este ancoramento estratégico regional, focado na promoção da inovação, da competitividade, da internacionalização da economia, na coesão territorial, e tendo por objetivo a melhoria do nível de vida das populações, constitui o suporte à futura aplicação dos FEEI na AML, no próximo período de apoio comunitário, mas também ao processo de desenvolvimento regional na sua globalidade.

Portugal 2030	CCDR-LVT E2030	AML Horizonte 2030	Europa 2030	Agenda 2030 - ODS
As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	Sustentabilidade Demográfica e Juventude Idade +, Inclusão Social e Combate à Pobreza	D4: Capacitação e Social Coesão	Objetivo Político 4	Pessoas - ODS1, ODS2, ODS3, ODS4, ODS5 Prosperidade - ODS8 e ODS10
Inovação e qualificações como motores do desenvolvimento	Qualificação Novas Tecnologias Alto Valor Acrescentado	D1: Inovação e Competitividade D4: Capacitação e Coesão Social	Objetivo Político 1 Objetivo Político 4	Prosperidade - ODS8 e ODS9
Um país competitivo externamente e coeso internamente	Novas Tecnologias Alto Valor Acrescentado Património Urbanidade	D5: Desenvolvimento Urbano, Cultura e Inovação Social D3: Mobilidade e conectividade Sustentável	Objetivo Político 5 Objetivo Político 3	Planeta - ODS11
Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos	Urbanidade Tejo e Sado Economia Circular	D2: Sustentabilidade ambiental e resiliência territorial D3: Mobilidade e conectividade Sustentável	Objetivo Político 2 Objetivo Político 3	Pessoas - ODS6 Prosperidade ODS7 Planeta - ODS11, ODS12, ODS13, ODS14 e ODS15

Figura 10 – Quadro de referência estratégico - agendas temáticas 2030 (ONU, UE, PT, RLVT e AML)

Fonte: AML / CCDR LVT

3 QUADRO ESTRATÉGICO



03 QUADRO ESTRATÉGICO



Domínio 1 - Inovação e Competitividade

No âmbito da Inovação e Competitividade, esta estratégia de desenvolvimento deve contribuir para a diferenciação e afirmação da região no contexto das regiões capitais europeias e valorizar o efeito motor do desenvolvimento económico nacional. Deve ainda aproveitar o quadro de oportunidades que se podem colocar à economia metropolitana em resultado dos efeitos económicos globais e europeus consequentes da pandemia da doença COVID-19.

A concretização desta estratégia deve basear-se nos seguintes subdomínios:

- **Conhecimento e investigação:** No panorama científico e tecnológico nacional, a Região de Lisboa regista uma acentuada concentração de instituições de ensino superior e de investigação e desenvolvimento científico, incluindo laboratórios de Estado comparativamente ao restante território nacional. O potencial de alavancar o trabalho realizado por estas instituições e a notoriedade internacional crescente do país e da região justificam uma estratégia ambiciosa de desenvolvimento desta área, numa ótica de especialização inteligente da região, tirando partido das oportunidades criadas pela mobilidade crescente de investigadores, docentes e alunos na Europa e no mundo, pela atratividade de Lisboa, pelo recente dinamismo do empreendedorismo em Lisboa, pela atração crescente de Investimento Direto Estrangeiro no país, e pela marca de hospitalidade e juventude que a região desenvolveu recentemente.
- **Sistema de I&D&I e ecossistema económico:** A Região tem vindo a aumentar a sua despesa em I&D, sendo as empresas as instituições que mais executam despesa em I&D. O perfil de atividades de I&D da Região é diversificado, sendo a região do país com maior volume de despesas e de recursos humanos afetos a I&D e concentração de Parques de Ciência e Tecnologia e de Laboratórios do Estado. Na base da inovação, encontram-se não só os processos autónomos de investigação e de desenvolvimento tecnológico, mas fundamentalmente a transferência deste conhecimento e tecnologia das instituições de investigação e ensino superior para o setor empresarial, que importa interligar ainda mais.
- **Especialização, diferenciação e internacionalização:** A atividade económica regional assenta num conjunto de setores muito diversificados e na sedeação e concentração dos elementos mais dinâmicos do desenvolvimento económico nacional (sistema de ciência e tecnologia, grupos financeiros, multinacionais, categorias socioprofissionais mais qualificadas e com maior capacidade de consumo). Na Região de Lisboa observa-se uma especialização produtiva nos “serviços empresariais”, “transporte, logística e distribuição” e “energia e ambiente”, seguindo-se as “indústrias alimentares”, as “mecânicas e eletrónicas” e “químicas”, o que lhe confere uma base sólida para o aprofundamento de processos de industrialização em setores chave e para o aprofundamento paralelo de lógicas de cadeia de valor, em atividades integradas ao longo da extensão dessas cadeias. Assim, deve ser atribuída particular relevância à promoção da competitividade e da internacionalização da economia garantindo a eficácia em matéria de crescimento económico, disseminando

efeitos de forma alargada pelo tecido empresarial, através de uma valorização quer dos efeitos de arrastamento para montante (*pull*) e a jusante (*push*) entre projetos de investimento e entre relações empresariais, quer dos efeitos de demonstração das iniciativas e soluções apoiadas, através da articulação com o SCTN.

- **Inovação e modernização administrativa:** A modernização do Estado tem vindo a potenciar a melhoria da prestação dos serviços públicos num leque amplo de sectores, promovendo a eficiência e rapidez na resposta às necessidades dos cidadãos e das empresas, reforçando a confiança no Estado e reduzindo os custos de cotexto de atuação do sector privado. O processo de inovação e modernização administrativa deve assentar não só no aproveitamento e generalização das inovações tecnológicas, que são facilitadoras de processos e procedimentos, mas também na valorização e qualificação dos recursos humanos e dos modelos de gestão.

Subdomínio - Conhecimento e Investigação

Prioridade 1: Aumentar a produção científica reconhecida internacionalmente nas áreas definidas nas estratégias de especialização inteligente nacional (ENEI) e regional (EREIL)

Linhas de Intervenção:

1. Valorizar as infraestruturas I&D&I, promovendo a sua qualificação e escala a nível internacional, privilegiando consórcios empresariais, com parceiros académicos e iniciativas de investigação cross-sectorial e colaborativa, em domínios identificados de especialização regional ou de grande potencial de crescimento.
2. Reabilitar, refuncionalizar e adaptar infraestruturas de investigação científica e tecnológica, inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Interesse Estratégico, orientadas para interagir nas redes internacionais e suprarregionais, acelerando o efeito catalisador da região sobre o resto do país.
3. Fomentar a apresentação de propostas a projetos de I&D&I nacionais e europeus envolvendo empresas e entidades não empresariais do sistema de I&I da Região.

Prioridade 2: Aumentar a interação e a transferência de conhecimento fomentando a inserção em redes internacionais e nacionais de clusterização e de excelência científica e tecnológica

Linhas de Intervenção:

1. Facilitar e apoiar a cooperação entre os centros de investigação da Região e entre estes e redes e consórcios internacionais, de forma a potenciar o trabalho entre as diferentes instituições da Região.
2. Promover a participação da Região em Programas Europeus, designadamente no âmbito de parcerias que requerem financiamento público nacional para o estabelecimento de redes de parceria Europeias.
3. Promover atividades de inovação tecnológica, com colaboração entre IES (*International Education Services*), CIT (Centros de Interface), e entidades afins e empresas.

Prioridade 3: Aumentar a atratividade nacional e internacional do ensino superior

Linhas de Intervenção:

1. Reabilitar, refuncionalizar, modernizar e criar instalações ou equipamentos vocacionados para melhorar as condições de aprendizagem e atratividade nacional e internacional das instituições de ensino superior na captação de alunos para a Região.
2. Apoiar a participação das instituições da Região nas *knowledge and Innovation Communities* (KIC) promovidas pela União Europeia em áreas de especialização nacional ou regional.
3. Promover mecanismos ao longo da vida para os profissionais para a aquisição de novas competências e atualização, em especial, nas áreas digitais, novas tecnologias e novas tendências.

Subdomínio - Sistema de I&D&I e Ecosistema Económico

Prioridade 1: Aumentar os níveis de transferência de conhecimento científico e tecnológico para as empresas

Linhas de Intervenção:

1. Reforçar a capacidade de transferência de conhecimento do SCTN, valorizando projetos científicos que têm critério de valor económico associado (projetos investigação-ação), reforçando-os através da capacidade das empresas em acomodarem os investigadores.
2. Reforçar a rede de *startups* e incubadoras de empresas associadas às entidades de investigação e de ensino.
3. Apoiar a criação de empresas com ligação à investigação, com base em projetos de investigação-ação.
4. Fomentar atividades de disseminação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias gerados nos projetos de investigação.
5. Criar condições de atração e fixação de investimento, estimulando a interação entre o sistema de I&DT e as empresas.
6. Criar mecanismos específicos para estimular a transferência de conhecimento do SCTN para a sociedade e/ou indústria através de instrumentos de suporte às unidades de transferência de tecnologia nas Universidades.
7. Promover a partilha de conhecimento (*open innovation*), facilitando a pesquisa e construção de soluções inovadoras, interligando empresas, empreendedores e investigadores em plataforma de dados aberta, segura e fiável.
8. Promover a inteligência artificial na investigação e nos processos de modernização das empresas, centrados no *machine learning*, para maior competitividade e eficiência.

Prioridade 2: Ampliar os níveis de competências de I&D&I através da contratação de recursos altamente qualificados

Linhas de Intervenção:

1. Promoção do empreendedorismo em setores inovadores e com potencial de crescimento, favorecendo a contratação de doutorados e mestrados de áreas de I&D, bem como a sua integração nos quadros das empresas.
2. Promover a criação de empresas por doutorados e pessoal altamente qualificado, integradas em redes colaborativas, com capacidade de obtenção de financiamento baseado na inovação do produto, do processo de produção, do *marketing* e do modelo de negócio.
3. Dinamizar núcleos de investigação e inovação nas empresas visando o reforço das competências internas das empresas em matéria de produção de conhecimento.

Subdomínio – Especialização, Diferenciação e Internacionalização

Prioridade 1: Ampliar os níveis de especialização e diferenciação da base económica

Linhas de Intervenção:

1. Criar mecanismos alinhados com as prioridades da União Europeia no que concerne ao DiH (*Digital Innovations Hubs*), criar sinergias e mecanismos para alavancar tais iniciativas a nível regional.
2. Otimizar os efeitos de *spill-over* de Lisboa à escala nacional contribuindo para que, em paralelo com a redução das disparidades regionais nacionais, se verifique um processo de convergência nacional à escala europeia.

Prioridade 2: Aumentar a capacidade de atração de investimento direto estrangeiro (IDE)

Linhas de Intervenção:

1. Consolidar espaços de diálogo entre grandes empresas internacionais e capacidade regional existente (clubes de parcerias) ao nível dos recursos humanos, ciência, tecnologia e transferência de tecnologia, para constituição de áreas estratégicas para o IDE na Região.
2. Criação de condições para o estabelecimento de empresas de grande dimensão e de centros de I&D&I de dimensão internacional, aumentando a capacidade e velocidade de resposta à sua instalação.
3. Apoio às entidades CVTT (Centros de Valorização e Transferência de Tecnologia) apoiadas no atual quadro para a captação de empresas âncora na Região, através de mecanismos específicos.
4. Reforçar as estruturas e mecanismos institucionais de captação de investimento existentes na região, articulando-os com os meios empresarial e científico numa lógica de intervenção multinível e multiator.

Prioridade 3: Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores e geradores de valor

Linhas de Intervenção:

1. Reforçar a base de inovação do tecido empresarial, centrado nas PME, enquanto fator de competitividade e internacionalização, acelerando a conexão com circuitos globais de modernização produtiva.
2. Promover a capacitação empresarial das PME em todas as áreas da gestão, incluindo áreas que vão ao encontro de tendências atuais de mercado, como a inovação, sustentabilidade, criação de valor, digitalização ou circularidade.
3. Promover programas de digitalização das PME, tornando-as mais conectados, com integração das redes e dos equipamentos entre territórios e entre sectores.

Prioridade 4: Aumentar os níveis de investimento empresarial em atividades inovadoras, fomentando o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a progressão nas cadeias de valor

Linhas de Intervenção:

1. Modernização das empresas, com processos de transição digital assentes na integração de tecnologias emergentes, orientando para a interação regional, intra e entre regiões, e para a conectividade internacional de base inovadora.
2. Promover a competitividade e a internacionalização das empresas através da integração da inovação orientada para aumentar as exportações e em novos modelos de cooperação e negócio.
3. Promover o empreendedorismo em atividades inovadoras e orientadas para a exportação, bem como para o desenvolvimento de novos negócios.
4. Atração de empresas de novas tecnologias para desenvolvimento de conteúdos e aplicações criativas, nos serviços e nos novos negócios, e orientados para as alterações societárias, com elevado potencial exportador.
5. Integração de processos de inteligência artificial nas empresas.

Prioridade 5: Reforçar e alargar a participação e integração das empresas em redes internacionais que valorizem a investigação e desenvolvimento como fator de competitividade

Linhas de Intervenção:

1. Utilizar a ciência, a cultura, o património e a criatividade como catalisadores da internacionalização da economia regional e nacional.
2. Promover a competitividade internacional através de centros empresariais conectados com redes de tecnologia, de conhecimento e produção avançada (com base em processo de alta tecnologia).
3. Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação que visem o incremento da inovação e da internacionalização de empresas.

4. Criar e capacitar para participar em redes e *clusters* temáticos (multisectores) de empresas de bens transacionáveis, orientados para a exportação, e para a participação em redes globais.
5. Promover a qualificação em atividades com potencial de internacionalização, através da formação de técnicos nacionais e provenientes do estrangeiro para participar ativamente na interação global das redes e empresas de alta tecnologia.

Subdomínio - Inovação e Modernização Administrativa

Prioridade 1: Aumentar a facilidade de interação dos serviços públicos com os cidadãos e com as empresas, reforçando a competitividade e a confiança entre os cidadãos, as empresas e o Estado.

Linhas de Intervenção:

1. Promover o aumento da comunicação e interação digital entre a administração pública e os cidadãos/empresas.
2. Promover a digitalização dos serviços públicos, tornando-os mais eficientes e conectados, estendendo a conectividade e integração das redes e dos equipamentos a todo o território metropolitano e a todos os setores.
3. Desenvolver plataformas de investimento de suporte à emergência de novas tecnologias, promovendo a conectividade digital internacional e favorecendo prioritariamente sectores emergentes e de especialização (como o setor da saúde: E-health / saúde digital).

Prioridade 2: Aumentar os níveis de inovação na gestão pública assegurando uma prestação de serviços mais eficiente, eficaz, simples e rápida.

Linhas de Intervenção:

1. Promover a capacitação e valorização dos recursos humanos do sector público, preparando-os com as competências críticas para os novos desafios de prestação de serviços públicos.
2. Promover a melhoria dos ambientes de trabalho e o desenvolvimento de novos modelos de gestão.
3. Estimular a utilização da ciência dos dados e a inteligência artificial na administração pública, a partir de parcerias entre a administração pública, instituições científicas e empresas do setor.
4. Promover a Interoperabilidade entre as diferentes entidades da administração pública, nomeadamente no domínio dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e da cibersegurança.
5. Promover o alargamento da divulgação e utilização de dados abertos.

Domínio 2 - Sustentabilidade Ambiental e Alimentar e Mitigação de Riscos Naturais

No âmbito da Sustentabilidade Ambiental e Alimentar e Mitigação dos Riscos Naturais, a Região de Lisboa enfrenta atualmente desafios e necessidades de superação e de valorização de ativos territoriais a que se conjuga a necessidade de preparar a Região para os riscos sistémicos globais e para as suas consequências:

- **Descarbonização e transição energética:** O consumo de eletricidade na Região de Lisboa representava, em 2018, cerca de 29% do total nacional. A prossecução dos objetivos e das metas definidas no PNAEE 2017-2020, no PNAC 2020/2030, no PNEC 2030 e no RNC 2050 e implica que a Região – território com a maior densidade populacional, habitacional e empresarial do país –, seja um dos principais contribuintes para, entre outras metas: (i) reduzir o consumo da energia primária em 25%; (ii) assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões de GEE em 18% a 23% em 2020 e de 30% a 40% em 2030, em relação a 2005; (iii) reduzir as emissões de CO_{2eq} do setor não-CELE em 17% até 2030; (iv) alcançar a neutralidade carbónica da economia portuguesa em 2050.
- **Adaptação climática e mitigação de riscos.** As projeções climáticas elaboradas igualmente no âmbito do PMAAC-AML permitiram compreender que mesmo num contexto desejável de profunda descarbonização, a inércia do sistema climático global originará a manutenção de todas as tendências recentes até ao final deste século. A Região de Lisboa está igualmente exposta a diversos perigos, incluindo naturais (sismos, erosão do litoral, cheias e inundações, ...) e ambientais (incêndios florestais, contaminação de cursos de água e de aquíferos, ...), potenciados pelos efeitos gerados pelas alterações climáticas. É imperativo encetar um caminho adaptativo que permita reduzir a vulnerabilidade territorial e setorial a partir da contenção e da redução da exposição das pessoas, infraestruturas e atividades aos riscos climáticos e naturais e do desenvolvimento de sistemas de gestão e alerta que permitam ganhos de eficácia e rapidez nas respostas de emergência a situações de catástrofe.
- **Economia Circular:** A Região de Lisboa tem procurado antecipar a transição para a economia circular, compreendendo a oportunidade de expansão das atividades económicas sustentáveis geradoras de emprego. A promoção de novas formas de suporte à mobilidade, a aposta na monitorização da perda de água no abastecimento, o crescimento da recolha seletiva de resíduos urbanos e a valorização energética de resíduos são dimensões-chave neste domínio, que devem continuar a ser prosseguidos e consolidados nos próximos anos. O desafio de uma economia mais circular, em que a redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia se assumem como princípios-chave a prosseguir deve ser um dos caminhos a priorizar em termos do modelo económico regional, exigindo para tal a mobilização completa do sector industrial (em particular os têxteis, eletrónica e plásticos) e do sector da construção.
- **Biodiversidade:** A Região de Lisboa apresenta valores e recursos naturais diferenciadores no plano nacional, com áreas protegidas com o estatuto de Reserva Natural e territórios que integram estruturas ecológicas e espaços rurais com valores paisagísticos importantes. Na continuidade das intervenções desenvolvidas nos últimos anos, a valorização das estruturas ecológicas e os serviços dos ecossistemas devem ser prioridades a prosseguir. Manter a integridade do ecossistema e sustentar a biodiversidade à escala regional, com base nos valores da comunidade local, permitirão potenciar a sua função de fruição, de lazer e recreativa e, assim, também assegurar a sua sustentabilidade.
- **Sistema Alimentar e Desenvolvimento Rural:** A Região caracteriza-se pela extensão de áreas com ocupação agrícola e florestal, o que lhe confere características distintivas, no contexto das demais regiões capitais da UE. Em 2009, os espaços agroflorestais abrangiam cerca de 170 mil hectares, correspondendo a aproximadamente 57% da área total da AML. Esta situação territorial e económica abre oportunidades extremamente relevantes, tanto para uma atividade agrícola exportadora, como para o desenvolvimento de um sistema alimentar urbano que importa potenciar.

- **Mar, Estuários e Zonas Costeiras:** A Região de Lisboa concentra cerca de 57% do VAB associado à “economia do mar”. O desenvolvimento costeiro e estuarino e a qualificação das atividades ligadas ao mar constituem pilares importantes do aumento da competitividade regional e o desenvolvimento do *cluster* marítimo pode incrementar e maximizar o uso sustentável das zonas costeiras, através de um crescimento económico sustentável, gerador de emprego, inovador e eco eficiente.

Subdomínio - Descarbonização e Transição Energética

Prioridade 1: Aumentar a produção e a utilização de energias renováveis, contribuindo para a descarbonização da economia.

Linhas de Intervenção:

1. Promover a produção de eletricidade em regime especial (utilização de recursos endógenos renováveis ou de tecnologias de elevada eficiência energética), através de pequenas unidades e para autoconsumo.
2. Apostar na criação de estruturas de testes de energias renováveis (eólica, solar, marinha, biomassa).
3. Promover a produção de energia renovável, designadamente de projetos-piloto sobre novas tecnologias *offshore* - energia do vento e das ondas do mar.
4. Intensificar a produção descentralizada de energia a partir de fontes renováveis, nomeadamente a partir de equipamentos públicos.
5. Promover a utilização de energias renováveis, designadamente nos sectores empresarial e habitacional.
6. Implementar os planos e/ou roteiros municipais de neutralidade carbónica, alinhados com a estratégia de longo prazo para a neutralidade carbónica da economia portuguesa em 2050 (Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 - RNC2050).

Prioridade 2: Aumentar a eficiência energética nos sectores dos transportes, indústria, residencial e administração pública.

Linhas de Intervenção:

1. Promover a eficiência energética nos transportes, através da renovação das frotas, utilizando combustíveis limpos e mais eficientes.
2. Promover a eficiência energética na administração pública, através da renovação das infraestruturas públicas, dando especial atenção a hospitais e escolas e à iluminação pública.
3. Intensificar a eficiência energética no sector industrial.
4. Intensificar a eficiência energética no sector habitacional, com incidência idêntica tanto no parque habitacional público como no privado.
5. Promover sistemas de distribuição de energia inteligentes de média e baixa tensão (incluindo as redes inteligentes e sistemas de TIC) e respetivo armazenamento.
6. Promover a implantação de tecnologias e infraestruturas inovadoras (redes inteligentes, redes de hidrogénio e sistemas de captura, armazenamento e utilização de dióxido de carbono e armazenamento de energia), permitindo a integração sectorial.

Subdomínio - Adaptação Climática e Mitigação de Riscos

Prioridade 1: Reduzir a exposição aos riscos climáticos, minimizando os impactes sobre pessoas e bens.

Linhas de Intervenção:

1. Realizar diagnósticos, modelações e avaliações que permitam conhecer a exposição de pessoas, atividades, edifícios e infraestruturas aos riscos climáticos.
2. Adotar medidas de mitigação da exposição aos riscos climáticos prioritários da AML (eventos extremos de calor, cheias e inundações e subida do nível médio do mar), conferindo prioridade aos serviços de regulação prestados pelos ecossistemas e a soluções de base natural.
3. Desenvolver exercícios de planeamento de proteção, acomodação e retirada de edifícios e infraestruturas localizadas em locais com elevada probabilidade de exposição à subida do nível médio do mar.
4. Aumentar a resiliência dos espaços florestais e rurais aos incêndios através da implementação de sistemas de proteção da floresta incluindo implementação de videovigilância, ampliação e beneficiação da rede de aceiros / caminhos corta-fogo e rede de açudes.

Prioridade 2: Mitigar os efeitos dos riscos naturais, designadamente da erosão do litoral, cheias e inundações e sismos.

Linhas de Intervenção:

1. Promover a prevenção e gestão de riscos naturais, através do desenvolvimento de ações de sensibilização e de formação da população e da proteção civil e da implementação de sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes naturais.
2. Prevenir os efeitos das cheias e das inundações, identificando os forçadores responsáveis pelos riscos hidro geomorfológicos, regularizando caudais e restabelecendo ecossistemas.
3. Promover a segurança estrutural em edifícios estratégicos (hospitais, centros saúde, escolas,...), com programas e ações de reforço estrutural e de resposta adequada aos impactes de fenómenos sísmicos.

Prioridade 3: Aumentar a capacidade adaptativa e a resiliência às alterações climáticas, garantindo a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento.

Linhas de Intervenção:

1. Aumentar a resiliência dos sistemas de abastecimento público de água, através da melhoria do desempenho dos sistemas de abastecimento público de água, em particular no que respeita à redução das perdas de água;
2. Aumentar a resiliência dos sistemas de saneamento de águas residuais, através da eliminação das ligações indevidas, da adaptação das ETAR aos fenómenos climáticos extremos.
3. Aumentar a resiliência dos sistemas de drenagem de águas pluviais, através da eliminação de infiltrações indevidas, do amortecimento de caudais em períodos de precipitação intensa e do reaproveitamento de águas pluviais.
4. Aumentar a resiliência dos espaços urbanos, equipamentos e infraestruturas, espaços naturais e agroflorestais e dos sistemas económicos às alterações climáticas.
5. Promover o conhecimento sobre as alterações climáticas, os seus impactes e vulnerabilidades, para reduzir os níveis de exposição aos riscos futuros.
6. Monitorizar a evolução dos impactes e da vulnerabilidade climática ao nível sectorial e territorial.
7. Ampliar a cooperação territorial e institucional para a adaptação climática, a transferência de conhecimento e a capacitação técnica e científica dos atores públicos, privados e associativos.
8. Aumentar a sensibilidade individual e coletiva para as implicações das alterações climáticas e adoção do princípio de precaução aos riscos climáticos.

Prioridade 4: Aumentar a capacidade de resposta a situações de catástrofe.

Linhas de Intervenção:

1. Desenvolver sistemas integrados de alerta precoce, designadamente para os fenómenos sísmicos (incluindo *tsunami*).
2. Avaliar as necessidades e promover a aquisição e a modernização do equipamento e dos veículos de resposta de emergência.
3. Realizar simulacros associados aos fenómenos sísmicos para melhorar o grau de preparação das entidades da proteção civil e da população.
4. Reforçar e modernizar a rede de Centros Municipais de Proteção Civil .

Subdomínio - Economia Circular

Prioridade 1: Melhorar a eficiência dos recursos, da extração ao consumo, dissociando o crescimento económico da degradação ambiental

Linhas de Intervenção:

1. Melhorar os mecanismos de monitorização e de eficiência das redes de abastecimento de água para consumo humano (distribuição).
2. Promover a reutilização segura das águas residuais, através de processos de aprendizagem colaborativa intermunicipais.
3. Incentivar a eficiência hídrica nos processos produtivos, promovendo a utilização de tecnologias limpas, a reutilização de águas residuais e o aproveitamento das águas pluviais no sector industrial.
4. Assegurar o fornecimento de matérias-primas sustentáveis, em especial das necessárias para tecnologias limpas, para aplicações digitais, espaciais e de defesa, diversificando o fornecimento entre fontes primárias e secundárias.
5. Desenvolver medidas destinadas à promoção de produtos e cadeias de valor que não envolvam a desflorestação nem a degradação de florestas.
6. Promover medidas de maior transparência sobre o impacto ambiental dos serviços (incluindo comunicações eletrónicas).
7. Modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos.

Prioridade 2: Aumentar os níveis de reutilização, recuperação e manutenção de produtos

Linhas de Intervenção:

1. Estimular o desenvolvimento de mercados-piloto para produtos circulares e com impacto neutro no clima.
2. Promover medidas de incentivo às empresas para a oferta, e os consumidores para a escolha, de produtos reutilizáveis, duradouros e reparáveis.
3. Medidas de apoio a sistemas de retoma que incentivem à devolução de dispositivos eletrónicos, como telemóveis, tablets e carregadores.
4. Promover disponibilidade de informações fiáveis, comparáveis e verificáveis sobre a origem e performance esperada dos produtos, assim como instruções ou recomendações de manutenção e reparação.

Prioridade 3: Aumentar os níveis de reutilização, recuperação e reciclagem de resíduos.

Linhas de Intervenção:

1. Reforçar as medidas de valorização material e orgânica de resíduos domésticos, reduzindo a sua produção e aumentando a recolha seletiva e a reciclagem.
2. Promover o tratamento o, bem como a valorização energética de resíduos urbanos, apoiando a produção de energia elétrica através do vapor gerado pela combustão.
3. Promover uma transição para uma nova economia dos plásticos, mais circular e eficiente no uso de recursos, apostando na análise do ciclo de vida dos produtos, na inovação e no design desde a conceção, à produção, à utilização e à reciclagem.
4. Promover medidas de valorização dos resíduos de construção e demolição e construção, assim como, a montante, medidas de apoio a sistemas construtivos mais circulares, garantindo que todas as fases de conceção de edifícios novos e renovados se encontram em consonância com as necessidades da economia circular.
5. Promover a remodelação e modernização das redes de recolha de resíduos, incluindo parques de contentorização/ilhas ecológicas e equipamentos de monitorização e aferição, aplicações informáticas de gestão e recolha porta a porta.

Prioridade 4: Minimizar as perdas de energia e aumentar a reutilização de recursos energéticos.

Linhas de Intervenção:

1. Apoiar o desenvolvimento de projetos-piloto de circularidade económica associada à dimensão energética.
2. Desenvolver bio refinarias avançadas que utilizem recursos endógenos de forma sustentável e gerem novas cadeias de valor em torno da biomassa (bio economia e economia circular).
3. Incentivar a produção limpa de hidrogénio, as pilhas de combustível e outros combustíveis alternativos, assim como o armazenamento de energia e a captura, armazenamento e utilização de carbono.
4. Incentivar a melhoria da eficiência energética e o desempenho em termos de economia circular do setor tecnológico, contemplando os recursos utilizados nas redes de banda larga, centros de dados, equipamentos das tecnologias da informação e comunicação, entre outros.

Prioridade 5: Reduzir o desperdício alimentar e ampliar as abordagens integradas das cadeias de valor.

Linhas de Intervenção:

1. Promover a prevenção e a valorização do desperdício e dos resíduos alimentares em todas as fases da cadeia, da produção ao consumo, priorizando uma visão estratégica e a definição de uma estratégia alimentar de âmbito regional.
2. Promover a economia circular nos roteiros de produção e consumo agroalimentares, como base de um modelo colaborativo (formação, investigação e inovação, serviços), segundo abordagens integradas das cadeias de valor (maior foco na cadeia de valor) e aproximando a produção ao consumidor (eliminação de intermediários com maior envolvimento nos mercados locais).
3. Promover a mudança comportamental alargada, desde o produtor ao consumidor, orientada para a aceleração da transição para uma economia circular, com programas e projetos que promovam resultados mensuráveis.

Subdomínio - Biodiversidade

Prioridade 1: Preservar e valorizar uma rede coerente de áreas com interesse para a conservação da natureza e da biodiversidade.

Linhas de Intervenção:

1. Promover medidas de conservação ativa dos valores naturais nas áreas protegidas, desenvolvendo ações tendentes à salvaguarda dos valores florísticos, faunísticos e paisagísticos, garantindo a melhoria e a recuperação de ecossistemas danificados, incluindo ecossistemas ricos em carbono.
2. Desenvolver ações que visem a erradicação de espécies infestantes e invasoras e a reflorestação com vegetação autóctone.
3. Promover a conservação e valorização do património geológico, nomeadamente dos geo sítios respeitantes à paleontologia, à geomorfologia, à geodinâmica e à estratigrafia.
4. Desenvolver ações de ordenamento e estruturação da visita das áreas protegidas, promovendo o turismo de natureza em respeito pela sensibilidade ecológica.
5. Promover o aumento da cobertura das áreas terrestres e marinhas protegidas ricas em biodiversidade, com base na rede Natura 2000.

Prioridade 2: Garantir a conectividade ecológica e valorizar a articulação entre espaços urbanos e naturais.

Linhas de Intervenção:

1. Garantir o funcionamento dos sistemas naturais (estruturas ecológicas metropolitanas e municipais), concretizando, em particular, os corredores verdes e azuis intermunicipais.
2. Refuncionalizar espaços sem uso que integrem as estruturas ecológicas metropolitanas, criando corredores e infraestruturas verdes que diversifiquem e ampliem a base económica (agricultura, turismo e lazer, etc).
3. Valorizar de forma sustentável os recursos endógenos, apostando na diversidade e apreciação económica dos serviços dos ecossistemas.
4. Valorizar a integração dos espaços naturais no desenvolvimento urbano, em particular nas margens dos rios Tejo e Sado, como elementos agregadores da paisagem, do sistema urbano e promotores de qualidade de vida.
5. Incentivar medidas que promovam a ecologização dos espaços urbanos e periurbanos.

Prioridade 3: Garantir um ambiente livre de substâncias tóxicas

1. Promover medidas de prevenção da poluição na origem, bem como medidas de limpeza e de correção.
2. Melhorar a capacidade de monitorizar, comunicar, prevenir e corrigir a poluição do ar, da água, do solo e dos produtos de consumo.
3. Combater a poluição causada pelo escoamento urbano e por fontes de poluição novas ou particularmente prejudiciais, tais como os micro plásticos e os produtos químicos, incluindo os produtos farmacêuticos.
4. Incentiva a inovação com vista ao desenvolvimento de alternativas seguras e sustentáveis (não poluentes).

Prioridade 4: Promover a restauração da natureza e a recuperação de ecossistemas em terra, nos estuários e no mar

1. Promover medidas que visem a restauração de espaços naturais e a preservação e valorização da paisagem.
2. Promover ações de recuperação de ecossistemas degradados com maior potencial para a captura e armazenamento de carbono, prevenção de desastre naturais e o seu impacto.
3. Apoiar e incentivar práticas agrícolas sustentáveis e que aumentem a diversidade dos ecossistemas agrícolas.
4. Promover o aumento, a qualidade e a resiliência das áreas florestais.

5. Promover medidas de restabelecimento do bom estado ambiental dos ecossistemas marinhos e estuarinos e dos ecossistemas de água doce.
6. Promover medidas de conservação das espécies polinizadoras e dos habitats ameaçados.

Subdomínio - Sistema Alimentar e Desenvolvimento Rural

Prioridade 1: Robustecer o sistema alimentar urbano aumentando a resiliência alimentar metropolitana

1. Dinamizar o desenvolvimento de cadeias curtas de produção e consumo de bens agrícolas através da sensibilização de produtores e da criação de estruturas de armazenamento, transporte e venda.
2. Sensibilizar e educar os consumidores para a qualidade dos produtos locais e para as vantagens económicas e ambientais do consumo de produtos de proximidade, promovendo alimentos saudáveis a preços acessíveis para todos.
3. Valorizar a produção local, especialmente dos produtos abrangidos por regimes de qualidade – DOP, IGT, ETG, produção biológica e integrada, e outras práticas de produção sustentável (como a agricultura de precisão, a agroecologia e a agro silvicultura), promovendo formas inovadoras de proteção de colheitas de pragas e doenças, assegurando a segurança alimentar.
4. Modernizar os mercados locais, dotando-os de condições de funcionamento, comercialização e acolhimento, atrativas para produtores e consumidores, disponibilizando, inclusive por meios digitais, informações mais completas aos consumidores sobre a origem, o valor nutricional e a pegada ambiental dos alimentos.

Prioridade 2: Promover a preservação do solo e a vitalidade social e económica dos espaços rurais

Linhas de Intervenção:

1. Capacitar os agricultores e modernizar as empresas do setor agrícola regional e as empresas de transformação e comercialização de produtos agrícolas e florestais.
2. Incentivar o desenvolvimento nas explorações agrícolas de atividades não agrícolas, criando novas fontes de rendimento, de criação de emprego e fixação da população.
3. Preservar e qualificar os aglomerados rurais, nomeadamente através da valorização dos elementos culturais, patrimoniais, paisagísticos e construídos distintivos e da criação de condições favoráveis para sua visitação e instalação de unidades de alojamento.
4. Apoiar o empreendedorismo e o surgimento de pequenos negócios e o aproveitamento de oportunidades de criação de valor ancoradas nos recursos e ativos endógenos.
5. Apoiar sistemas de recompensa aos agricultores que melhorem o desempenho ambiental e climático, incluindo em matéria de bem-estar animal, gestão e armazenamento de carbono no solo, e a gestão dos nutrientes.
6. Incentivar medidas de redução da poluição resultante do excesso de nutrientes.

Subdomínio – Mar, Estuários e Zonas Costeiras

Prioridade 1: Aumentar a expressão económica das atividades ligadas ao mar.

Linhas de Intervenção:

1. Dinamizar o desenvolvimento de cadeias curtas de produção e o consumo de produtos do mar, através da sensibilização de produtores e da criação de estruturas de armazenamento, transporte e venda.
2. Dinamizar o desenvolvimento de novos produtos e formas de produção ou de organização de operadores que desenvolvam a sua atividade no espaço marítimo ou nos estuários do Tejo e Sado.
3. Dinamizar a criação de novas formas de distribuição e comercialização de produtos marinhos, incluindo a inovação e o acesso a tecnologias de informação.
4. Apoiar o empreendedorismo, o surgimento de pequenos negócios e o aproveitamento de oportunidades de criação de valor ancoradas nos recursos e ativos marinhos.
5. Promover a operacionalidade e funcionalidade das infraestruturas portuárias associadas à pesca.
6. Fomentar as oportunidades de investimento que visem melhorar a qualidade dos produtos e a promoção da utilização de recursos endógenos relacionados com o meio aquático.
7. Dinamizar a investigação, promovendo o aproveitamento económico do espaço marítimo, a sua reabilitação e a mitigação dos impactes da ação ambiental humana.
8. Promover a valorização cultural e a identidade das comunidades costeiras e estuarinas, como ativo territorial.
9. Valorizar as oportunidades desportivas dos espaços estuarinos e da orla costeira, incentivando a prática desportiva associada ao mar e as atividades de educação e sensibilização ambiental.

Prioridade 2: Conservar e usar de forma sustentável o mar e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Linhas de Intervenção:

1. Fomentar medidas para a redução do índice de eutrofização das águas costeiras e o índice de densidade de resíduos plásticos flutuantes.
2. Apoiar medidas de redução da acidificação do oceano.
3. Dinamizar a investigação atribuída à área da tecnologia marinha.

Domínio 3 - Coesão Social e Sustentabilidade Demográfica

No âmbito da Coesão Social e Sustentabilidade Demográfica, a AML enfrenta atualmente desafios e necessidades de valorização e fortalecimento do seu capital social e humano, mas também de intensificação dos mecanismos de resposta aos impactes negativos resultantes da pandemia da doença COVID-19, nomeadamente de agravamento das desigualdades sociais, e de garantia de uma transição justa acelerada pelo novo quadro de oportunidades da recuperação económica no âmbito da UE, prevendo-se intervenções nos seguintes subdomínios:

- **Educação e formação:** As recentes dinâmicas geradas na região pelos Planos de Promoção do Sucesso Escolar salientam a necessidade de reforço e aprofundamento de mecanismos que permitam à comunidade escolar a execução de ações mais robustas. Por outro lado, a dinâmica demográfica regional e especialmente a obsolescência do parque escolar exige o reforço da modernização e requalificação dos equipamentos educativos. Por outro lado, a existência de desempregados com idade igual ou superior a 45 anos, de desempregados de longa duração e de bolsas de população ativa com formação superior não inserida no mercado de trabalho, reforça a importância da reconversão profissional e da constante atualização de competências, aspetos fundamentais para uma estratégia de combate aos fatores estruturantes do desemprego.
- **Mercado de trabalho:** A crescente integração entre o funcionamento do mercado de trabalho e a conjuntura económica fez com que algumas das fragilidades metropolitanas neste domínio se tenham evidenciado na recente crise económica. Neste sentido, importa contribuir para que a taxa de emprego da AML (53,4% em 2017) retome uma aproximação sustentada aos valores médios comunitários (72,2% em 2017), e o mercado de trabalho se diferencie positivamente, atraindo população jovem e quadros qualificados e inovadores.
- **Inovação e inclusão social:** Os indicadores de exclusão social e pobreza na AML refletem, em várias dimensões, a coexistência de diferentes realidades, com prevalência de situações de exclusão de vários grupos vulneráveis. Apesar da implementação de políticas específicas promotoras de desenvolvimento social e de mitigação da exclusão, continua-se a verificar a prevalência destas problemáticas, com forte expressão territorial e imbricação com as questões do insucesso e abandono escolar, do desemprego e da falta de qualificações. A resposta a estes desafios deverá alicerçar-se na valorização da Rede Social e terceiro sector, na implementação de em abordagens integradas, preferencialmente de base territorial, e na promoção da inovação social.
- **Atração e inclusão de população imigrante:** O dinamismo económico e social que contribuiu para a atração de fluxos migratórios para a AML veio também gerar novos desafios em matéria de integração e inclusão. A crise económica e financeira teve impactes sociais que afetaram principalmente os grupos vulneráveis, pelo que devem ser capacitados através de um reforço de competências que conduza à sua plena (re)integração, gerando para a AML uma nova tendência de atração populacional qualificada, aspeto relevante no atual contexto de perda demográfica.
- **Apoio à infância e conciliação trabalho - família:** As dinâmicas recentes da AML e as projeções demográficas apontam para uma desaceleração demográfica e um profundo envelhecimento da estrutura demográfica. A resposta a este problema deverá assentar, entre outras políticas, na intensificação da provisão de serviços dirigidos à infância e na promoção da conciliação entre a vida profissional e pessoal, aproveitando as oportunidades recentes de intensificação da utilização das situações de teletrabalho.
- **Serviços de saúde e transição demográfica:** A transição demográfica que a região está a enfrentar em resultado do significativo aumento da esperança média de vida e do envelhecimento da estrutura demográfica coloca desafios de resposta dos serviços de saúde e dos serviços sociais, aos quais as políticas públicas deverão saber responder. Por um lado, ao nível da redefinição, ampliação e modernização da oferta de respostas e, por outro lado, no âmbito da promoção do envelhecimento ativo, das relações intergeracionais e do combate ao isolamento dos idosos.

Subdomínio - Educação e Formação

Prioridade 1: Aumentar os níveis de preparação do capital humano para os desafios de modernização produtiva metropolitana, garantindo a igualdade de género.

Linhas de Intervenção:

1. Aprofundar um sistema de antecipação de necessidades de formação em articulação com os atores territoriais pertinentes.
2. Reforçar a capacidade de resposta formativa *on demand*, ajustando as competências produzidas no sistema de ensino e formação às necessidades das empresas.
3. Promover a formação contínua de ativos, assegurando a permanente qualificação, capacitação e adaptação da população ativa às novas necessidades das empresas e do mercado.
4. Promover a formação e a investigação em contexto empresarial, estimulando a formação de quadros médios especializados.

Prioridade 2: Ampliar as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, promovendo a resiliência social às crises económicas e às transformações produtivas.

Linhas de Intervenção:

1. Promover a qualificação da população ativa, intensificando a formação contínua orientada para novas profissões, priorizando a aquisição de competências digitais.
2. Promover oportunidades flexíveis de requalificação e melhoria de competências, designadamente facilitando as transições de carreira e a mobilidade profissional.
3. Melhorar e aumentar a formação e a qualificação profissional, designadamente dos ativos menos qualificados e dos desempregados de longa duração, incidindo na reconversão e na formação em profissões de setores inovadores e emergentes.
4. Promover oportunidades de formação para ativos com idade avançada, criando condições de permanência no mercado de trabalho e reconfiguração de carreiras profissionais.
5. Promover a formação para a administração pública, visando o incremento da qualidade e a modernização dos serviços públicos associados à formação e ao emprego.

Prioridade 3: Aumentar os níveis de articulação entre as entidades coordenadoras do mercado de trabalho, as empresas e os atores territoriais.

Linhas de Intervenção:

1. Desenvolver projetos em rede com a participação dos atores do mercado de trabalho, as autarquias e as entidades do sistema educativo e formativo que aprofundem a ligação entre os setores da educação e formação e as empresas.
2. Desenvolver programas de formação no âmbito das redes para a empregabilidade, melhor ajustados às necessidades locais.
3. Aprofundar a lógica de territorialização da intervenção da rede de formação profissional e de reconhecimento e validação de competências através de uma maior articulação interinstitucional, racionalizando assim os recursos disponíveis face à necessidade de cobertura territorial existente.

Prioridade 4: Qualificar e modernizar as infraestruturas de ensino e formação, suprimindo carências e obsolescências.

Linhas de Intervenção:

1. Continuar o processo de requalificação e modernização da oferta de estabelecimentos de ensino básico e secundário.
2. Alargar e modernizar a rede de estabelecimentos dedicados ao ensino profissional e tecnológico.
3. Requalificar e modernizar os estabelecimentos de ensino superior, adaptando-os a usos ajustados para novas necessidades de ensino.
4. Reforçar a oferta de residências universitárias na AML.

Prioridade 5: Reduzir a expressão do abandono e do insucesso escolar.

Linhas de Intervenção:

1. Intensificar as iniciativas inovadoras de apoio e acompanhamento escolar, que mobilizem a família, a comunidade e as escolas.
2. Intensificar a qualificação da intervenção precoce na infância ao nível da educação especial e a realização de programas de reforço pré-escolar.
3. Promover a qualificação da população adulta ativa, designadamente através da conclusão de percursos de formação escolar ou de dupla certificação para a aquisição de uma certificação ISCED 2 ou ISCED 3.
4. Implementar sistemas de monitorização e alerta precoce de dinâmicas de insucesso e abandono escolar que permitam dispor de respostas ágeis e eficazes.
5. Promover o contacto, partilha e disseminação de práticas inovadoras entre escolas e agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas e autarquias.

Subdomínio - Mercado de Trabalho

Prioridade 1: Assegurar níveis elevados de emprego e trabalho decente para todos, inclusive para as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.

Linhas de Intervenção:

1. Intensificar as medidas de apoio à inserção no mercado de trabalho, designadamente dos desempregados de longa duração e das pessoas com deficiência.
2. Promover o empreendedorismo e o emprego por conta própria, nomeadamente de base tecnológica.
3. Promover o emprego através de instrumentos suportados na capacitação (estágios profissionais, contrato formação-emprego, etc.) e associados a medidas de proteção social.
4. Intensificar as medidas de sensibilização e informação para a igualdade de género dirigidas a diferentes públicos-alvo e opinião pública.
5. Intensificar as medidas de educação, nomeadamente divulgação em escolas do ensino básico e secundário, e em sessões de esclarecimento.

Prioridade 2: Aumentar os níveis de a participação dos jovens no mercado de trabalho, proporcionando uma transição sustentável para a vida ativa.

Linhas de Intervenção:

1. Promover a qualificação e a empregabilidade dos jovens (designadamente dos *Not in Education, Employment, or Training* - NEET), facilitando a sua inserção no mercado de trabalho (primeiro emprego).
2. Promover, em articulação com as comunidades locais, projetos inovadores de capacitação e integração no mercado de trabalho, de jovens afastados do sistema educativo e especialmente vulneráveis.

3. Promover o emprego jovem através de instrumentos de capacitação (estágios profissionais, contrato formação-emprego) e de projetos que confirmam competências com proteção social associada.
4. Apoiar iniciativas de empreendedorismo jovem.

Prioridade 3: Modernizar as instituições e as formas de provisão de serviços de apoio ao emprego e à empregabilidade.

Linhas de Intervenção:

1. Modernizar as instituições e os serviços do mercado de trabalho, garantindo uma assistência individualizada em tempo útil e o apoio a ações tendentes a adequar oferta e procura no mercado de trabalho.
2. Desenvolver infraestruturas que reforcem a eficácia dos mercados de trabalho e o acesso a empregos de qualidade.
3. Apoiar programas de apoio à integração de trabalhadores qualificados nas empresas, baseados em levantamentos de necessidades de mercado.
4. Melhorar o acesso a serviços inclusivos e de qualidade no domínio da formação e da aprendizagem ao longo da vida.
5. Estimular a criação de redes locais para a empregabilidade.

Subdomínio - Inovação e Inclusão Social

Prioridade 1: Robustecer a capacidade de atuação das Redes Sociais e das Plataformas Supraconcelhias.

Linhas de Intervenção:

1. Promover o desenvolvimento de processos de diagnóstico de necessidades e de recursos e práticas de planeamento participativo e colaborativo da intervenção social ao nível metropolitano, municipal e local.
2. Implementar sistemas, plataformas e redes de recolha e disseminação de conhecimento que promovam a capacitação das Redes Sociais e das organizações que as integram e a promoção de práticas inovadoras.
3. Incentivar a implementação de mecanismos de monitorização e avaliação de necessidades e de respostas e serviços sociais que permitam aumentar a eficiência e eficácias da intervenção social.

Prioridade 2: Aumentar os níveis de inovação e de empreendedorismo social.

Linhas de Intervenção:

1. Desenvolver medidas promotoras da inovação e o empreendedorismo social gerando novas soluções para os problemas sociais, numa lógica complementar às respostas tradicionais.
2. Dinamizar o mercado de investimento social, criando instrumentos de financiamento para necessidades específicas do setor da economia social e solidária e dos projetos de inovação e empreendedorismo social.
3. Promover a capacitação dos atores do sistema de inovação e empreendedorismo social metropolitano.
4. Incentivar o surgimento de respostas inovadoras e integradas de inclusão agregando os vários tipos de ações (educação, saúde, integração no mercado de trabalho, combate ao abandono escolar, formação de adultos, etc.), e estimulando a articulação entre os atores pertinentes (municípios, entidades do “terceiro sector”, empresas, ...), ultrapassando as limitações das intervenções setoriais.

Prioridade 3: Fortalecer a economia social e solidária.

Linhas de Intervenção:

1. Implementar medidas de fomento da economia social e solidária que contribuam para a promoção da inclusão social, da igualdade de oportunidades, da saúde, do emprego e do envelhecimento ativo, especialmente orientados para as pessoas mais desfavorecidas e em situação de fragilidade social.
2. Promover ações de formação e capacitação dos/as dirigentes e os/as técnicos/as das organizações de economia social e solidária.
3. Estimular a produção de novos bens e serviços, a criação de plataformas colaborativas, nomeadamente entre organizações locais.
4. Reforçar redes da economia social e solidária, criando oportunidades ao desenvolvimento de projetos empreendedores de base local, conectando com redes de produção e empresas.
5. Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, em particular as pessoas em empregos precários.
6. Capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, incapacidade, etnia, origem, religião, condição económica ou outra.

Prioridade 4: Aumentar as competências digitais dos cidadãos, garantindo a igualdade de oportunidades.

Linhas de Intervenção:

1. Incentivar a formação e o apoio na utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação.
2. Desenvolver infraestruturas facilitadoras da capacitação e acessos dos cidadãos a competências digitais.

Subdomínio - Atração e Inclusão de População Imigrante

Prioridade 1: Aumentar os níveis de atração de mão-de-obra qualificada e especializada.

Linhas de Intervenção:

1. Desenvolver programas de atração de jovens qualificados com capacidade de rápida inserção no mercado de trabalho e na resposta a necessidades de qualificação e modernização da base produtiva.
2. Promover o reforço da atratividade das Universidades e dos centros de investigação na atração de alunos e investigadores internacionais.

Prioridade 2: Ampliar os níveis de inclusão social e integração profissional, contribuindo para que os imigrantes sejam parte ativa no desenvolvimento económico e social.

Linhas de Intervenção:

1. Apoiar a criação de soluções de empreendedorismo económico e social de imigrantes e descendentes de imigrantes.
2. Reforçar os programas de ensino da língua portuguesa.
3. Desenvolver ações de combate à exclusão social, escolar e profissional dos imigrantes e seus descendentes.
4. Facilitar o acesso das comunidades migrantes à habitação, ao mercado de trabalho e aos serviços sociais, nomeadamente de saúde, educação e segurança social.
5. Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes.

Prioridade 3: Aumentar os níveis de tolerância e valorização da diversidade cultural, religiosa e étnica, promovendo pluralismo.

Linhas de Intervenção:

1. Implementar medidas de promoção do pluralismo e da tolerância e valorização das migrações, da diversidade cultural, religiosa e de combate da discriminação.
2. Capacitar e qualificar as associações de imigrantes e minorias étnicas, valorizando o seu papel na inclusão social, na valorização cultural e na promoção do exercício da cidadania ativa pelos membros das comunidades migrantes.

Subdomínio - Apoio à Infância e Conciliação Trabalho - Família

Prioridade 1: Alargar a oferta de serviços sociais de interesse geral de apoio às famílias, designadamente às crianças e jovens.

Linhas de Intervenção:

1. Aumentar a taxa de cobertura de creches e de equipamentos para a primeira infância.
2. Alargar e diversificar a oferta de serviços dirigidos às crianças.

Prioridade 2: Aumentar as condições de conciliação entre a vida profissional e familiar, garantindo a igualdade de género.

Linhas de Intervenção:

1. Intensificar as medidas de sensibilização e promoção da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.
2. Incentivar as empresas e instituições a promover a conciliação entre a vida profissional e familiar.
3. Incentivar as entidades públicas e privadas a intensificar a utilização do teletrabalho pelas atividades compatíveis.

Subdomínio - Serviços de Saúde e Transição Demográfica

Prioridade 1: Prosseguir o esforço de superação das fragilidades que afetam a oferta de cuidados primários e específicos, nomeadamente epidemiológicos.

Linhas de Intervenção:

1. Alargar a oferta de equipamentos de cuidados primários, alargando a resposta de proximidade e promovendo a garantia da igualdade de acesso.
2. Assegurar a ampliação e modernização da oferta hospitalar.
3. Promover a equidade no acesso à saúde, assegurando serviços básicos como médico de família e tempos de espera reduzidos.
4. Capacitar as respostas de proximidade e promover novas formas de prestação dos serviços e dos cuidados de saúde ao domicílio, incluindo o apoio às famílias ou cuidadores.
5. Aumentar a provisão de respostas de saúde, nomeadamente dos serviços de cuidados continuados e paliativos.
6. Readequar a oferta de equipamentos e de respostas de saúde às alterações quantitativas e qualitativas do perfil de procura, designadamente ao nível dos cuidados a doenças do aparelho circulatório, tumores

malignos, diabetes mellitus, doenças respiratórias crónicas, doenças tropicais negligenciadas (DTN), infetocontagiosas e de saúde mental.

7. Garantir o aumento da taxa de cobertura vacinal da população relativamente às vacinas incluídas no Programa Nacional de Vacinação.
8. Capacitar as instituições para o aumento da intensidade *per capita* dos profissionais de saúde e repartição por especialidade.

Prioridade 2: Adaptar a oferta de serviços sociais e de saúde à transição demográfica.

Linhas de Intervenção:

1. Readequar a oferta de equipamentos e de respostas de saúde às alterações quantitativas e qualitativas do perfil de procura, designadamente ao nível nos cuidados paliativos e continuados e de saúde mental.
2. Aumentar a capacidade de oferta de cuidados continuados integrados.
3. Promover novas formas de provisão de serviço e cuidados ao domicílio, teleassistência, incluindo apoio às famílias ou cuidadores.
4. Criar e reforçar centros idade+ locais, com medidas e atividades de dinamização social e participação na vida comunitária ao nível do bairro.
5. Promover estilos de vida saudáveis, orientados para o envelhecimento ativo e para a autonomia e qualidade de vida.
6. Intensificar as respostas sociais facilitadoras da permanência dos idosos no domicílio, com segurança e qualidade.
7. Desenvolver soluções de apoio formal e estruturado a cuidadores familiares.
8. Promover a articulação entre os serviços de apoio domiciliário e os serviços de saúde utilizando as TIC.

Prioridade 3: Promover o envelhecimento ativo, a participação dos idosos no mercado de trabalho e a adaptação na transição para a reforma/aposentação.

Linhas de Intervenção:

1. Promover iniciativas que incentivem a manutenção e participação da população idosa no mercado de trabalho, incluindo processos com medidas de incentivo/apoio a “*phasing out*”.
2. Promover formação orientada para idosos que permita a sua participação no mercado de trabalho, assegurando a permanente qualificação e adaptação da população ativa às novas necessidades das empresas e do mercado.
3. Intensificar a realização de projetos e respostas locais promotoras da participação dos idosos na vida comunitária, com especial enfoque para a área cultural.
4. Desenvolver programas de sensibilização dos jovens para solidariedade e apoio aos idosos, promovendo a interação entre gerações.
5. Promover a atividade física e a adoção de estilos de vida saudáveis, orientados para o envelhecimento ativo e para a autonomia e qualidade de vida.

Domínio 4 - Mobilidade e Conetividade Sustentável

No âmbito da Mobilidade e Conetividade Sustentável, a região enfrenta desafios importantes sobretudo ao nível do aumento da mobilidade ecológica e com baixa emissão de carbono (descarbonização e transição energética, visando a prazo a neutralidade carbónica), da articulação, da capacidade de oferta e da atratividade relativa dos diferentes modos, da conetividade internacional e dos desequilíbrios intra territoriais no acesso aos sistemas de mobilidade e transporte. Acresce, que as implicações comportamentais da crise de sanitária e de saúde pública resultantes da pandemia da doença COVID-19 abrem a necessidade de desenvolver respostas rápidas e flexíveis que permitam o crescimento dos modos ativos, a continuação da recuperação dos transportes público de passageiros e a emergência de uma nova logística urbana associada à digitalização acelerada do comércio e dos serviços.

Pelo seu impacte no ambiente, no crescimento económico e na equidade social, importa relevar:

- **A Mobilidade sustentável:** A intensificação do uso do transporte público passa, em parte, pela melhoria da qualidade do serviço disponibilizado. Promover a melhoria das frotas de transporte público, fomentando a sua eficácia e modernização, promover uma maior eficiência energética (com impacte na redução dos custos operacionais) e, conseqüentemente, gerar uma redução das emissões de GEE, são dimensões centrais nesta estratégia. Releve-se que os transportes, sobretudo rodoviários, continuam a possuir um peso muito relevante no consumo de energia primária regional. Neste quadro, a prossecução dos objetivos e das metas definidas no PNEC 2030 e no RNC 2050 implica que a AML (pela sua densidade populacional e pelo seu volume de deslocações pendulares) seja um dos principais contribuintes para que Portugal consiga, até 2030: (i) reduzir em -45 a -55% as emissões de GEE (sem LULUCF; valores face a 2005); (ii) atingir o peso de 20% de energias renováveis nos transportes. Para garantir o cumprimento destas metas, para além das medidas que permitam intensificar a utilização do transporte público, será fundamental aumentar o recurso aos modos ativos e a soluções de mobilidade partilhada ou menos poluentes. Por outro lado, a falta de massa crítica para uma provisão eficiente e eficaz de transportes públicos em alguns territórios (fragmentados ou de baixa densidade) e a falta/insuficiência de respostas específicas e direcionadas para o progressivo envelhecimento da população nas áreas centrais das cidades, são constrangimentos que devem merecer uma atenção especial. Encontrar soluções de mobilidade eficientes, eficazes e inovadoras, adequadas a realidades territoriais e sociais muito específicas são igualmente dimensões decisivas a priorizar, na próxima década.
- **O Sistema de Mobilidade e Intermodalidade:** A persistência de problemas associados aos sistemas de mobilidade interna e de intermodalidade insuficiente, a que se associam desequilíbrios territoriais e incompatibilidades entre os sistemas regional e local de mobilidade, contribui para que mais de metade da população da AML continue a utilizar o automóvel nas deslocações de casa para o trabalho ou local de estudo (circuitos de deslocações quotidianas da população residente fortemente suportados na utilização de automóvel). A transferência do transporte individual para o transporte público coletivo, sendo decisiva, está, em parte, condicionada pela criação de condições de coordenação, de gestão, de integração e articulação mais eficazes, às diversas escalas. A coordenação e gestão das diversas escalas dos sistemas de mobilidade e transportes, integrando as diferentes redes modais e os serviços de transporte, a densificação das redes (para garantir uma maior procura), a criação de mecanismos físicos que permitam uma maior intermodalidade e melhor integração de ofertas intermodais (interfaces) e o desenvolvimento e coordenação de redes de informação e das novas tecnologias, são dimensões centrais para atingir os objetivos em presença.
- **A Conectividade Internacional:** O posicionamento geográfico da AML é propício a uma ambição de projeção externa da região e do País, alicerçada em bons canais de conetividade inter-regional e internacional. A existência de constrangimentos da capacidade aeroportuária, bem como a utilização do transporte marítimo de mercadorias e do transporte ferroviário menos intensa que noutras capitais europeias geram um importante afastamento face aos parâmetros internacionais de conetividade, nomeadamente em termos de articulação com as RTE-T. Acresce a necessidade de garantir uma maior integração e articulação entre as

grandes infraestruturas do sistema de transportes (aeroportuário, ferroviário, portuário) e as redes nacionais e metropolitanas, de modo a melhorar a atratividade da AML, as condições de circulação interna e uma maior competitividade da base económica metropolitana nos canais nacionais e internacionais.

Subdomínio - Mobilidade Sustentável

Prioridade 1: Melhorar as condições de provisão dos serviços de transporte público.

Linhas de Intervenção:

1. Implementar ações de sensibilização para o aumento da utilização do transporte público.
2. Melhorar as condições operacionais e a eficácia das frotas de transporte público, nomeadamente através da ampliação e modernização das infraestruturas e material circulante.
3. Desenvolver soluções de mobilidade menos poluente no transporte público (priorização por veículos mais amigos do ambiente; criação/expansão de redes de carregamento elétricos, a gás natural, a hidrogénio,...).

Prioridade 2: Assegurar a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso aos transportes públicos, de territórios e grupos específicos.

Linhas de Intervenção:

1. Reforçar soluções de mobilidade inovadoras adaptadas às especificidades dos espaços fragmentados e de baixa densidade e/ou dos seus potenciais utentes (transporte flexível, transporte escolar e acesso a serviços de saúde).
2. Disponibilizar serviços de transporte, de percurso fixo e paragens móveis, que facilitem a mobilidade para a população envelhecida em áreas urbanas consolidadas, que suprimam limitações ao nível da oferta de transportes públicos e promovam o acesso a serviços e equipamentos públicos.
3. Desenvolver soluções tecnológicas inovadoras, que garantam uma resposta célere e eficaz às necessidades de acesso ao transporte público por residentes em territórios fragmentados e de baixa densidade e pela população idosa residente em espaços urbanos consolidados.
4. Adaptar as frotas do serviço público, com vista a dotá-las de condições favoráveis ao transporte de pessoas com mobilidade condicionada e/ou população envelhecida.

Prioridade 3: Aumentar a utilização dos modos ativos de mobilidade.

Linhas de Intervenção:

1. Potenciar e reforçar a quota de utilização dos modos ativos (pedonal, ciclável,...), nas deslocações urbanas quotidianas, nomeadamente pendulares, através da criação/ampliação de espaços dedicados de circulação, disponibilização e estacionamento de bicicletas e outros meios de micro-mobilidade, articulados numa ótica de interoperabilidade.
2. Promover a formação e a educação para o uso de bicicletas e de outros meios de micro-mobilidade, sobretudo junto da Comunidade Educativa.

Prioridade 4: Aumentar a expressão das soluções inovadoras de mobilidade inteligente e partilhada.

Linhas de Intervenção:

1. Desenvolver a mobilidade inteligente e partilhada através de soluções potenciadas pela digitalização do ecossistema da mobilidade e dos transportes.
2. Estruturar mecanismos de articulação eficazes entre os produtores de soluções científicas, técnicas e tecnológicas e os respetivos utilizadores (operadores/utentes).

3. Implementar ações de sensibilização da mobilidade inteligente e partilhada, para o aumento da sua utilização.

Subdomínio - Sistema de Mobilidade e Intermodalidade

Prioridade 1: Alargar as redes e os sistemas de mobilidade e transporte metropolitanos, promovendo a integração territorial e a igualdade de oportunidades.

Linhas de Intervenção:

1. Reforçar a capacidade das redes metropolitanas estruturantes e a modernização do sistema de mobilidade, em termos rodoviários (vias de reforço da conectividade entre a rede metropolitana rodoviária e a rede local; criação de nós de acesso às principais infraestruturas rodoviárias e circulares internas), ferroviários (aumentos de capacidade, compatibilidade e articulação entre linhas e serviços ferroviários, criação de novas redes), fluviais (expansão/densificação) e de outros transportes públicos de alta capacidade (sistemas ferroviários ligeiros, elétricos rápidos, entre outros).
2. Estruturar soluções de reforço do modo ferroviário no contexto da oferta de transporte metropolitano e do seu papel nas redes de prestação de serviços, a diversas escalas.
3. Melhorar o desempenho do sistema logístico, quer em termos de ordenamento da atividade logística, quer através da implementação de projetos específicos de gestão da logística urbana.

Prioridade 2: Assegurar a intermodalidade, aumentando a eficiência do sistema de transportes públicos.

Linhas de Intervenção:

1. Melhorar as condições de suporte à articulação de redes, nomeadamente através da criação/ampliação de interfaces e centros intermodais, do reforço da atratividade e da funcionalidade das estruturas de intermodalidade (soluções eficazes, funcionais e modernas de intermodalidade, otimização de percursos e horários, melhoria das condições de segurança e conforto dos interfaces, melhoria da informação ao passageiro, entre outras), do funcionamento dos rebatimentos e das respostas *last mile*.
2. Aumentar a eficácia e o controlo dos fluxos de informação e financeiros do sistema intermodal e a capacidade técnica de desenvolvimento dos sistemas de bilhética intermodal (e interoperadores) e dos sistemas integrados de informação ao passageiro.

Prioridade 3: Aumentar a coordenação e melhorar a gestão e integração dos sistemas de mobilidade e transportes.

Linhas de Intervenção:

1. Implementar soluções de coordenação e gestão global das redes e das funções do sistema metropolitano de mobilidade e transporte, em particular na compatibilização e padronização dos processos de adaptação das infraestruturas de transportes e logística às alterações climáticas, ao aumento da intermodalidade, à promoção da mobilidade inteligente e partilhada e, em geral, à promoção da atratividade da utilização de transportes públicos e de soluções de transporte menos poluentes.
2. Organizar e coordenar as ofertas integradas de mobilidade e bilhética (comum a todos os modos e a todos os operadores públicos e privados), ou da descontinuidade do título de transporte que concorram para a redução dos custos de mobilidade para o utente.
3. Implementar mecanismos de organização e coordenação à escala metropolitana de articulação da rede regional de infraestruturas de transportes com a rede hierarquizada de espaços de localização empresarial, industrial e logística metropolitana.
4. Intensificar a dinamização de processos de integração tecnológica, das potencialidades de inteligência artificial e dos mecanismos de recolha e partilha de informação (num quadro de política de dados abertos),

para o aumento da eficiência e gestão proactiva e em tempo real da mobilidade (oferta/procura) e para a criação de sistemas de monitorização eficazes.

5. Desenvolver mecanismos de coordenação de redes de informação e das novas tecnologias, às diversas escalas, de modo a reforçar e melhorar a governança do sistema de mobilidade metropolitano.

Subdomínio - Conetividade Transregional e Internacional

Prioridade 1: Aumentar a conetividade transregional, através de uma maior integração entre as redes metropolitanas e as redes nacionais.

Linhas de Intervenção:

1. Definir e operacionalizar um plano de investimentos de renovação, expansão e criação de infraestruturas e corredores estruturantes, bem como de melhoria do material circulante disponível, com vista ao reforço da oferta e à melhoria das ligações regionais e, simultaneamente, como garante de uma maior integração na Rede Transeuropeia de Transporte e na Rede Nacional.
2. Reforçar o transporte público pesado nos principais eixos estruturantes, nós urbanos da Rede Transeuropeia de Transporte e da Rede Nacional.
3. Reforçar a articulação funcional dos principais espaços de localização de atividades industriais pesadas e logísticas com as infraestruturas portuárias, aeroportuárias e ferroviárias da AML.

Prioridade 2: Reforçar a conetividade internacional da AML.

Linhas de Intervenção:

1. Resolver os constrangimentos relativos à capacidade aeroportuária da AML e concretizar as correspondentes acessibilidades, garantindo padrões máximos de acessibilidade e conetividade aos seus passageiros e utilizadores.
2. Modernizar a ligação ferroviária de conetividade internacional, quanto à amplitude de ligações (concretização da ligação a Madrid e ao centro da Europa) e quanto ao funcionamento.
3. Aumentar a competitividade do sistema logístico e portuário metropolitano à escala internacional.
4. Implementar sistemas intermodais efetivos, inteligentes e seguros, que permitam uma maior e melhor integração nas Redes Transeuropeias de Transporte.
5. Resolver os principais estrangulamentos e disfuncionalidades na conetividade intermodal internacional.

Domínio 5 - Desenvolvimento Urbano e Mudança Transformadora

No âmbito do Desenvolvimento Urbano e da Mudança Transformadora, a AML enfrenta atualmente desafios e necessidades de superação e de valorização de ativos territoriais, designadamente nos seguintes subdomínios:

- **Regeneração urbana e habitat:** A evolução histórica da AML contribuiu para que um tecido edificado com uma certa monumentalidade se consolidasse. Porém, atualmente, é notória uma crescente necessidade de intervenção urbana. Dados dos Censos de 2011 indicam que quase 75% dos edifícios da AML são anteriores a 1990 e que perto de 4% carece de uma grande reparação. Se, por um lado, este quantitativo representa um desafio de regeneração, por outro, é também uma oportunidade de intervenção no edificado para o dotar das condições adequadas aos novos padrões climáticos, aumentando os seus níveis de conforto. Estas intervenções, assim como aquelas em espaços vazios, abandonados ou obsoletos, devem privilegiar as relações comunitárias que, num meio inclusivo e por via da criatividade e cultura, permitam consolidar e reforçar as comunidades locais.
- **Habitação e habitabilidade:** A reduzida disponibilidade e acesso a habitação tem-se vindo a constituir como um dos principais desafios para residentes e decisores da AML, contribuindo para o esvaziamento urbano e a perda de centralidades históricas, que se transferem para novas áreas. As alterações na distribuição das bolsas de habitação tendem a agravar as situações de pendularidade, aumentando os tempos de deslocação e o recurso ao automóvel particular. Assim, devem ser criadas as condições para gerar uma oferta de habitação adequada aos vários níveis sociais, privilegiando um modelo urbano concentrado e compactado, suportado em relações comunitárias estáveis, e promotor da descarbonização. A qualidade da habitação, sobretudo no que respeita à eficiência energética e conforto térmico, é igualmente relevante já que determina o grau de atração exercido pelo território metropolitano, assim como a sua capacidade em fixar população jovem.
- **Economia urbana:** Aos espaços centrais têm sido historicamente atribuídas funções comerciais, culturais e de lazer, pelo que têm um papel determinante na consolidação de um modelo urbano policêntrico que privilegie a escala local para os relacionamentos comunitários. Assim, a estes espaços devem estar associados serviços culturais e de lazer à população, afirmando o papel das comunidades locais ao nível do bairro. Paralelamente, podem favorecer a inovação urbana e o empreendedorismo, pelo que, em função das suas características e posicionamento na rede de acessibilidades, podem acolher áreas empresariais e espaços de incubação tecnológica e criativa, atraindo para a área em que se inserem novos usos e população jovem e qualificada. Isto gerará um círculo virtuoso de valorização territorial, social e comunitária, contribuindo ainda para a afirmação das novas centralidades urbanas.
- **Gestão urbana:** Os processos de digitalização constituem uma oportunidade de melhoria da gestão pública por via da otimização dos sistemas de monitorização e desempenho de funções urbanas. Estes permitem reduzir custos e gerar volumes de informação significativos, permitindo tomadas de decisão mais apoiadas. Por outro lado, o cidadão deverá ocupar um papel central na identificação e resolução dos problemas urbanos, sendo que deverá estar capacitado para utilizar e tirar proveito dos sistemas digitais e tecnológicos urbanos e plataformas de informação e acesso a serviços públicos. Assim, a digitalização contribui para uma governação de maior proximidade entre as diversas camadas da população e os atores territoriais, antecipando e partilhando problemas e soluções, num ecossistema alimentado por bases de informação transparentes e acessíveis.

Subdomínio - Regeneração Urbana e Habitat

Prioridade 1: Promover a regeneração e a qualificação urbana dos espaços urbanos consolidados.

Linhas de Intervenção:

1. Revitalizar e requalificar as áreas urbanas centrais metropolitanas a partir de projetos integrados que assegurem a oferta de habitação, equipamentos de proximidade, espaço público qualificado e acesso a transportes públicos.
2. Intensificar ações de reabilitação urbana de áreas consolidadas, fomentando a recuperação, beneficiação e reconstrução do edificado, garantindo condições de conservação, segurança, salubridade e eficiência energética.
3. Refuncionalizar, adaptar e reverter áreas e edifícios vazios, abandonados ou obsoletos nas áreas consolidadas, dotando-os de novas funções económicas, habitacionais e de serviços públicos.
4. Promover projetos de regeneração urbana de áreas consolidadas na ótica da consolidação, compactação e polarização urbana, a partir de projetos âncora que favorecem a afirmação urbana e a dinamização económica.
5. Valorizar a integração dos espaços naturais no desenvolvimento urbano, em particular das infraestruturas ecológicas, das frentes estuarinas, dos corredores verdes e azuis, como elementos agregadores do sistema urbano e fatores diferenciadores na qualidade de vida na região.

Prioridade 2: Melhorar a qualidade do ar nas áreas urbanas e mitigar os efeitos das alterações climáticas.

Linhas de Intervenção:

1. Promover ações limitadoras da circulação automóvel e da velocidade de circulação dentro dos espaços urbanos a par do reforço da oferta de soluções de mobilidade urbana sustentável, de transporte público e de parqueamentos periféricos dissuasores.
2. Reforçar o sistema de monitorização e alertas da AML, especialmente em pontos críticos, nomeadamente no que se refere ao NO₂ e PM₁₀, os quais podem causar afetação das vias respiratórias e aumentar o risco de desenvolvimento de doenças respiratórias, cardiovasculares e oncológicas, nomeadamente nos grupos mais sensíveis como sejam as crianças, os idosos ou os portadores de doença respiratória.
3. Incrementar a dotação de infraestruturas verdes de proteção e tamponamento de eixos viários de grande circulação.
4. Preparar os espaços urbanos para as mudanças climáticas, nomeadamente para o agravamento das ondas de calor, para o aumento dos eventos extremos de precipitação aumentando a oferta de espaços verdes, a arborização urbana e a instalação de sistemas de mitigação de extremos térmicos nos espaços públicos.

Prioridade 3: Promover a cidade de proximidade, acessível e saudável.

Linhas de Intervenção:

1. Promover quadros de vida de hiper proximidade sustentados na oferta densa e articulada de transportes públicos, de espaços urbanos qualificados, de espaços verdes e de lazer, de equipamentos educativos, sociais, de saúde, desportivos, culturais e de comércio, garantindo o acesso da população a serviços básicos.
2. Promover os usos nos espaços urbanos fomentando unidades de vizinhança (bairros) e favorecendo os serviços e comércio diários na dinamização local em áreas monofuncionais.
3. Contrariar as dinâmicas de gentrificação, polarização social e turistificação dos espaços centrais da área metropolitana, assegurando a existência de oferta residencial para os diversos segmentos.
4. Preparar a cidade para os desafios demográficos, designadamente o envelhecimento, assegurando a existência de condições de acessibilidade adequadas aos espaços públicos, aos equipamentos e os edifícios residenciais.

5. Estimular os estilos de vida saudáveis e a utilização de modos ativos com baixo impacte ecológico como as caminhadas ou a utilização de bicicletas.
6. Promover a oferta pública de serviços de proximidade, e a modernização dos serviços de atendimento públicos e privados, e em particular o comércio tradicional local em arruamentos pré-definidos tendo em conta as centralidades existentes.
7. Promover a qualificação e a adaptação dos espaços públicos e a oferta de equipamentos que tornem a cidade mais amiga das crianças e dos jovens, facilitando a prática desportiva informal, a utilização dos espaços verdes e a mobilidade pedonal e ciclável.

Prioridade 4: Promover a regeneração e coesão socio-territorial de comunidades urbanas desfavorecidas.

Linhas de Intervenção:

1. Intensificar as soluções integração espacial e funcional, com o aumento da permeabilidade territorial e fomento da acessibilidade de bairros periféricos, nomeadamente em bairros de habitação social e áreas de génese ilegal.
2. Fomentar intervenções de qualificação urbana local definidas a partir de processos participativos e de *empowerment* das populações e das organizações locais, tendo por base os recursos, capacidades e potencialidades do território.
3. Dinamizar a participação das comunidades na identificação das necessidades e dos recursos, e, no planeamento e implementação de intervenções ajustadas às suas realidades específicas.
4. Fomentar o desenvolvimento de novas relações nas comunidades, promovendo a multiculturalidade, o pluralismo, as relações intergeracionais e a igualdade de oportunidades.
5. Apoiar a capacitação e a modernização do tecido associativo local e das estruturas dirigentes, e a criação de condições físicas qualificadas de funcionamento das organizações de base local.
6. Apoiar a estruturação de economias de base comunitária, promovendo o comércio de proximidade e o emprego local, nomeadamente mediante o recurso a sistemas de incentivos que promovam a dinâmica económica e o emprego.
7. Promover o bem-estar das crianças, aumentando o acesso aos serviços de infância, educação, desporto e cultura e melhorando o ensino e a aprendizagem, com enfoque na educação para a cidadania e multiculturalidade.
8. Promover o bem-estar dos idosos, aumentando o acesso aos serviços sociais, educação, desporto e cultura que incentivem o envelhecimento ativo e uma cidadania participativa.
9. Potenciar a inclusão digital, através da criação de centros de recursos que permitam a formação e a utilização de recursos digitais.

Subdomínio - Habitação e Habitabilidade

Prioridade 1: Assegurar o acesso à habitação e dinamizar o mercado de arrendamento.

Linhas de Intervenção:

1. Dinamizar e articular políticas municipais de habitação como instrumentos de desenvolvimento integrado dos territórios, promovendo a oferta pública de arrendamento a preços controlados, a regulação do mercado imobiliário e de arrendamento e o controlo da gentrificação.
2. Assegurar a oferta pública de habitação a preços acessíveis para famílias de classe média.
3. Promover a habitação a custos acessíveis e de utilização flexível, qualificando e revitalizando os centros cívicos e históricos.

4. Apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada.

Prioridade 2: Promover a reabilitação urbana e a eliminação das situações de habitação precária.

Linhas de Intervenção:

1. Eliminar as situações de habitação precária e de barracas, promovendo o acesso a habitação digna e a eliminação de fraturas socioterritoriais.
2. Intensificar a oferta de programas de apoio à reabilitação e à conservação de imóveis particulares.
3. Promover a reabilitação do parque habitacional público e a melhoria da eficácia de gestão deste edificado, incentivando a construção e modernização de edifícios sustentáveis, resistentes e eficientes em termos de recursos, utilizando materiais locais.

Subdomínio - Economia Urbana

Prioridade 1: Fortalecer os espaços centrais como polaridades económicas nos setores do comércio, serviços e turismo.

Linhas de Intervenção:

1. Promover a vitalidade económica das áreas centrais assentes nos sectores dos serviços, do comércio, do turismo, especialmente a partir da implementação de projetos âncora em espaços devolutos e em espaços com grande acessibilidade.
2. Desenvolver projetos de urbanismo comercial suportados na valorização e modernização do aparelho comercial e a qualificação dos espaços públicos e pedonais.
3. Promover a preservação e a valorização dos ativos patrimoniais e arquitetónicos distintivos das áreas urbanas centrais.
4. Intensificar a oferta museológica e cultural das áreas centrais reforçando a sua atratividade como espaços de lazer e consumos culturais.
5. Apoiar o desenvolvimento turístico através da aposta nos segmentos urbanos, como o turismo cultural, de eventos, de negócios, de saúde ou associado aos estuários ou ao mar, nomeadamente nos polos urbanos onde a atividade revele menor dinamismo.
6. Promover ações de *marketing* territorial que assegurem a visibilidade das diversas centralidades metropolitanas.
7. Apoiar a transição digital das pequenas e médias empresas, especialmente do setor do comércio e serviços.

Prioridade 2 Promover a qualificação, regeneração e integração das áreas de acolhimento empresarial.

Linhas de Intervenção:

1. Articular a valorização e qualificação das áreas de acolhimento empresarial e industrial com os investimentos a realizar no âmbito da logística e da conectividade metropolitana, nacional e internacional.
2. Reduzir os custos de contexto das empresas e outras instituições sediadas nas áreas urbanas promovendo a otimização de infraestruturas, a inserção nas redes de acessibilidade, a redução dos custos de instalação, mobilidade e logística.
3. Eliminar os passivos ambientais e intensificar a regeneração das áreas industriais obsoletas.

Prioridade 3: Promover a inovação urbana, o empreendedorismo e a incubação de base tecnológica e criativa.

Linhas de Intervenção:

1. Dinamizar projetos de promoção de novos *clusters* de atividades através da dinamização de incubadoras e aceleradoras de *start-ups* e *hubs* criativos e de inovação.
2. Fomentar a constituição de redes e nichos de empreendedorismo e inovação urbana ao nível local, dinamizando territórios-piloto de teste e demonstração, laboratórios vivos urbanos, incubadoras de negócios e ninhos de empresas, e promovendo a integração urbana de parques empresariais e tecnológicos.
3. Fortalecer a ligação entre as cidades e as suas frentes marítimas e ribeirinhas e núcleos piscatórios, contribuindo para a economia azul das áreas urbanas costeiras.

Subdomínio - Gestão Urbana

Prioridade 1: Promover uma maior participação e proximidade dos cidadãos na gestão urbana.

Linhas de Intervenção:

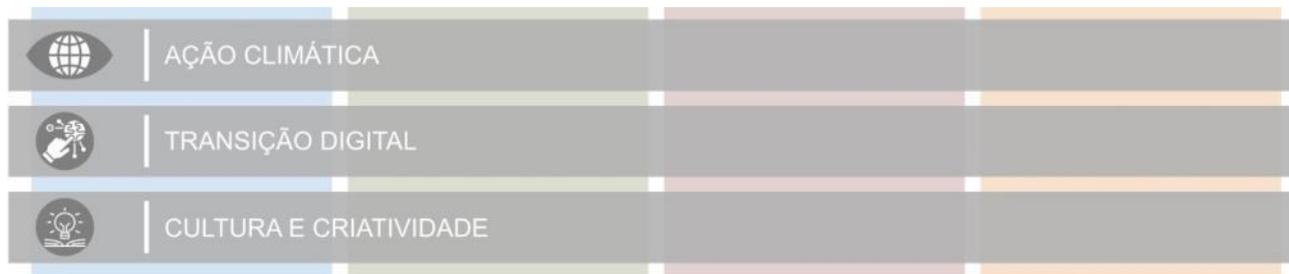
1. Aproximar os modelos de governação urbana do cidadão, promovendo o seu envolvimento e participação na resolução dos desafios urbanos.
2. Implementar sistemas de monitorização efetivos que permitam informar, mensurar e ajustar as opções de desenvolvimento urbano, para garantir o seu progresso e eficiência.

Prioridade 2: Promover a digitalização dos serviços urbanos, e do e-governance local.

Linhas de Intervenção:

1. Promover estratégias de dados, em particular a criação de sistemas integrados de gestão de dados abertos permitindo que residentes, empresas, visitantes, gestores urbanos e prestadores de serviços as informações disponham de forma rápida e acessível da informação que necessitam.
2. Promover o reforço das infraestruturas digitais dimensionando-as para as necessidades dos residentes e das empresas.
3. Conceber e implementar sistemas inteligentes de monitorização e gestão integrada dos fluxos de recursos e dos sistemas urbanos que potenciem ganhos de equidade, eficiência e fiabilidade.
4. Desenvolver soluções eletrónicas orientadas para uma melhor governação e desempenho das funções urbanas, incluindo plataformas de informação e acesso aos serviços públicos, participação dos cidadãos e colaboração entre agentes urbanos, e novos modelos de relação laboral e comercial, garantindo o seu alinhamento com o Plano Nacional para a Transição Energética.

Dimensões transversais



Ação Climática

A resposta aos desafios climáticos na AML implica uma abordagem alargada e integrada, que operacionalize os dois braços da política climática: mitigação e adaptação. Neste contexto, assume especial relevância o alinhamento da Estratégia da região com o Pacto Ecológico Europeu da União Europeia, com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 - RNC2050 e com o compromisso assumido pelas 18 autarquias no âmbito do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da AML.

O Domínio da Sustentabilidade Ambiental e Resiliência aos Riscos assume um papel central na prossecução da ação climática, mas dada a abrangência multissetorial da política climática, os demais Domínios Prioritários terão um papel decisivo. No quadro da descarbonização, e das metas da Agenda 2030 de redução das emissões de gases com efeito de estufa, importa destacar a centralidade do sector dos transportes na AML. A alteração da partição modal a partir de um crescimento significativo da utilização do transporte público e dos modos ativos é decisiva para este objetivo.

Por outro lado, ao nível da adaptação, importa destacar o imperativo de redução da vulnerabilidade das comunidades desfavorecidas e de alguns grupos alvo específicos, como as crianças e jovens, que o Domínio da Coesão Social e Sustentabilidade Demográfica prevê, ou a preparação das cidades para lidar com o agravamento de riscos climáticos, como as ondas de calor ou as cheias e inundações.

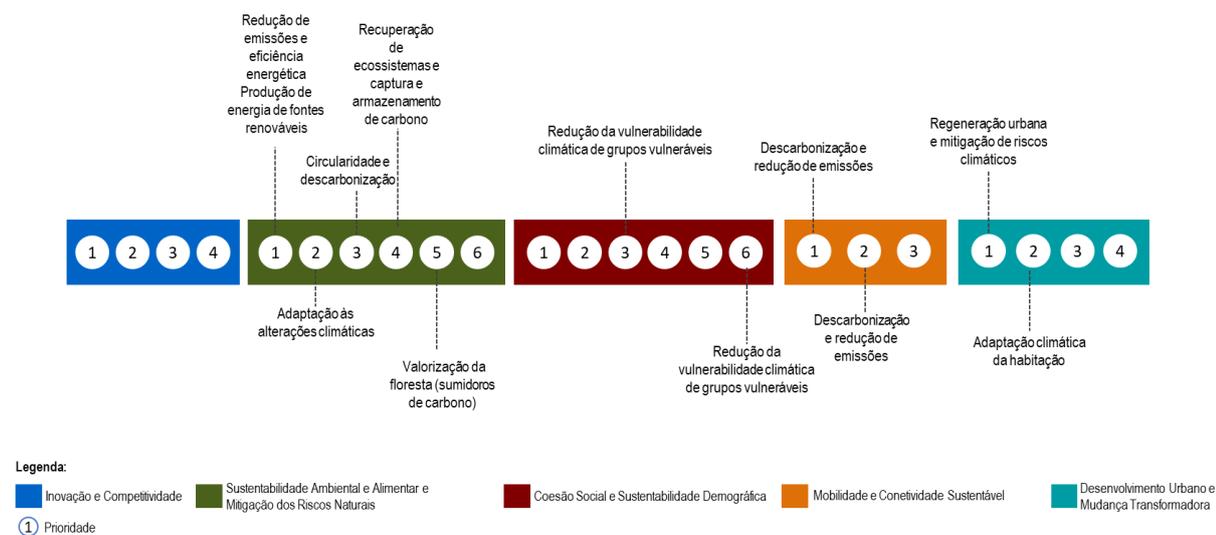


Figura 11 – Transversalidade e operacionalização estratégica da Ação Climática

Fonte: AML / CCDR LVT

Transição Digital

A Estratégia AML 2030 destaca de forma clara a importância de favorecer e acelerar a digitalização da economia e da sociedade como uma oportunidade para prestar melhores serviços públicos aos cidadãos, com a ajuda de ferramentas digitais, apoiar os municípios a gerir melhor os espaços e os serviços urbanos e apoiar as empresas a inovar, a criar novas oportunidades de negócios para os mercados globais e a chegarem a novos mercados.

A concretização deste objetivo deve ser acompanhada de uma forte preocupação de equidade e de valorização da igualdade de oportunidades, a partir da generalização e difusão de competências digitais a todos os cidadãos, quer para que possam interagir com a Administração de forma mais eficaz, quer para que as suas condições de empregabilidade se ajustem ao processo de modernização produtiva da AML.

Neste contexto a abordagem adotada para a transição digital no âmbito da Estratégia AML 2030, caracteriza-se pela sua amplitude e natureza integrada, incidindo ao mesmo tempo sobre o sector produtivo e a administração (Domínio da Inovação e Competitividade), das competências individuais e da inovação social (Domínio da Coesão Social e Sustentabilidade), da eficiência da mobilidade (Domínio da Mobilidade e Conetividade Sustentável) e da gestão urbana (Domínio do Desenvolvimento Urbano).

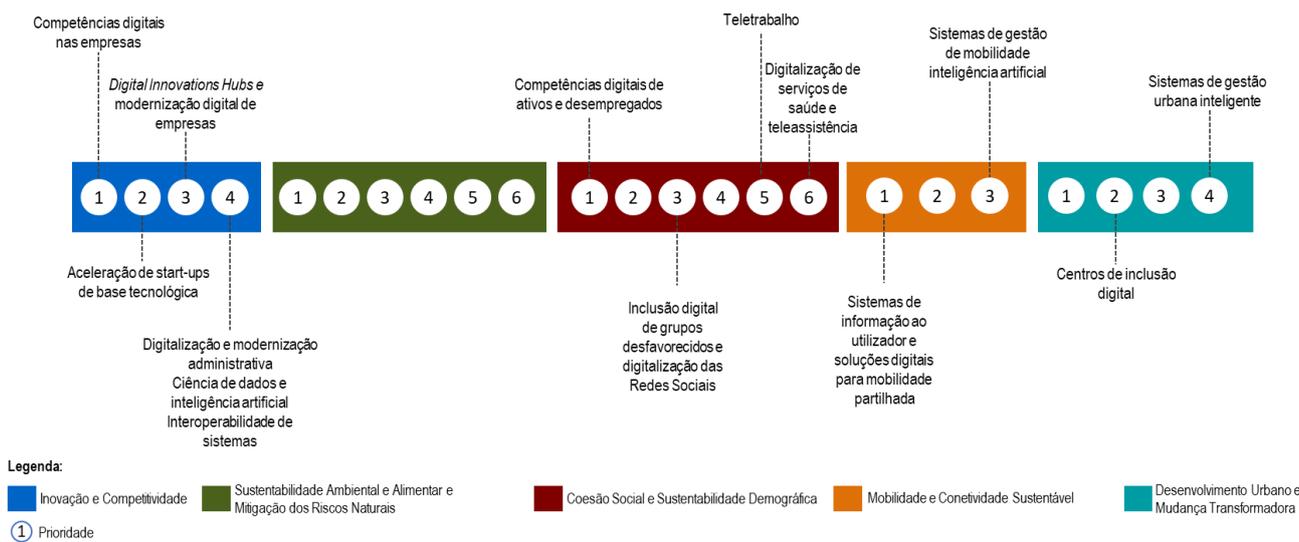


Figura 12 – Transversalidade e operacionalização estratégica da Transição Digital

Fonte: AML / CDR LVT

Criatividade e Cultura

As insuficiências de competitividade da economia metropolitana fazem com que seja imperativo uma participação no processo de globalização com maior intensidade, o que exige não só uma maior integração das questões da sustentabilidade, do desenvolvimento económico, social e cultural, mas especialmente o reforço da valorização de fatores como a cultura e a criatividade, capazes de acelerar a inovação e a diferenciação territorial, dos processos e dos produtos.

Neste contexto, a economia assente no conhecimento encontra nas cidades e nas metrópoles condições especialmente favoráveis para o desenvolvimento, beneficiando da imbricação de diferentes tipos de atividades, como as atividades culturais e criativas e outras atividades produtivas. A cultura e a criatividade desempenham ainda um papel central na coesão social, na valorização do território e no desenvolvimento urbano.

A Estratégia AML 2030 atende a este panorama e procura enfatizar o valor acrescentado da cultura e da criatividade para a concretização da Visão de desenvolvimento da AML, no quadro dos cinco domínios prioritários e de diversas prioridades de intervenção, como a internacionalização, o desenvolvimento rural e costeiro, a inovação e inclusão social e de população imigrante, a regeneração urbana e a dinamização da economia urbana.

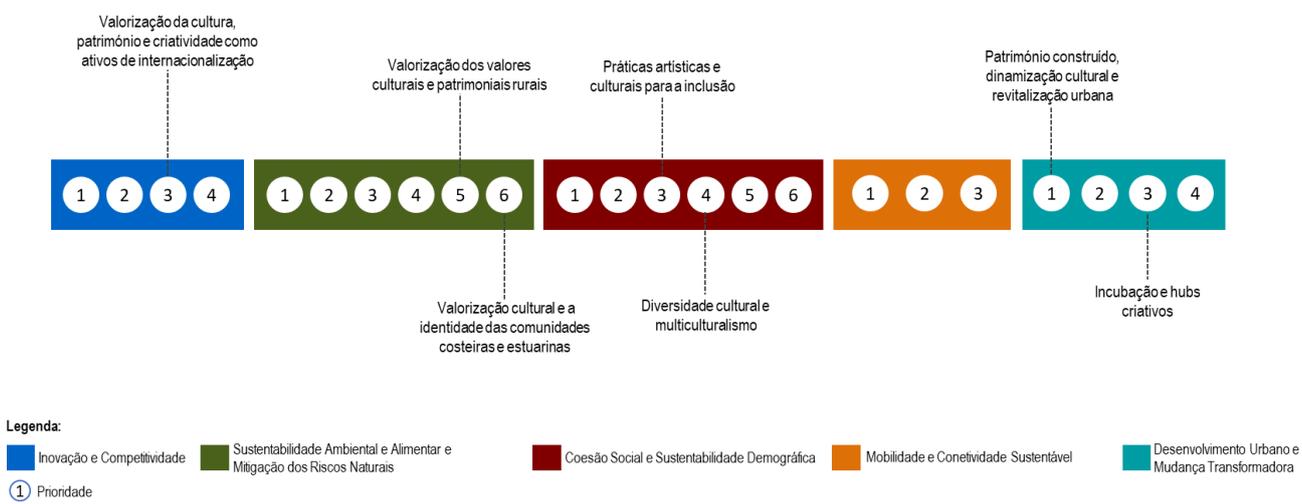


Figura 13 – Transversalidade e operacionalização estratégica da Criatividade e Cultura

Fonte: AML / CCDD LVT



4 PRINCÍPIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO

04 PRINCÍPIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO

Convergência europeia e o papel de região capital

As singularidades culturais, patrimoniais e naturais, o posicionamento geográfico, as funções de natureza político-administrativa, associadas ao estatuto de região capital, conferem um papel ímpar à AML em termos de participação na estratégia nacional de desenvolvimento regional e no reforço da competitividade do país a nível europeu. Simultaneamente, a relevância da metrópole, afirma-se igualmente através do efeito de polarização sobre um território de *hinterland* mais alargado do que a sua mera delimitação administrativa.

A consideração deste papel da região carece, na afirmação em termos europeus, de uma vocação específica no domínio da competitividade e inovação e, simultaneamente, da necessidade de estruturar uma rede de mobilidades e intercomunicações que ultrapassem a periferização da sua situação geográfica e valorizem a região como charneira geoestratégica, com funções relevantes e diferenciadas na rede europeia de cidades capitais.

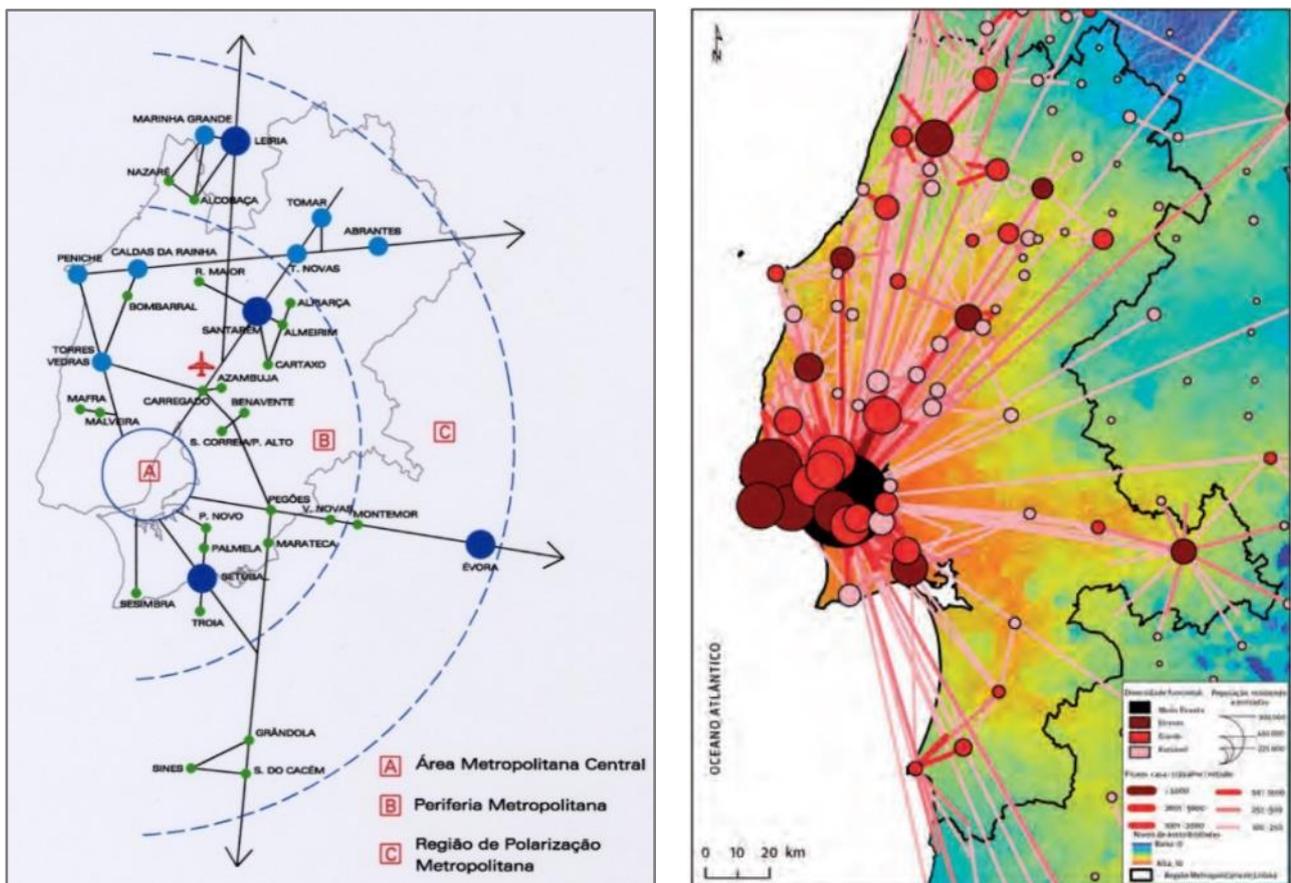


Figura 14 – Região de Polarização Metropolitana; Sistema urbano do Arco Metropolitano de Lisboa

Fonte: CCDR LVT (2002) representando a estrutura onde assenta o modelo territorial do PROT; FCG (2015) No estudo “Uma Metrópole para o Atlântico”, o sistema urbano é representado com quatro tipos de centralidades, atendo às diferentes dimensões e diversidades funcionais e às distintas capacidades polarizadoras concelhias.

As particularidades e papel específico da região devem estar presentes no desenho dos instrumentos de política pública e na interpretação e operacionalização do quadro regulamentar e normativos que balizam a sua definição, constituindo aspetos decisivos para retomar e afirmar uma trajetória de convergência económica nacional no contexto europeu.

A dimensão europeia, nacional e transregional da AML exigem um reforço no volume e na assertividade do investimento, pressupondo uma otimização na utilização das diversas fontes de financiamento de investimento público de âmbito nacional (associados ao orçamento da administração central e local) bem como dos recursos financeiros ligados ao orçamento da UE, considerando não só os fundos da política de coesão (FEDER, Fundo de Coesão, FSE+), mas igualmente os fundos ligados à agricultura e política marítima (FEADER e FEAMP) e outros fundos ou programas europeus de gestão centralizada (como por exemplo InvestEU, Horizonte Europa, Europa Digital, Mecanismo Interligar a Europa ou Programa para o Ambiente e Ação Climática-Life), e ainda os instrumentos associados à União Económica e Monetária (Programa de Apoio às Reformas, incluindo o instrumento de execução). Esta abrangência das fontes de financiamento do orçamento da União Europeia resulta da diversidade dos domínios incluídos na estratégia regional definida, mas igualmente do alcance das ações e escalas territoriais envolvidas, onde se incluem, por exemplo, investimentos das redes transeuropeias digitais, energéticas e de transportes, bem como equipamentos e infraestruturas de nível nacional ou de articulação inter-regional, envolvendo territórios abrangidos por diferentes NUTS II.

A relevância nacional e inter-regional de múltiplas operações justifica, nos casos de mobilização dos Fundos da Política da Coesão, a sua não afetação à dotação específica inicial da NUTS II Lisboa, devendo para isso recorrer-se à possibilidade de transferibilidade dos recursos, prevista no artigo 105º do projeto de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece as disposições comuns sobre o FEDER, FSE+, Fundo de Coesão, FEAMP, FAMI, IGFV e FSI. Em termos operacionais, a experiência de gestão dos Fundos Comunitários em Portugal, em que se constata a dificuldade em executar operações, envolvendo em simultâneo mais do que um Programa Operacional Regional, aconselha a que este tipo de iniciativas deva ser acolhido no âmbito de um Programa vocacionado especificamente para a concretização das intervenções de escala nacional e para a operacionalização de abordagens integradas envolvendo diversas regiões NUTSII.

Disparidades territoriais

A estratégia de desenvolvimento definida para a AML até 2030 confere primordial destaque à dimensão da coesão socio-territorial. Esse objetivo assume duas dimensões. A um tempo, ao papel da região no processo de convergência económica do país com a UE e de alavancagem de dinâmicas sociais e económicas que se projetam sobre as demais regiões portuguesas, desde logo sob aquelas que fazem parte da região funcional metropolitana e que se prolonga num vasto *hinterland* que abrange parte da região Centro, o Oeste e Vale do Tejo e parte da região Alentejo. A um segundo tempo, na mitigação das disparidades intrametropolitanas que assumem diversas escalas e características.

Importa no entanto destacar que as duas dimensões de coesão (externa e interna) estão intimamente relacionadas. Por um lado, porque sem que o potencial de cada parte do território metropolitano seja devidamente valorizado, não será possível a AML assumir-se como o dinamizador do desenvolvimento, da coesão e da convergência do país. Por outro lado, porque o reforço do papel motriz da região a partir da intensificação das redes de colaboração com as demais regiões contribuirá para dinamizar os espaços mais periféricos do sistema urbano metropolitano que têm, já hoje, relações funcionais intensas com o Oeste, Médio Tejo, Lezíria do Tejo, e o Alentejo Central e Litoral.

Num contexto metropolitano, as disparidades territoriais em termos económicos e sociais são essencialmente resultado, a um tempo, da insuficiente capacidade em superar iniquidades impostas pela geografia para uma eficaz integração social, económica e cultural dos vários espaços, a um segundo tempo, da incapacidade em conduzir os processos de desenvolvimento urbano, mitigando dinâmicas de segregação, polarização e desqualificação territorial e, a um terceiro tempo, resultado dos ciclos de inovação produtiva, geradores de localizações emergentes e de espaços em declínio.

Pelas características físicas do território, nomeadamente pela presença do Estuário do Tejo, pela forma como o processo de urbanização ocorreu na AML ao longo da segunda metade do século XX, promovendo fraturas socio territoriais, pela dificuldade em encontrar novas funções económicas para extensas áreas industriais em declínio – especialmente no arco ribeirinho Sul –, a região enfrenta múltiplos desafios de coesão territorial. As disparidades entre as duas margens do rio Tejo têm assumido especial relevo, nomeadamente na discussão do quadro operacional da política regional. Pelas suas características assemelha-se e maximiza outra das principais disparidades estruturantes da AML e que é determinada pela diferenciação ente o centro (Lisboa) e a periferia (coroas envolventes). A emergência de um sistema urbano policêntrico tem sido o principal mitigador destas disparidades, embora com evidentes insuficiências.

Tipologia de Disparidade	Incidência	Determinantes
Sub-regional	Disparidades entre a AML Norte e a AML Sul	Menor competitividade e inovação, iniquidades no acesso ao mercado de trabalho, insuficiências no sistema educativo e de formação e insuficiente concretização do sistema de mobilidade e conectividade
Intermunicipal (Externa)	Disparidades entre Municípios da AML e Municípios com indicadores socioeconómicos mais positivos que integram “Regiões Menos Desenvolvidas” da Política de Coesão	Menor competitividade, inovação, coesão social e limitações de acesso a financiamento por atores públicos e privados.
Intermunicipal (Interna)	Disparidades entre Municípios da AML	Menor competitividade e inovação, iniquidades no acesso ao mercado de trabalho, insuficiências no sistema educativo e de formação e insuficiente concretização do sistema de mobilidade e conectividade
Intramunicipal (Fraturas Socio territoriais)	Freguesias/bairros com indicadores sociais e urbanísticos críticos	Pobreza, exclusão social, desqualificação urbana e débil inserção territorial e de mobilidade – (emprego, rendimento, abandono e insucesso escolar, condições habitacionais,...)

Quadro 1 – Tipologias de disparidades na AML

Fonte: AML / CCDR LVT.

Fruto da matriz de povoamento e das condições territoriais e infraestruturais para a expansão territorial do processo de urbanização e do papel de centro administrativo de Lisboa, a margem norte concentra mais população (61%), mais estabelecimentos (63%) e mais emprego (72%). Esta heterogeneidade não é em si um problema, mas é sintomática de que prevalecem debilidades de integração metropolitana entre as duas margens, apesar do maior ritmo de crescimento demográfico da Península de Setúbal nas últimas décadas. Esta situação é resultado, desde logo, de uma insuficiente concretização do conceito de cidade duas margens em torno do estuário do Tejo – especialmente a partir da valorização do sistema de mobilidade fluvial –, mas também do sistema de acessibilidades e mobilidade metropolitana em termos globais não garantir ainda níveis de igualdade de oportunidades no acesso ao trabalho e aos bens e serviços públicos.

Esta fragilidade limita ainda a atratividade económica da Península de Setúbal e sua capacidade auto regenerativa em momentos de transição económica, conforme se verificou na primeira metade dos anos 80 com o colapso do modelo de desenvolvimento industrial prevalecente e a necessidade de implementar a voluntarista e bem-sucedida Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal (1988-1992).

Ao nível intermunicipal, a AML é marcada por inúmeras disparidades, consoante a perspetiva de leitura dos problemas. A análise espacial realizada no âmbito do Atlas Digital (AML, 2016) permite constatar que na ótica das dinâmicas demográficas, das condições habitacionais ou das condições de vida, a territorialização dos problemas socioeconómicos apresenta um padrão complexo sem adesão a leituras sub-regionais. A análise dos indicadores de rendimento espelha bem esta situação. Mas evidencia também que existem municípios no contexto metropolitano com indicadores abaixo da média nacional, compagináveis com os de concelhos de “regiões menos desenvolvidas”.

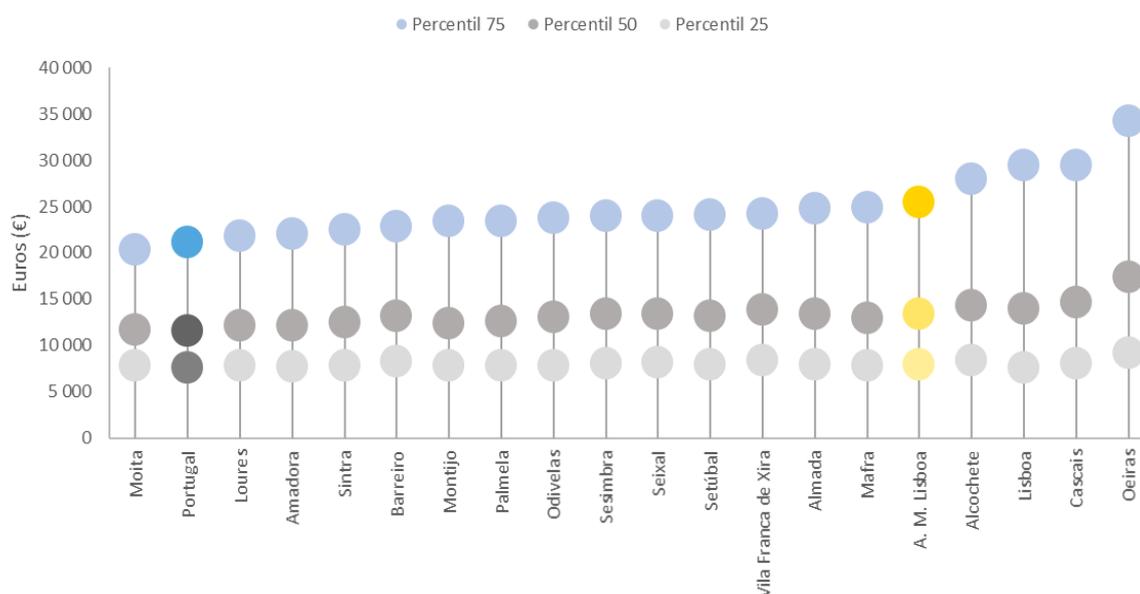


Gráfico 30 – Percentis do Rendimento Bruto Declarado, por Município da AML, 2018

Fonte: CCDR LVT, com base em informação do INE.

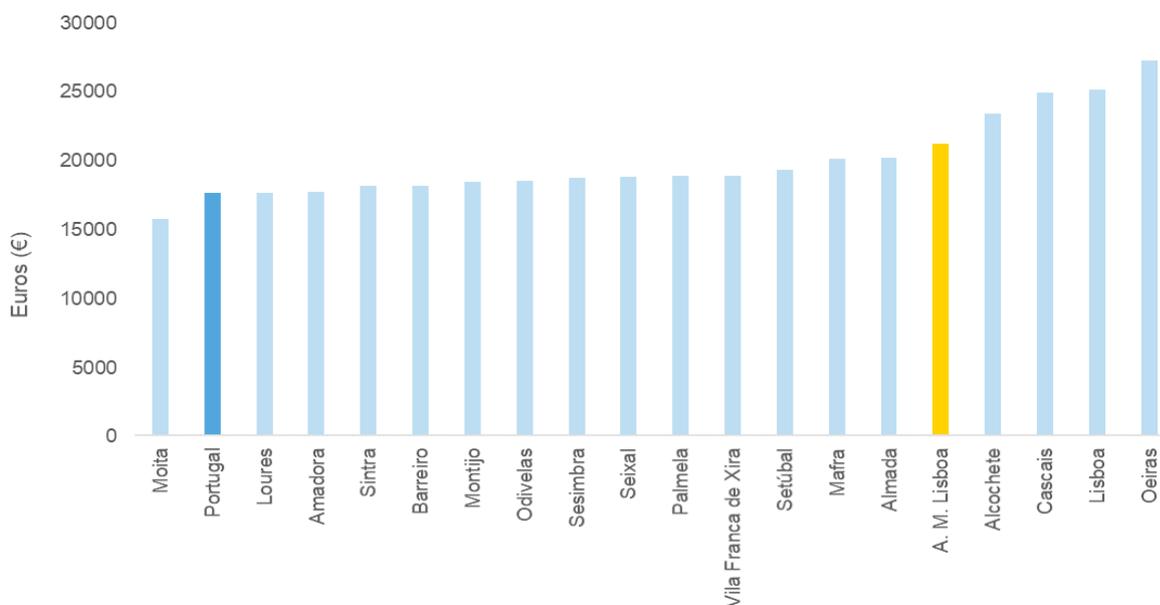


Gráfico 31 – Rendimento Bruto Declarado por Agregado Fiscal, por Município da AML 2018

Fonte: CCDR LVT, com base em informação do INE.

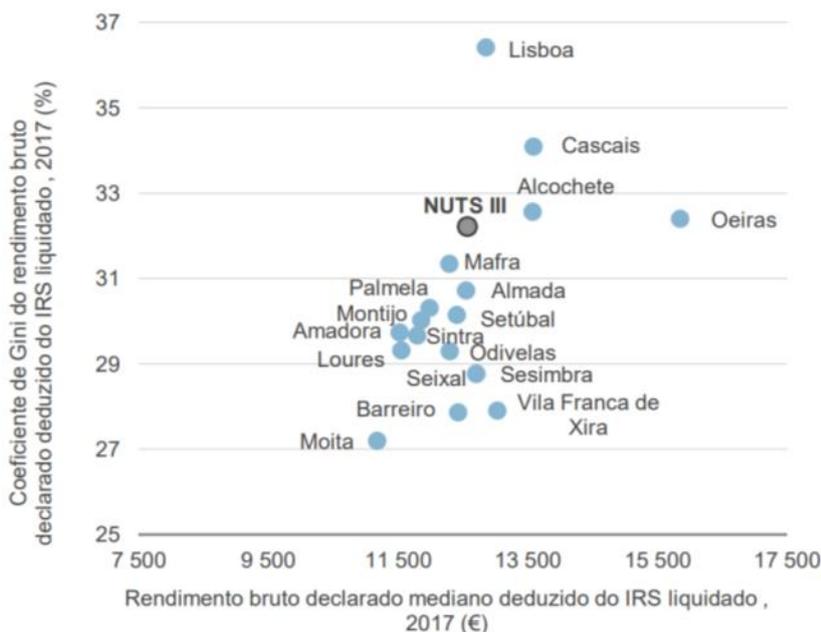


Gráfico 32 – Mediana e Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado, 2017

Nota: deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Estatísticas do rendimento ao nível local : 2017. Lisboa : INE, 2019. ISBN 978-989-25-0523-7.

https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=384229148&att_display=n&att_download=y

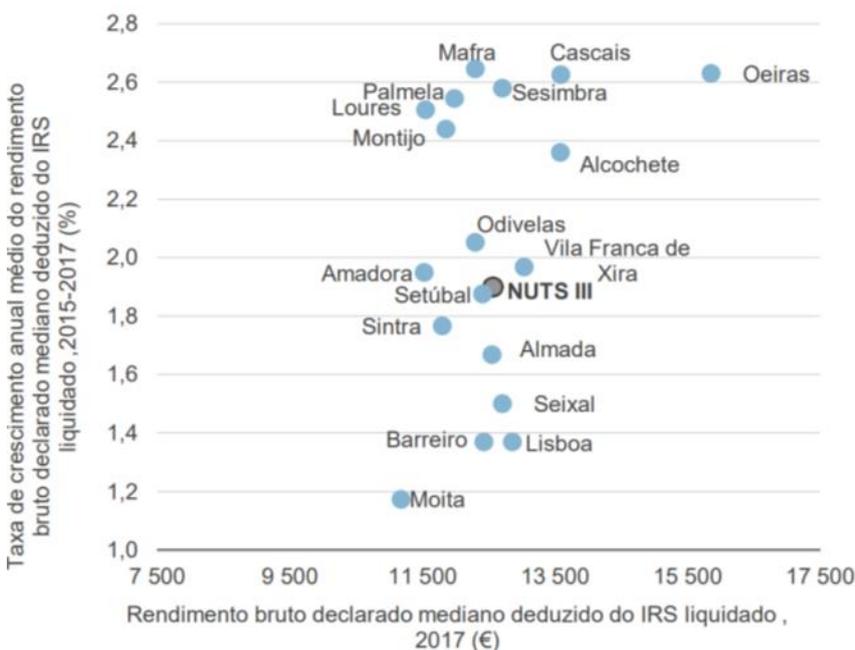


Gráfico 33 – Mediana e taxa de crescimento anual médio do rendimento bruto declarado 2015-2017

Nota: deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Estatísticas do rendimento ao nível local : 2017. Lisboa : INE, 2019. ISBN 978-989-25-0523-7.

https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=384229148&att_display=n&att_download=y

Esta situação questiona a pertinência dos mecanismos de acesso à Política de Coesão e à forma como podem estar a ser agravadas iniquidades, conquanto municípios com contextos socioeconómicos mais favoráveis estão não só a beneficiar de um volume acrescido de FEEL, como de condições de financiamento mais vantajosas. Ademais, a capacidade de mobilização de recursos financeiros locais é em alguns municípios da AML particularmente débil fazendo depender fortemente a sua capacidade de investimento do apoio oferecido pela Política de Coesão.

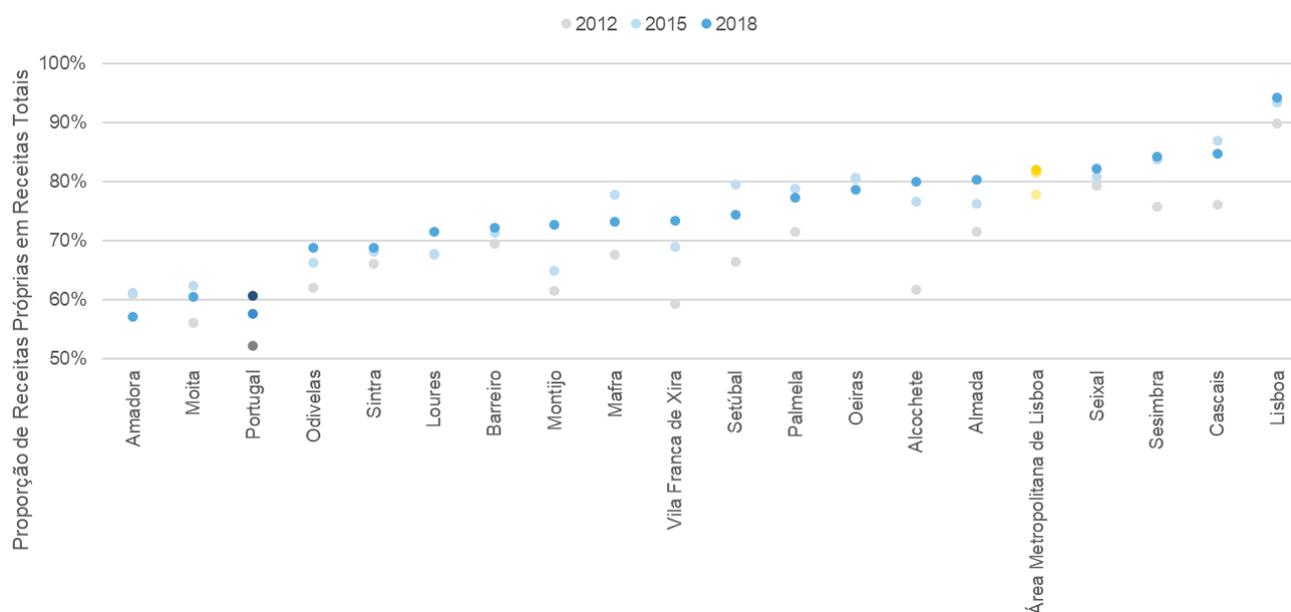


Gráfico 34 – Proporção de Receitas Próprias em Receitas Totais 2012 2015 2018, por Município da AML

Fonte: CCDR LVT, Com base em informação do INE.

Este contexto municipal é agravado pelo facto de em boa parte dos municípios da AML se verificarem espaços de profunda exclusão social e económica que concorrem de forma decisiva para: (i) nenhuma região portuguesa apresentar níveis de desigualdade económica tão expressivos; (ii) estarmos em presença da região de Portugal Continental que apresenta a mais alta taxa de risco de pobreza, calculada com base na linha de pobreza regional, (18,9%, em 2017).

As fraturas socio territoriais na AML constituem um dos seus elementos territoriais mais desestruturantes, resultante da incapacidade do mercado de habitação responder aos elevados fluxos migratórios na fase inicial do processo de expansão urbana dos anos 60 a 80 do século XX.

A rapidez, intensidade e ausência de planeamento territorial e de provisão de serviços públicos originou áreas urbanas desqualificadas, ao nível físico, social e económico e desintegradas do tecido envolvente, dando origem a áreas urbanas com diferentes morfologias, mas genericamente marcadas pela coexistência de problemas urbanísticos (e.g., edificado degradado, ausência de espaços e equipamentos públicos, baixa provisão de transportes públicos,...) e sociais (e.g. desemprego, abandono escolar, pobreza, reduzida participação cívica, disfuncionalidades familiares, criminalidade).

Os intensos fluxos imigratórios das últimas duas décadas encontraram em muitos destas áreas urbanas, espaço de integração da comunidade metropolitana, apostando-lhe novas dinâmicas sociais, económicas e culturais, mas também desafios significativos de inclusão social e combate à discriminação.

Os efeitos territoriais da crise social e económica vivida da segunda década do século XXI, embora só possam ser analisados de forma mais fina e sistemática a partir dos Censos de 2021, não alteraram em traços gerais o padrão territorial da exclusão social e da pobreza na Área Metropolitana de Lisboa, com exceção das áreas de intensa gentrificação localizados no núcleo central da metrópole onde se deu uma reocupação territorial ou uma profunda alteração funcional.

Este quadro diverso de disparidades territoriais exige, no horizonte de 2030, por um lado, uma maior intensidade de investimento e, por outro, um alargamento de enfoque estratégico e, finalmente, uma maior assertividade de políticas, de instrumentos e de modelos de governação, capazes de contrariar os constrangimentos socio territoriais metropolitanos.

Objetivo estratégico	Ampliar Intensidade dos FEEI	Alargar enfoque estratégico		Aumentar Assertividade do Investimento		
Tipologia de abordagem	Reforço de dotação dos FEEI na região (POR e Programas Temáticos)	Criação de mecanismos de cooperação interregional	Proatividade metropolitana na apresentação de candidaturas a programas europeus	Reforço de coerência metropolitana dos investimentos municipais	Concentração de investimento em domínios críticos e territórios fragilizados	Concentração de investimento em domínios que reforcem a integração territorial
Tipo de disparidade alvo	Todas	Sub-regional	Todas	Sub-regional e Intermunicipal (Interna)	Intramunicipal (Fraturas socio-territoriais)	Sub-regional e Intermunicipal (Interna)
Constrangimentos de operacionalização	Incerteza no orçamento comunitário para Portugal e equívocos de perceção exógena sobre a situação socioeconómica da AML e de competitividade europeia	Reduzida experiência em Portugal de programas transregionais e equívocos de perceção sobre o papel motriz da AML	Elevada competitividade de nos concursos e falta de experiência na preparação de candidaturas metropolitanas	Limitações impostas pelos regulamentos comunitários e pela falta de sensibilidade da programação dos FEEI às necessidades/oportunidades específicas dos territórios. Esforço de coordenação, planeamento e alinhamento de atores em torno de uma abordagem metropolitana-		Necessidade de articular coerentemente os investimentos estruturantes em mobilidade da responsabilidade e do Estado Central com as intervenções municipais
Ações de planeamento e programação	-	Promover projetos com Oeste, Médio Tejo, Lezíria, Alentejo Central e Alentejo Litoral Estabelecer redes de cooperação	Criar capacidade organizativa, técnica e institucional para a preparação de candidaturas metropolitanas	Reforçar uma programação intermunicipal do ITI aumentar a seletividade dos investimentos do ITI e a prioridade conferida aos domínios sociais e à habitação.		Articular investimentos municipais de mobilidade com investimentos da administração central. Definir projetos territoriais de alavancagem económica
Probabilidade de sucesso para a mitigação de disparidades	****	***	**	****	****	****

Quadro 2 – Cenários instrumentais de resposta às disparidades na AML

Fonte: AML / CDR LVT.

Abordagem territorial integrada da estratégia

Embora a presente estratégia tenha sido desenhada numa clara orientação para os objetivos de desenvolvimento regional e com uma abertura de operacionalização que vai muito para além da Política de Coesão, importa posicioná-la no quadro dos instrumentos que a possam a vir a concorrer para a sua concretização durante o período 2021-2027, especialmente para os que possam vir a estruturar a abordagem de base territorial do Portugal 2030.

Subdomínios	Instrumentos de política integrada de base territorial				Instrumentos de políticas setoriais territorializadas					
	ITI AML (PDCT)	DLBC			Política de Cidades (PEDU, PAMUS, PAICD e MUS)	CLDS	PTE	EGG	TEIP	CLUSTERS
		Urbana	Rural	Costeira						
Conhecimento e Investigação										■
Sistema de I&D&I e Ecosistema Económico										■
Especialização, Diferenciação e Internacionalização										
Inovação e modernização administrativa	■									
Descarbonização e Transição Energética	■				■					
Adaptação Climática e Mitigação de Riscos	■									
Economia Circular	■									
Biodiversidade	■		■	■						
Sistema Alimentar e Desenvolvimento Rural	■		■							
Mar, Estuários e Zonas Costeiras				■						■
Acesso e Funcionamento do Mercado de Trabalho						■				
Educação e Formação	■	■	■	■	■	■			■	
Inclusão Social e Desenvolvimento Comunitário	■	■	■	■	■	■		■	■	
Atração e Inclusão de População Imigrante		■			■	■		■		
Apoio à Infância e Família	■									
Serviços de Saúde e Transição Demográfica	■	■	■							
Mobilidade Sustentável	■				■					
Sistema de Mobilidade e de intermodalidade	■				■					
Conetividade Transregional e Internacional										
Regeneração Urbana e Habitat	■	■			■	■		■		
Habituação e Habitabilidade	■				■					
Economia Urbana	■	■			■	■	■			
Gestão Urbana	■									

Legenda:

- Escala supra regional / nacional
- Escala intermunicipal / metropolitana
- Escala supra municipal
- Escala local (inframunicipal e municipal)

Quadro 3 – Potencial dos instrumentos de abordagem territorial na operacionalização da Estratégia AML 2030

Nota: Tomando por referência ao PT2020.

Fonte: AML / CDDR LVT.

A dimensão territorial tem vindo a ganhar uma crescente centralidade no quadro da Política Regional europeia, especialmente a partir da adoção do princípio de Coesão Territorial (2007), como pilar de atuação complementar à coesão económica e à coesão social.

Em Portugal, o cumprimento deste objetivo tem sido implementado a partir de dois tipos de abordagens instrumentais: instrumentos de políticas integradas de base territorial, que visam operacionalizar um conjunto de políticas a partir do território, dinamizados pelas Comunidades Intermunicipais (CIM) e pelas Áreas Metropolitanas (AM), autarquias e Grupos de Ação Local; instrumentos de políticas sectoriais territorializadas que mobilizam o território para a sua implementação e que se operacionalizam através de uma governação multinível.

Tendo como referência o quadro de instrumentos implementado no âmbito do Portugal 2020 (2014-2020) e numa ótica de continuidade melhorada e alinhada com a Estratégia AML 2030, apresenta-se no quadro anterior uma identificação do alinhamento potencial de cada subdomínio com os instrumentos que deverão promover a concretização das prioridades e linha de intervenção. Complementarmente, apontam-se as escalas de planeamento a que as temáticas deverão ser abordadas, numa preocupação de claro reforço de eficácia e eficiência.

Coordenação, acompanhamento e monitorização da estratégia

A conceptualização programática da Estratégia 2030 para a AML e a definição dos respetivos princípios de implementação obrigam ao desenho de um modelo de governação flexível e devidamente articulado. A necessidade de um modelo de governação desta estratégia é ainda mais premente quando estamos perante uma região em acelerada mutação e que se encontra perante desafios críticos, não só ao nível do seu posicionamento com contexto intra e inter-regional de Portugal, mas também no que concerne ao seu peso específico no processo de convergência nacional com a união europeia. Este contexto de elevada complexidade socioeconómica implica um reforço da capacidade de governação pública da região e muito em particular desta Estratégia, enquanto referencial do desenvolvimento da nossa região.

O modelo de governação aqui proposto corporiza dois dos objetivos centrais da Estratégia AML 2030:

- A criação de condições para a existência de uma governação multinível e integrada das políticas setoriais;
- A promoção da governança que assente num referencial de envolvimento e participação dos diversos atores;

O modelo de governação assenta ainda numa clara perceção de que a existência de um processo de implementação do seu referencial deve assentar nas seguintes dimensões:

- Reforço do papel e capacitação da escala intermunicipal num contexto de dinamização de processos de planeamento e inteligência territorial e de gestão de instrumentos de base territorial;
- Reforço do papel e capacitação da escala regional num contexto de reforço das redes de articulação de atores da administração central;
- Enfoque na natureza transversal e integradora das políticas públicas do e para o território;
- Enfoque em processos colaborativos e participados que valorizem os contributos dos atores territoriais.

Estas dimensões concorrem entre elas para fortalecer o ecossistema de governação pública da região, garantindo assim a existência de um *orgware* regional que de uma forma sistemática, continuada e colaborativa exerça as suas funções de liderança regional, de mobilizador de atores e de catalisador de vontades. Recordamos ainda que esta colaboração interinstitucional não ficará balizada neste exercício de planeamento estratégico, assumindo-se assim de uma forma clara que a concretização da missão e do referencial programático aqui plasmado necessita de um espaço e participação alargada destes atores.

O modelo de governação assenta na existência de dois níveis de coordenação – Executivo e Técnico:

- O nível executivo apoiado na articulação entre a Comissão Executiva da AML e a Presidência da CCDR LVT;
- O nível técnico de articulação de pontos focais das duas organizações.

A implementação desta estratégia implica ainda a existência de mecanismos de acompanhamento interinstitucional, que nos são garantidos pela mobilização dos *stakeholders* mobilizados no âmbito dos respetivos modelos de governo (Grupo de Trabalho Metropolitano dos Fundos Comunitários e Conselho Metropolitano por parte da AML – Conselho Intersectorial e de Coordenação e Conselho Regional por parte da CCDR LVT). Destacamos neste referencial de acompanhamento interinstitucional o papel privilegiado da Autoridade de Gestão do Programa Operacional da Região de Lisboa, dado o seu papel fulcral para a implementação e concretização das prioridades programáticas aqui plasmadas.

O processo de implementação da Estratégia deverá ser acompanhado pela implementação de mecanismos de monitorização sistemática que permitam compreender alterações de contexto, resultados e impactes da abordagem seguida. Neste âmbito será concebido um sistema de monitorização em parceria pelas entidades promotoras das Estratégias AML 2030 que terá três dimensões críticas:

- Monitorizar a evolução do contexto social, económico, ambiental e territorial, identificando antecipadamente alterações ou evoluções que suscitem a revisão da abordagem definida;
- Monitorização da implementação da estratégia, designadamente a partir do acompanhamento dos diversos instrumentos que a irão operacionalizar;
- Monitorização da robustez da estratégia face aos impactes sociais e económicos da pandemia da doença COVID-19.

A monitorização dos efeitos de curto, médio e longo prazo gerados pela pandemia da doença COVID-19 deverá ser realizado a partir do método de delphi junto de um leque de atores regionais alargado e da aferição regular das oportunidades e ameaças que colocam à Estratégia Regional.

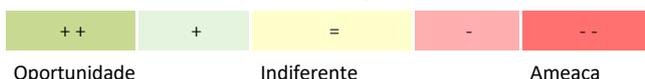
A matriz que agora se apresenta constitui um primeiro exercício, suportado nas apreciações realizadas por peritos, técnicos e autarquias.

Domínio	Subdomínio	Prioridade	2020	Vigência da Estratégia		
				2021-2022	> 2023	
Inovação e Competitividade	Conhecimento e Investigação	Aumentar a produção científica reconhecida internacionalmente nas áreas definidas nas estratégias de especialização inteligente nacional (ENEI) e regional (EREIL).	-	=	=	
		Aumentar a interação e a transferência de conhecimento fomentando a inserção em redes internacionais e nacionais de clusterização e de excelência científica e tecnológica.	-	=	=	
		Aumentar a atratividade nacional e internacional do ensino superior.	--	-	=	
	Sistema de I&D&I e Ecosistema Económico	Aumentar os níveis de transferência de conhecimento científico e tecnológico para as empresas.	--	-	=	
		Ampliar os níveis de competências de I&D&I através da contratação de recursos altamente qualificados.	--	-	=	
	Especialização, Diferenciação e Internacionalização	Ampliar os níveis de especialização e diferenciação da base económica.	--	+	++	
		Aumentar a capacidade de atração de investimento direto estrangeiro (IDE).	--	-	+	
		Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores e geradores de valor.	--	+	+	
		Aumentar os níveis de investimento empresarial em atividades inovadoras, fomentando o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a progressão nas cadeias de valor.	--	+	+	
		Reforçar e alargar a participação e integração das empresas em redes internacionais que valorizem a investigação e desenvolvimento como fator de competitividade.	--	+	+	
	Inovação e Modernização Administrativa	Aumentar a facilidade de interação dos serviços públicos com os cidadãos e com as empresas, reforçando a competitividade e a confiança entre os cidadãos, as empresas e o Estado.	+	++	++	
		Aumentar os níveis de inovação na gestão pública assegurando uma prestação de serviços mais eficiente, eficaz, simples e rápida.	+	++	++	
	Sustentabilidade Ambiental e Alimentar e Mitigação de Riscos Naturais	Descarbonização e Transição Energética	Aumentar a produção e a utilização de energias renováveis, contribuindo para a descarbonização da economia.	=	+	+
			Aumentar a eficiência energética nos sectores dos transportes, indústria, residencial e administração pública.	=	+	+
Adaptação Climática e Mitigação de Riscos		Reduzir a exposição aos riscos climáticos, minimizando os impactes sobre pessoas e bens.	=	=	=	
		Mitigar os efeitos dos riscos naturais, designadamente da erosão do litoral, cheias e inundações e sismos.	=	=	=	
		Aumentar a capacidade adaptativa e a resiliência às alterações climáticas, garantindo a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento.	=	=	=	
		Aumentar a capacidade de resposta a situações de catástrofe.	+	+	+	

Domínio	Subdomínio	Prioridade	2020	Vigência da Estratégia		
				2021-2022	> 2023	
Coesão Social e Sustentabilidade Demográfica	Economia Circular	Melhorar a eficiência dos recursos, da extração ao consumo, dissociando o crescimento económico da degradação ambiental.	=	++	++	
		Aumentar os níveis de reutilização, recuperação e manutenção de produtos.	=	+	++	
		Aumentar os níveis de reutilização, recuperação e reciclagem de resíduos.	-	+	++	
		Minimizar as perdas de energia e aumentar a reutilização de recursos energéticos.	=	++	++	
		Reduzir o desperdício alimentar e ampliar as abordagens integradas das cadeias de valor.	=	++	++	
	Biodiversidade	Preservar e valorizar uma rede coerente de áreas com interesse para a conservação da natureza e da biodiversidade	=	+	+	
		Garantir a conectividade ecológica e valorizar a articulação entre espaços urbanos e naturais.	+	++	++	
		Garantir um ambiente livre de substâncias tóxicas.	=	=	=	
		Promover a restauração da natureza e a recuperação de ecossistemas em terra, nos estuários e no mar	=	=	=	
	Sistema Alimentar e Desenvolvimento Rural	Robustecer o sistema alimentar urbano aumentando a resiliência alimentar metropolitana	+	++	++	
		Promover a preservação do solo e a vitalidade social e económica dos espaços rurais	+	+	+	
	Mar, Estuários e Zonas Costeiras	Aumentar a expressão económica das atividades ligadas ao mar.	--	+	+	
		Conservar e usar de forma sustentável o mar e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.	=	+	+	
	Coesão Social e Sustentabilidade Demográfica	Educação e Formação	Aumentar os níveis de preparação do capital humano para os desafios de modernização produtiva metropolitana, garantindo a igualdade de género.	=	++	++
			Ampliar as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, promovendo a resiliência social às crises económicas e às transformações produtivas.	-	+	+
Aumentar os níveis de articulação entre as entidades coordenadoras do mercado de trabalho, as empresas e os atores territoriais.			-	+	+	
Qualificar e modernizar as infraestruturas de ensino e formação, suprimindo carências e obsolescências.			=	+	+	
Reduzir a expressão do abandono e do insucesso escolar.			--	-	=	
Mercado de Trabalho		Assegurar níveis elevados de emprego e trabalho decente para todos, inclusive para as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.	--	-	=	
		Aumentar os níveis de participação dos jovens no mercado de trabalho, proporcionando uma transição sustentável para a vida ativa.	--	--	=	
		Modernizar as instituições e as formas de provisão de serviços de apoio ao emprego e à empregabilidade.	=	+	+	
Inovação e Inclusão Social		Robustecer a capacidade de atuação das Redes Sociais e das Plataformas Supraconcelhias.	+	+	+	
		Aumentar os níveis de inovação e de empreendedorismo social.	+	+	+	
		Fortalecer a economia social e solidária.	--	-	=	
Atração e Inclusão de População Imigrante		Aumentar os níveis de atração de mão-de-obra qualificada e especializada.	--	-	=	
		Ampliar os níveis de inclusão social e integração profissional, contribuindo para que os imigrantes sejam parte ativa no desenvolvimento económico e social.	--	--	=	
		Aumentar os níveis de tolerância e valorização da diversidade cultural, religiosa e étnica, promovendo pluralismo.	--	-	=	
Apoio à Infância e Conciliação Trabalho - Família		Alargar a oferta de serviços sociais de interesse geral de apoio às famílias, designadamente às crianças e jovens.	=	=	=	
	Aumentar as condições de conciliação entre a vida profissional e familiar, garantindo a igualdade de género.	+	+	+		
Serviços de Saúde e Transição Demográfica	Prosseguir o esforço de superação das fragilidades que afetam a oferta de cuidados primários e específicos, nomeadamente epidemiológicos.	--	=	=		
	Adaptar a oferta de serviços sociais e de saúde à transição demográfica.	-	+	+		
	Promover o envelhecimento ativo, a participação dos idosos no mercado de trabalho e a adaptação na transição para a reforma/aposentação.	--	-	=		

Domínio	Subdomínio	Prioridade	2020	Vigência da Estratégia	
				2021-2022	> 2023
Mobilidade e Conetividade Sustentável	Mobilidade Sustentável	Melhorar as condições de provisão dos serviços de transporte público.	--	-	=
		Assegurar a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso aos transportes públicos, de territórios e grupos específicos.	--	-	=
		Aumentar a utilização dos modos ativos de mobilidade.	++	++	++
		Aumentar a expressão das soluções inovadoras de mobilidade inteligente e partilhada.	-	-	=
	Sistema de Mobilidade e de Intermodalidade	Alargar as redes e os sistemas de mobilidade e transporte metropolitanos, promovendo a integração territorial e a igualdade de oportunidades.	=	=	=
		Assegurar a intermodalidade, aumentando a eficiência do sistema de transportes públicos.	=	=	=
		Aumentar a coordenação e melhorar a gestão e integração dos sistemas de mobilidade e transportes.	=	=	=
	Conetividade Transregional e Internacional	Reforçar a conetividade internacional da AML.	=	=	=
		Aumentar a conetividade transregional, através de uma maior integração entre as redes metropolitanas e as redes nacionais.	=	=	=
	Desenvolvimento Urbano e Mudança Transformadora	Regeneração Urbana e Habitat	Promover a regeneração e a qualificação urbana dos espaços urbanos consolidados.	+	+
Melhorar a qualidade do ar nas áreas urbanas e mitigar os efeitos das alterações climáticas.			++	+	+
Promover a cidade de proximidade, acessível e saudável.			++	+	+
Promover a regeneração e coesão socio-territorial de comunidades urbanas desfavorecidas.			--	-	=
Habitação e Habitabilidade		Assegurar o acesso à habitação e dinamizar o mercado de arrendamento.	++	+	=
		Promover a reabilitação urbana e a eliminação das situações de habitação precária.	=	=	=
Economia Urbana		Fortalecer os espaços centrais como polaridades económicas nos setores do comércio, serviços e turismo.	+	+	=
		Promover a qualificação, regeneração e integração das áreas de acolhimento empresarial.	=	=	=
		Promover a inovação urbana, o empreendedorismo e a incubação de base tecnológica e criativa.	+	+	=
Gestão Urbana		Promover a digitalização dos serviços urbanos, e do <i>e-governance</i> local.	++	+	+

Impacto para a concretização da Estratégia



Oportunidade

Indiferente

Ameaça

Quadro 4 – Quadro de Monitorização dos Impactos da Pandemia da Doença COVID-19 na Estratégia AML 2030

Fonte: AML / CDR LVT.

Finalmente, tendo em conta o processo de monitorização, a Estratégia deverá ser objeto, em 2024, de uma avaliação intermédia independente e participada pelos vários atores regionais, e caso se revele necessário a uma revisão intercalar que faça o follow-up das conclusões e recomendações apresentadas pelo avaliador.



LISBOA 2030

a. . .
. . m. área
. l. . metropolitana
de lisboa

Área Metropolitana de Lisboa
Rua Cruz de Santa Apolónia 23, 25 e 25A
1100-187 Lisboa
(+351) 218 428 570 | www.aml.pt



CCDR LVT

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Rua Alexandre Herculano, n37 1250-009 Lisboa
(351) 21 383 71 00 | www.ccdr-lvt.pt

ISBN: 978-972-8872-55-7 | Publicação Digital